

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**“POVOS” DE SANTANA: CONDIÇÕES DE VIDA E MOBILIDADE
ESPACIAL NO NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Elicardo Heber Almeida Batista

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**“POVOS” DE SANTANA: CONDIÇÕES DE VIDA E MOBILIDADE
ESPACIAL NO NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

ELICARDO HEBER ALMEIDA BATISTA

Sob a Orientação do Professor

Maria José Carneiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade - Área de Concentração: Estudos de Cultura e Mundo Rural.

Rio de Janeiro, RJ
2010

307.72

B333p

T

Batista, Elicardo Heber Almeida.

“Povos” de Santana: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais / Elicardo Heber Almeida Batista, 2010.

131 f.

Orientador: Maria José Teixeira Carneiro

Dissertação (mestrado)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 123-131

1. Famílias rurais - Teses. 2. Atividades e rendimentos não-agrícolas – Teses. 3. Mobilidade espacial – Teses. 4. Roça – Teses. 5. São Francisco (MG) – Teses. I. Carneiro, Maria José Teixeira. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

Elicardo Heber Almeida Batista

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências sociais, no Programa de Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, Área de Concentração em Estudos de Cultura e Mundo Rural.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 17/9/2010

Profa. Dra. Maria José Carneiro (Orientadora) – CPDA/UFRRJ

Prof. Dr. Sérgio Pereira Leite - CPDA/UFRRJ

Profa. Dra. Luciene Rodrigues - UNIMONTES - MG

Aos jovens rurais, que saem de suas casas
embrenhando pelos mais distintos espaços na
esperança de melhora em suas condições de
vida.

À minha mãe, Sueli Almeida, mestra na
arte do viver.

*Mande notícias do mundo de lá diz quem fica
Me dê um abraço, venha me apertar tô chegando
Coisa que gosto é poder partir sem ter planos
Melhor ainda é poder voltar quando quero
Todos os dias é um vai-e-vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim, chegar e partir
São só dois lados da mesma viagem
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro é também de despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar
É a vida desse meu lugar
É a vida.*

Encontros e Despedidas
(Milton Nascimento e Fernando Brant)



AGRADECIMENTOS

“Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo o que eu pelejei para achar, era só uma coisa – a inteira – cujo significado e vislumbrado dela eu vejo que eu sempre tive. A que era: que existe uma receita, a norma de um caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver – e essa pauta cada um tem – mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar; como é que sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber? Mas, esse norteado, tem. Tem que ter. Se não, a vida de todos ficava sendo sempre confusa dessa doideira que é. E que: para cada dia, e cada hora, só uma ação possível da gente é que consegue ser a certa. Aquilo está no encoberto [...] ah, porque aquela é a outra lei, escondida e visível mais não achável, do verdadeiro viver que para cada pessoa, sua continuação, já foi projetada, como o que se põe em teatro para cada representador – sua parte, que antes já foi inventada num papel...”

João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas.

Durante esse trajeto, foram muitas as pessoas – amigos, colegas, familiares – que me auxiliaram de forma decisiva para que eu concluísse a dissertação. A todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste trabalho, gostaria de expressar minha gratidão, em especial:

Às famílias de Santana, pela amorosidade com que me receberam e por terem permitido que eu adentrasse em suas casas e suas intimidades, respondendo pacientemente minhas inúmeras perguntas.

A meus pais, irmãos, tios e primos, que sempre me apoiaram, e pelos momentos de congraçamento, que tornam a vida mais leve.

Aos professores do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, em especial a Andrea Narciso, Gildette Fonseca e Priscilla Afonso, que sempre me incentivaram a ir adiante.

Aos professores do CPDA Eli Napoleão, Elisa Guaraná, Regina Bruno e Verônica Secreto, pela atenção durante as disciplinas, e em especial ao professor John Comeford, com quem tive o prazer de cursar duas disciplinas e pelas contribuições para esse trabalho durante o exame de qualificação do projeto.

Ao professor Sérgio Leite, membro da banca de qualificação do projeto, pelo privilégio da arguição, pela generosidade da crítica e pela fina qualidade das sugestões, que tentei atentamente incorporar ao texto.

A Juliana Latini, Manuela Cordeiro e Marlon Mendéz, que acompanharam todos os passos deste trabalho, sempre com críticas gentis. A Juliana e Manuela, minha gratidão pelas constantes trocas de ideias e pela amizade, que permanece.

Minha estadia no Rio de Janeiro não seria tão prazerosa sem a amizade de Fernanda Ferreira, a quem sempre devo mais do que consigo imaginar.

Aos amigos em Minas, Lú Nascimento, Adílio Leal, Antônio Lima, Liana Vicuña e Dênia Silva e no Rio, Fábio Lessa, Thulio Gomes e Rodrigo Duarte. Thulio, obrigado pelo auxílio na elaboração das tabelas. Fábio, pela leitura e pelas sugestões ao texto original e pela preocupação com o meu bem-estar no Rio.

A Albert Sam Asseo, a gratidão pelo apoio nos momentos finais da concretização desse trabalho.

A Bernard Alves, Dora Viana, Dione Mello, Elaine Vieira, Fabrício Oliveira, José Miguel, Luiz Vieira, Maria de los Angeles Arias, Sheila Brandão, Silvinha Aquino, Valdermar Jr. Wesz e Vinicius Rossa, pessoas com quem, durante esses dois anos, pude conviver e aprender um pouco com cada uma delas. Obrigado a Angye Noya, Cristian

Travassos, Felipe Comunello, Sérgio Barcellos e Vânia Almeida, pelas leituras preliminares dessa dissertação e pelas sugestões para a preparação final do texto.

Minha gratidão ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA, pelo apoio e pela confiança, e aos funcionários, pela disposição e boa vontade em ajudar.

À CAPES, pelo auxílio financeiro que possibilitou a realização deste trabalho.

Entretanto, maior é minha gratidão à minha orientadora, Maria José Carneiro. Obrigado pelo privilégio da companhia, pela sensibilidade, pelo rigor intelectual, pela boa vontade e franqueza que ajudaram a alicerçar cada linha deste trabalho, impulsionando-o para frente quanto tudo parecia desabar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1	23
1.1. Mecanismos de reprodução social das famílias.....	23
1.2. O universo da pesquisa: município de São Francisco.....	25
1.3. Famílias de Santana: modos de vida do povo no sertão	33
1.4. Famílias que têm a atividade agrícola como principal fonte de renda.....	37
1.5. A organização da produção: o trabalho na roça.....	39
1.6. O trabalho na “manga”	40
1.7. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	44
1.8. Famílias cuja principal renda é da atividade não-agrícola.....	45
1.9. Famílias que combinam a atividade agrícola com a não-agrícola	47
1.10. Família cuja principal fonte de renda é a atividade não-agrícola e possuem o Bolsa Família como rendimento complementar	48
1.11. Famílias que recebem Bolsa Família e trabalham na roça.....	49
1.12. Famílias com rendimentos de aposentados.....	50
1.13. Características gerais dos domicílios pesquisados	51
CAPÍTULO 2	56
2.1. Meios de vida e trajetórias familiares	56
2.1. O debate sobre pluriatividade e múltiplas fontes de renda	56
2.2. Bolsa Família: tempo da “desesperança” <i>versus</i> tempo da “ajuda do governo”	60
2.3. Aposentadoria e pensões: a importância de um idoso no espaço da casa.....	70
2.4. O trabalho não-agrícola	78
CAPÍTULO 3	92
3.1. Deslocamentos espaciais e dinâmicas familiares.....	92
3.1.1. Do lugar para o mundo, do mundo para o lugar: permanências, circularidades espaciais e saídas transitórias	92
3.1.2. “Estar lá” pensando nos que “estão aqui”: a mobilidade espacial dos homens chefes de família	102
3.1.3. Sair para casar: a mobilidade de moças oriundas das “famílias sem-sem”	104
3.1.4. Sair para estudar: mobilidade espacial de moças e rapazes	104
3.2. Permanências: A “Roça” como lugar de morada e a roça como lugar de trabalho ..	109
CONCLUSÕES.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

RESUMO

BATISTA, Elicardo Heber Almeida. “POVOS” DE SANTANA: CONDIÇÕES DE VIDA E MOBILIDADE ESPACIAL NO NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2010. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

O principal objetivo nesta pesquisa foi compreender as condições de vida e as dinâmicas de mobilidade espacial de famílias rurais residentes em uma região convencionalmente considerada de “emigração”. A partir da técnica de estudo de caso, procurou-se entender quem são essas famílias e quais suas condições materiais e simbólicas de vida. Centrando o foco no grupo familiar, a partir do resgate de trajetórias sociais, buscou-se identificar os fatores que interferem nas trajetórias familiares ao longo do seu ciclo de vida. Um ponto comum a todas as 30 famílias-chave-dessa pesquisa é a mobilidade espacial de parte de seus componentes. Mesmo que a mobilidade espacial faça parte da dinâmica populacional na comunidade pesquisada, como um aspecto cultural local, percebeu-se uma permanência de parte de seus membros. Logo, qual o sentido dessa permanência? Qual a temporalidade do “estar”? Quem permanece e por quê? O município norte-mineiro de São Francisco foi escolhido como unidade administrativa de análise da pesquisa por ter, ao longo de 30 anos, entre 1970 e 2000, conforme dados do IBGE, sofrido considerável diminuição, de 88% para 46%, da população residente no campo e pouco ter alterado a população urbana, o que aponta para a saída populacional do município como fator responsável pela configuração desses índices. Outro elemento considerável é o fato de incidir nesse município um conjunto de políticas sociais, sobretudo o Programa Bolsa Família. Entre os resultados desta pesquisa, identificou-se que, ao longo dos anos 1990 e, sobretudo nos últimos 10 anos, houve melhoria das condições de vida das famílias rurais pesquisadas, como resultado da presença no espaço intradoméstico de múltiplas fontes de renda, e essa melhoria está relacionada em grande parte aos benefícios sociais não-contributivos, como Bolsa Família, aposentadorias rurais e pensões. Para essas famílias, grande parte de seus rendimentos, condições de moradia, inserção do mercado de trabalho e acesso a serviços de educação e saúde está atrelada à presença do poder público na comunidade. Comprovou-se ao longo da pesquisa intenso fluxo de pessoas, com saídas e retornos ao meio rural e certa contramobilidade, com indivíduos que permanecem na “roça” como lugar de trabalho e morada. Propõe-se, a partir desse universo social marcado por intensa mobilidade espacial, a ideia de *permanências transitórias e trânsitos permanentes* para contrapor o consenso de que essa região de “emigração” esteja passando por um processo de desertificação social. Dessa forma, há certa contra-mobilidade, a partir de casos de indivíduos que permanecem na “roça” como um lugar de trabalho e morada.

Palavras-chave: Famílias Rurais, Atividades e Rendimentos Não-agrícolas, Mobilidade Espacial, Roça, São Francisco-MG.

ABSTRACT

BATISTA, Elicardo Heber Almeida. **“PEOPLE” FROM SANTANA: LIFE CONDITIONS AND SPACE MOBILITY IN THE NORTH OF MINAS GERAIS STATE.** 2010. Dissertation (Social Sciences PhD Program in Development, Agriculture and Society). Human and Social Sciences Institute, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

The purpose of this research is to understand the life conditions and the dynamics of space mobility of rural families who reside in a region usually considered as an emigration region. Based on the technique of case study, I worked hard to understand who these families are and which material and symbolic life conditions they have. Focusing on the familiar group, based on the social ways ransom, we tried to understand the elements which interfere in their familiar ways during their lives. A common issue to all the 30 families that were the central elements of this research is the space mobility of their members. Although we verified this space mobility as a population dynamic in this community, as a cultural aspect, people also stay in the region. Therefore, we have to ask several questions: what is the sense of staying there, for how long, who stays and why? We selected the city of *São Francisco*, in the north of *Minas Gerais* State, Brazil, in our research, because of the reduction of the population in the country side, from 88% to 46%, during 30 years (1970-2000), according to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), despite not increasing the urban population, that is, people left to other cities or states of the country. We also need to consider a set of social policies present in this city, especially a government program called *BolsaFamília*, which helps poor people who have children. So, in this research it was verified that during the 90th decade and especially in the last 10 years there was an increase in terms of life conditions in the country side of *São Francisco* as a result of money sources almost all originated from free social benefits, such as *BolsaFamília*, rural pensions, etc. In general, the responsible for providing the families a great part of their incoming, domicile, job market insertion and access to education and health services is the government, which is present in the community. We will demonstrate in this dissertation intense people mobility, leaving from and returning to the country side. This research proposes the idea of *transitory stays* and *permanent traffic* in opposition to the idea that this emigration region is experiencing a process of social desertification. Therefore, there is a contrary mobility because of several individuals who stay in the country as a place to work and to live.

Keywords: rural families, non-agricultural activities and incoming, space mobility, country side, *São Francisco* – *Minas Gerais*.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção (categorias familiares por tipo de renda e patronal no município de São Francisco, MG).....	28
Tabela 2 - Área dos estabelecimentos rurais familiares no município de São Francisco	28
Tabela 3 - Distribuição da população de Santana por faixa etária.....	31
Tabela 4 - As famílias segundo suas principais fontes de renda	34
Tabela 5 - Bens das famílias que têm a agricultura como principal fonte de renda	43
Tabela 6 - Bens das famílias que tem o benefício do PBF como principal fonte de renda	45
Tabela 7 - Bens das famílias que têm as atividades não-agrícolas como principal fonte de renda	47
Tabela 8 - Bens das famílias que têm o trabalho na agricultura combinado com as atividades não-agrícolas como principal fonte de renda	48
Tabela 9 - Bens das famílias que têm o rendimento da Bolsa Família combinado com das atividades não-agrícolas como principal fonte de renda.....	49
Tabela 10 - Bens das famílias que têm o rendimento da lavoura combinado com o Bolsa Família como principal fonte de renda.....	50
Tabela 11 - Bens das famílias que têm aposentadorias e pensões como principal fonte de renda	51
Tabela 12 - Bens das famílias de Santana	53
Tabela 13 - Principais ocupações não-agrícolas das famílias da comunidade de Santana	78
Tabela 14 - Escolaridade dos membros de famílias agrícolas que combinam o trabalho da atividade com o não-agrícola em Santana	83
Tabela 15 - Dinâmica populacional em Santana	100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIS	Associação Comunitária dos Irrigantes de Santana
CEMIG	Companhia Energética do estado de Minas Gerais
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COPASA	Companhia de Abastecimento de Minas Gerais
EMATER-MG	Empresa de assistência técnica e extensão rural do estado de Minas Gerais
FJP	Fundação João Pinheiro
HÁ	Hectares
IEF-MG	Instituto Estadual de florestas do estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MG	Minas Gerais
PBF	Programa Bolsa Família.
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicilio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária .
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
KM	Quilômetro
RMNe	Região Mineira do Nordeste
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SM	Salário Mínimo
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
VPB	Valor Bruto de Produção

INTRODUÇÃO

Na visão panorâmica, o Norte do estado de Minas Gerais distingue-se das demais regiões pelas suas peculiares características sociais, econômicas, culturais e ambientais. Na realidade, trata-se de uma região desfavorecida, com economia, infraestrutura e indicadores sociais abaixo da média do estado. Quando se cruza Minas Gerais por via terrestre, sentido sul-norte, por exemplo, ao passar pela cidade de Curvelo, localizada no paralelo 18°, marco simbólico de entrada no Sertão de Minas, tem-se a impressão de estar entrando em outro estado. Dessa forma, há sentido na afirmação de que as “Minas são muitas”, pois, no conjunto de todos os municípios, esse estado destaca-se pela alteridade e pelas diferenças e desigualdades regionais. A porção norte do estado é a parte da “Minas Nordestina”, cuja projeção midiática ocorre, sobretudo nos períodos de secas, quando principalmente nos jornais televisionados surgem imagens de uma gente pobre, sofrida e “desassistida”.

Uma marcante característica da parte norte do estado de Minas Gerais, que não é específica apenas dessa região, mas é um fenômeno bastante acentuado, corresponde à intensa mobilidade espacial, marcada pela saída da população rural de seus locais de origem e causadora do “esvaziamento” populacional, sobretudo no meio rural (Costa et al., 2008).

O objetivo central da pesquisa é compreender as condições de vida e as dinâmicas de mobilidade espacial de famílias rurais residentes no município de São Francisco localizado na região Norte do estado de Minas Gerais. Universo social esse, apontado tanto na literatura como no imaginário social como uma região de “emigrantes”.

O Norte de Minas Gerais é visto no imaginário nacional como terra de pobres, uma espécie de “viveiro” de migrantes, que saem de seus lugares de origem para trabalhar¹ nas cozinhas de famílias de classe média de Brasília (DF), nas grandes plantações do cerrado brasileiro, na construção civil das grandes cidades e em outras ocupações que requer baixa qualificação profissional, como salões de cabeleireiro, atendente de *telemarketing* e de postos de gasolina em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

É nesse cenário que se localiza o município de São Francisco, MG, unidade administrativa selecionada para a pesquisa de campo. A ideia inicial da pesquisa, e que foi mantida a cabo, foi a de estudar uma comunidade rural localizada no município de São Francisco. *Apriori*, a escolha por pesquisar o município de São Francisco está relacionada à minha própria trajetória.

A relação com esse município é de longa data, pois foi onde nasci e residi até os 15 anos de idade, quando iniciei um círculo de mobilidade para a progressão nos estudos, mudando, inicialmente em 2000, para a cidade de Montes Claros, MG. No ano de 2003 iniciei a graduação em Geografia no Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros, MG. Em 2005, no terceiro período da graduação, matriculei-me na disciplina de Geografia Agrária, quando comecei a me interessar pelas discussões

¹ Entretanto, a mobilidade espacial e seu significado para os agentes do processo têm significados distintos. Essa apresentação geral, tanto no tocante ao destino dos que saem (ou migram) quanto à sua inserção no mercado de trabalho no local de origem, não consegue exemplificar toda a dinâmica populacional na parte norte do estado de Minas Gerais. A partir do caso de uma comunidade rural, como será demonstrada ao longo da dissertação, essa mobilidade espacial não necessariamente é “movida” pela dinâmica no/do mercado de trabalho.

teóricas sobre o “mundo rural”. Um requisito parcial para conclusão da graduação em Geografia era a defesa de um trabalho de conclusão de curso (TCC), o que me fez retornar para o município de São Francisco (MG) com intuito de pesquisar um processo que estava ocorrendo ali: a especialização de determinadas famílias rurais na pecuária leiteira. No ano de 2007, defendi esse trabalho monográfico junto ao Departamento de Geociências da UNIMONTES. Essa pesquisa levantou dados que comprovaram que nesse município, há amplo predomínio de propriedades rurais familiares, que correspondem a quase 90% dos estabelecimentos rurais totais (Censo Agropecuário do IBGE 1995/1996²), e que contribuem para quase 50% do valor bruto da produção nesse município. Está entre os 30 municípios mineiros mais pobres economicamente (Silva et al., 2005) e essa pobreza está presente, sobretudo, entre as populações rurais (SEBRAE, 2003).

No ano de 2008, poucos meses após ter concluído a pesquisa sobre “Agricultores familiares, produção rural familiar e multifuncionalidade da agricultura”, pleiteei o ingresso no programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, CPDA/UFRRJ, com um projeto que intentava pesquisar a multifuncionalidade na agricultura no município de São Francisco, MG. Após a realização de *surveys*, iniciados ainda no ano de 2008, alguns dados sobre esse município chamaram a atenção, entre eles, o fato de que esse município tinha uma população estimada pela contagem populacional do IBGE no ano de 2007 em 52.000 pessoas. Entretanto, os dados expostos no *site* do Programa Bolsa Família mostraram que nesse município há 6.637 famílias beneficiárias desse programa. Entre os dados preliminares de campo, sobressaíam dois pontos: a pobreza do município e, por outro, a multiplicidade nas fontes de rendimentos das famílias, sobretudo oriundos de benefícios sociais como Bolsa Família, aposentadoria e pensões, além do trabalho de famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas. Nesse sentido, procurou-se centrar a pesquisa nas famílias rurais como unidade de observação para entender suas condições de vida e o possível papel dessas “múltiplas fontes de renda” na melhoria nas condições de vida e na permanência dessas pessoas em sua localidade de origem. Tentar entender a permanência em uma realidade marcada por intenso trânsito de pessoas ou usando “termos convencionais”, marcada pela “migração”.

Durante a realização de *surveys*, dois outros pontos chamaram a atenção: a própria mobilidade espacial, que de fato está presente na dinâmica de todas as famílias, embora seja muito comum a permanência de indivíduos³ no meio rural; e a disseminação na região de benefícios sociais não-contributivos, sobretudo o Programa Bolsa Família, as aposentadorias e as pensões, beneficiando indivíduos que não contribuíram para a previdência durante sua vida ativa. Outro fator que chama atenção é a incidência na região de um conjunto de políticas públicas, com a atuação do governo no município e estado, como “Minas sem Fome”, “Luz para Todos” e programas de habitação rural, que incidem consideravelmente sobre as famílias rurais nessa região.

Esta pesquisa parte do princípio hipotético que na comunidade de Santana, universo social da pesquisa, há diversas políticas públicas que interagem no espaço e repercutem na melhoria das condições de vida das famílias. Estas interferem inclusive nas dinâmicas de mobilidade espacial das mesmas, condicionando a permanência de pessoas em sua

² Ao longo do texto serão utilizados os dados do censo agropecuário de 1995/1996, pois os dados completos do censo 2006, no período de elaboração do texto, não estava disponível para consulta.

³ Nesse sentido, é importância deixar claro que tanto no município quanto na comunidade pesquisada, é mais comum a saída de pessoas de seus grupos domésticos que de famílias inteiras.

comunidade rural de origem. Quanto à dinâmica de mobilidade espacial, considera-se inicialmente que não estaremos retratando uma realidade de emigração, ou uma localidade com tendências a desertificação social, mas saídas de pessoas de sua localidade de origem como um aspecto cultural local. Os sentidos e significados são distintos, dentre eles, a possibilidade de retornar a comunidade de origem em melhores condições de vida.

Espera-se que com este estudo investigar as possíveis relações entre as atividades, os rendimentos não-agrícolas, os benefícios sociais, sobretudo os programas de transferências de benefícios sociais, as condições de vida e permanência das famílias no seu local de origem.

As atividades não-agrícolas são, em determinadas circunstâncias, imprescindíveis para a permanência de famílias no meio rural. Em pesquisas realizadas por Sacco dos Anjos(1994) e Schneider(2003) na Região Sul do Brasil, comprovaram como essas atividades são incorporadas às dinâmicas de reprodução social de algumas unidades familiares rurais.

Pesquisadores dessa região do Brasil, desde a década de 1990, empreenderam consideráveis esforços para compreender como as atividades não-agrícolas compõem as estratégias de reprodução de famílias rurais contemporâneas. As atividades não-agrícolas na Região Sul do país influenciaram diretamente as condições de permanência e de vida de famílias de agricultores familiares. Pesquisas nesse sentido são pouco expressivas, ou até mesmo inexistentes, em regiões como o Norte do estado de Minas Gerais. No entanto, devem ser consideradas as diferenças entre essas duas regiões⁴, de conjunturas sociais e econômicas distintas.

Na Região Sul do Brasil⁵, predomina uma agricultura familiar modernizada e localizada próximo aos parques industriais, no contexto de descentralização do setor. A agricultura é caracterizada pela introdução de novas tecnologias, pela utilização de insumos e de maquinários industriais e por diversos outros fatores que permitem afirmar que houve nessa região uma “modernização da agricultura” (Schneider, 2003).

De forma inversa, a região Norte do estado de Minas Gerais⁶ é marcada pelo predomínio de uma pecuária extensiva, pela agricultura de autoconsumo e pela modernização dos grandes projetos agropecuários incentivados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Os poucos parques industriais instalados na região, sobretudo a partir da década de 1960, sob os incentivos da SUDENE⁷, concentraram-se nas sedes urbanas de alguns municípios da região, como Montes Claros

⁴ Nesse sentido, emprega-se o conceito de região, segundo o IBGE.

⁵ A Região Sul é caracterizada pelo peso social, econômico, político e cultural da agricultura familiar na sua formação econômica. A diversificação da agricultura, somada à combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas, entre outros fatores, fizeram do Sul a região com índices de desenvolvimento humano mais elevado do país (Guanziroli et al., 2001).

⁶ O norte de Minas Gerais é uma das 12 mesorregiões instituídas pelo IBGE para esse estado (Leite & Pereira, 2008). Localizada numa zona de fronteira entre as regiões Sudeste e Nordeste, transição do cerrado para a caatinga, com clima tendendo a semiaridez, a região Norte de Minas Gerais também é conhecida como região de atuação da SUDENE, Região Mineira do Nordeste (RMNE) e região do polígono das secas (Oliveira, 2000; Santos, 2002).

⁷ As ações da SUDENE na região centraram em programas de incentivos fiscais e financeiros, a partir de quatro grandes projetos concentrados em poucos municípios para “desenvolver” a economia norte mineira: I grandes projetos agropecuários; II industrialização; III Reflorestamento de pinos e eucaliptais; IV projetos de agricultura irrigada, (Oliveira, 2000; Rodrigues, 2000).

(cidade pólo regional), Pirapora, Várzea da Palma, Bocaiúva e Capitão Enéas (Oliveira, 2000).

Do mesmo modo, é importante considerar, no caso do Norte de Minas Gerais, a expansão das monoculturas de capim, arroz, soja e café, principalmente nos municípios de Chapada Gaúcha, Urucuia⁸ e Buritizeiro e os grandes projetos de irrigação no Vale do Gorutuba, Lagoa Grande, São Francisco e Jaíba, localizados, respectivamente nos municípios de Janaúba, Nova Porteirinha, Pirapora e Jaíba/Matias Cardoso (Rodrigues et al., 2004).

Nessa região conhecida pela pobreza, há grande incidência de programas sociais, sobretudo programas de transferência de renda como do tipo Bolsa Família (PBF) e benefícios sociais como aposentadorias rurais e pensões. Aposentadorias e pensões têm contribuído para que membros das famílias de pequenos agricultores familiares, inclusive os jovens, que têm pouca renda, permaneçam no campo e na atividade agrícola⁹ (Ribeiro et al., 2007). Esses rendimentos têm colaborado para “fixar” a população nos seus locais de origem.

Quando o pesquisador é nativo: a influência de uma trajetória na escolha do tema

*Quando escrevo, repito o que já vivi antes.
E, para estas duas vidas, um léxico só não é suficiente.
(João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas.)*

A escolha do tema tem influência direta da minha história, por isso gostaria de iniciar esse tópico traçando uma breve trajetória de minha própria vida.

Desde cedo, a mobilidade espacial esteve presente em minha vida. Na realidade, faço parte de uma família em que essa mobilidade faz parte de nossa trajetória. Digo nossa referindo a mim mesmo e aos meus ascendentes. Do meu lado materno, minha mãe e suas irmãs, filhas de agricultores residentes na “roça”, quando moças, foram impelidas a sair da propriedade dos meus avós para a progressão na educação formal. Todas as moças se tornaram professoras, profissão considerada por meus avôs como de “mulher de família”, contrariando, por exemplo, o sonho de minha mãe de ser psicóloga. Com a conclusão do curso de licenciatura em Biologia e posteriormente em Matemática, minha mãe retornou para a cidade de São Francisco ao mesmo tempo em que meu pai retornou de Belo Horizonte¹⁰ após conclusão do curso técnico-científico (atual ensino médio). Esse duplo retorno possibilitou a constituição de uma família, posteriormente acrescida por mim e por meus dois irmãos. Entretanto, apesar de minha origem, minha relação com esse lugar sempre foi muito contraditória. Quando adolescente, não me parecia muito agradável a

⁸ Os municípios de Urucuia - MG e Chapada Gaúcha-MG são limítrofes ao município de São Francisco-MG, desmembrados deste último nos anos de 1992 e 1997, respectivamente. Não há uma literatura sobre as monoculturas nessa região, mas deve-se considerar que as grandes plantações nesses municípios, principalmente do café em Urucuia atraí um número considerável de trabalhadores volantes oriundos do município de São Francisco – MG, sobretudo nos períodos de pico da colheita desse gênero agrícola.

⁹ A pesquisa de Ribeiro et al. (2007) centrou-se mais na realidade do Nordeste de Minas, ou Vale do Jequitinhonha.

¹⁰ Meu pai também tem origem na cidade de São Francisco. Aos 15 anos meus avôs paternos optaram por enviá-lo a belo horizonte para estudar “em uma escola melhor”.

ideia de continuar residindo em São Francisco. A pequena cidade não proporcionava muitas opções de lazer. Eu sempre frequentava os mesmos lugares e quase sempre sociabilizando com as mesmas pessoas. Considerava monótono morar em uma cidade pequena do interior, com aquela vida pacata, rotineira, sem grandes acontecimentos, com dias que sempre pareciam iguais aos anteriores, com festas quase sempre muito idênticas, sempre nos mesmos locais, quase sempre com os mesmos ritmos musicais. Ao mesmo tempo, as fotos dos livros didáticos de Geografia e História e as imagens da televisão me passavam a imagem de um “mundo” para além daquele em que eu vivia. Sempre pensei em sair de São Francisco para “conhecer o mundo”. Inicialmente, a possibilidade que me pareceu mais viável foi a de ir para Montes Claros para dar continuidade aos estudos. Com 15 anos, saí da minha cidade para uma nova experiência: morar com amigos em uma cidade com uma população quase dez vezes maior que a minha. Era a oportunidade de vivenciar uma realidade diferente daquela que conhecia. Montes Claros, ainda que seja uma cidade do interior, possui *shopping*, salas de cinema, vários bares, livrarias, boates e sempre há pessoas chegando de várias partes do país, sobretudo estudantes. A chegada a Montes Claros foi o momento de perceber que ali havia vários jovens na mesma condição que a minha. Jovens que vinham das mais diversas cidades do Norte de Minas Gerais e de outras regiões, como Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo, tanto pelo desejo de progredir nos estudos, já que Montes Claros se estabeleceu como pólo universitário, como pela vontade de sair da vida pacata de suas cidades. Lembro que o maior temor de meus colegas era tirar notas baixas no colégio e ser preciso retornar para suas cidades de origem. Esse retorno, basicamente, implicava três situações: primeiro a de ter que dar satisfações à família; segundo, dar satisfações à sociedade; e, terceiro, e talvez o mais complicado, o retorno à vida de antes. O retorno de algum colega a sua cidade de origem era compreendido como sinal de fracasso. Compreendíamos que a pessoa não era “forte” o suficiente para suportar uma vida fora de casa e sempre havia os questionamentos: “Voltar para a mesma vida?” Entretanto, sempre era visto com “bons olhos” alguém que concluía a graduação e retornava para sua cidade. Diversos amigos concluíram um curso superior e retornaram às suas cidades de origem. Esse regresso era visto positivamente por nós, mas, por quê?

Hoje compreendo que essa volta possui distintos significados. Um jovem que retorna sem o ensino superior é visto como alguém que fracassou, pois regressou às mesmas condições. Entretanto, jovens que retornam com curso de nível superior regressam em condições diferenciadas. Nessa região, ainda é muito comum a baixa escolarização, o diploma superior é um elemento de distinção e que agrega *status*. Outro fator importante é que esses jovens retornam para suas cidades para ocupar vagas de empregos nas áreas de saúde (médicos, dentistas, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos) e educação (professores e pedagogos) ou atuam como profissionais liberais, como os advogados e engenheiros, dentre outros. Geralmente, são empregados em cargos públicos que são os empregos mais atrativos nessas pequenas cidades.

Obviamente, a saída para a continuidade nos estudos e, ou, o desinteresse pela vida monótona do interior não explicam de forma satisfatória o fenômeno da mobilidade espacial. Tenho percebido ao longo de minha vida que há uma série de fatores que contribuem para essa intensa mobilidade. Entretanto, esses jovens com as quais convivi em Montes Claros, das mais diversas origens espaciais, sociais e econômicas, não saíam de suas casas com intuito de melhora de renda e aquisição de bens materiais. Inicialmente, não era o principal motivo que impulsionava o fenômeno da mobilidade espacial. Contudo, lembro de uma colega do tempo do colegial que se mudou de São Francisco para Brasília

(DF), porque sua família era muito pobre e o pai, alcoólatra e violento, tornava a vida familiar mais difícil, com pobreza somada à violência doméstica. Aos 14 anos, Débora¹¹ decidiu ir para a capital federal trabalhar como doméstica, uma opção para muitas jovens, tanto da cidade de São Francisco como da “roça”, que veem no trabalho doméstico uma opção para mudar sua condição de vida. Essa jovem ainda reside em Brasília (DF), agora como enfermeira de um hospital público da cidade. O pai se separou da mãe e ela, sempre que possível, retorna a São Francisco nos períodos de férias como visitante.

Ter estudado em São Francisco até a 8º série do ensino fundamental foi importante para eu compreender como é presente a mobilidade espacial na vida das pessoas dessa região. Nessa cidade, até então, não havia uma escola particular e todos estudavam na mesma escola. Minha turma no colégio não se repetia. Sempre a cada ano alguém tinha mudado de cidade e as famílias com melhores condições financeiras enviavam seus filhos cada vez mais cedo para Montes Claros ou Belo Horizonte. Às vezes meus colegas mudavam de cidade acompanhando suas famílias. Embora essa dinâmica fosse bem menos comum. Era mais comum a saída de algumas pessoas da família, mas não da família inteira. Eu já estava acostumado com essas partidas, mas sabia que era comum o retorno. Esses são processos complementares. Um não anula o outro. Com a saída havia a possibilidade do retorno. A saída nem sempre é um fim em si mesmo. São processos permanentes provisórios.

O que pude compreender sobre as trajetórias das pessoas mais próximas é que a condição de mobilidade é diretamente ligada às condições socioeconômicas do grupo familiar dos que saem. Na mesma turma em que estudávamos Débora e eu, como exemplo, estudava também Mariah, que, na 7º série, saiu de São Francisco para estudar em um colégio de classe média alta de Belo Horizonte, e hoje é uma bem sucedida estudante de medicina; e que faz na Europa cursos na área médica, com financiamento da própria universidade em que está matriculada, a Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC.

Como se pode perceber, a partir do meu próprio exemplo e de minha família, a mobilidade espacial é muito presente entre as famílias dessa região, como parte constitutiva de uma cultura local própria. Desde criança, mesmo sem compreensão profunda dessa dinâmica, uma vez que eu não estava preocupado com isso, percebia que era muito comum na rodoviária da cidade o choro das famílias pela partida das pessoas queridas. Percebia também a chegada de pessoas que retornam à região e, talvez por ter presenciado essa dinâmica de idas e retornos, muito me encanta as literaturas ficcionistas de Raquel de Queiroz em *O Quinze*, sobretudo pelo retrato da saga da família de Chico Bento, que foge do sertão, da seca e da fome em busca de comida e trabalho, e de *Vida Secas*, de Graciliano Ramos, quando o autor retrata que a seca, o vazio e a miséria forçam a “mudança” e a “fuga” como possibilidade de continuar a viver. A vida se opõe à seca. A estiagem, a miséria e impossibilidade de ficar propulsionam a saída, a fuga. Diferente desses romances, onde a terra, as pessoas, os amores e as esperanças secam e a saída surge como a luta desesperada pela sobrevivência, esse cenário não aparece com a mesma intensidade na região aqui apresentada. A região pesquisada lembra os sertões de *Vida Secas* e de *O Quinze*, pelo calor fumegante, pela paisagem desoladora nos períodos da seca, quando a vegetação perde as folhas e adormece para permanecer viva. É na seca que os rios somem e a vegetação se torna cinza. Secam a terra, os animais e as pastagens, mas as pessoas não

¹¹ Nome fictício.

secam; não secam os corações humanos. Seguindo o calendário religioso, é na estiagem que ocorrem as consideradas melhores festas da região. A festa de Santana, as festas juninas e a romaria de Serra das Araras acontecem nos períodos de seca. Na obra *O Quinze*, Raquel de Queiroz retrata a saga de retirantes abandonados à própria sorte, sem esperança de melhores condições de vida, que empreendem uma saga de dor e sofrimento pelo sertão à procura de comida e trabalho. Tempo da “desesperança”. No Norte de Minas, o período da seca é o período de trabalho para assegurar que não se perca a lavoura, que os animais não morram e que a comida não falte. Muitos aspectos de *Vida Secas* e *O Quinze*, como a própria seca, a pobreza e a mobilidade espacial estão presente nessa região. Entretanto, mesmo na seca, a alegria parece continuar a fazer parte da vida das pessoas, numa conduta que possivelmente desconsidera a realidade aparente da dureza de viver numa região de secas.

Como afirma João Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*, “A distância aproxima de nós as coisas, as pessoas e os lugares ausentes!”. Com a minha saída de São Francisco, as coisas que antes eu achava “chatas”, como a rotina, os lugares e as festas religiosas, passaram a ser re-significadas como elementos positivos. Na realidade, minha saída não foi motivada como fuga ou mudança para melhoria nas condições de vida. Essa saída foi motivada pelo desejo de viver o diferente. Viver o diferente se contrapõe à mesmice da realidade em que eu vivia.

Ter vivido durante 22 anos na região levanta em mim questionamentos que fazem parte de minha vida. Por um lado, tenho percebido na literatura e nos dados oficiais sobre o norte de Minas, mais também sobre o município de São Francisco, que essa região passa por um esvaziamento populacional e uma espécie de desertificação social, sobretudo do meio rural. Para mim, no entanto, esse esvaziamento não parece muito claro. Nesse sentido, é preciso desenvolver estudos que possibilitem compreender permanências em uma região onde as pessoas tanto saem, tanto circulam. Como mobilidade espacial, é fato que há na região uma permanência e, se há uma permanência, então, como vivem essas pessoas, qual o sentido dessa permanência, quem permanece e por que permanecem? Esses questionamentos são mais pertinentes que compreender o porquê de as pessoas saírem. Muito se tem pesquisado sobre a saída das pessoas do meio rural norte mineiro, quase sempre considerando o Norte do estado de Minas como lugar de expulsão e pouco atrativo em detrimento a um meio urbano atraente. Essa mesma assertiva está presente nos estudos migratórios campo-cidade: as pessoas saem do campo porque a cidade é mais atraente, principalmente devido ao mercado de trabalho. Entretanto, será que as pessoas da roça não vão para a cidade para retornar ao campo com melhores condições de vida? Será a saída para a cidade um fim em si mesmo? Ou a ida para a cidade é um meio de permanecer na roça? Como a mobilidade espacial está presente na vida de praticamente todas as famílias, constitutivas da própria cultura local, teria essa dinâmica apenas o significado de aquisição de emprego e renda? Ou deveria ser considerado uma circularidade de idas e vindas como parte da dinâmica de uma cultura local e com significados inerentes mais amplos que apenas melhoria de renda e vida?

Como pretendo ter demonstrado, minha relação com a região é muito intensa, muito próxima afetivamente. Essa relação interferiu consideravelmente na relação “pesquisador” e “objeto”. Além disso, a observação direta dos grupos com os quais mantive contato durante a pesquisa de campo levanta a possibilidade de entender os problemas relativos às situações de quanto pesquisador é nativo a partir de minha própria experiência.

Ao desenvolver uma pesquisa em minha própria região de origem, foi necessário um estranhamento daquilo que é muito próximo. Todavia, é importante dizer que esse

estranhamento não ocorreu desde o início: desde o primeiro contato com o campo de pesquisa, e antes mesmo desse início da pesquisa de campo, eu considerava que “sabia” muito sobre a região, o que foi infinitamente problemático, por ter chegado ao campo “cheio de verdades”. Minha origem espacial, somada a experiências de pesquisas anteriores na mesma comunidade, gerou uma relação de familiaridade com alguns grupos pesquisados. Nesse contexto, decorreu a necessidade de estranhamento de uma realidade tão próxima ao pesquisador. Assim, foi fundamental a construção de um novo “olhar sobre o familiar”. Estive por muito tempo “muito preso” às minhas verdades, o que me tornava míope frente à realidade. Com isso, ao chegar ao campo com “muitas respostas” e com menos perguntas, eu estava preso a uma armadilha criada mentalmente por mim mesmo. Posteriormente, pela próxima experiência, foi necessário reconhecer que, mesmo sendo da região, ter morado nela tanto tempo, ter passado por muitos processos, como a mudança de cidade, e já ter realizado uma pesquisa “prematura” na região durante a graduação, o que era “era familiar” continha uma grande diversidade que eu desconhecia. Considero a pesquisa de campo como um “caleidoscópio”, que, quando ajustado segundo as técnicas disponíveis, apresenta a cada movimento situações e contextos diversificados. Pela “experiência da alteridade” (Laplatine, 2003), consegui observações dinâmicas que não poderia ter imaginado. Foi-me necessário recorrer à literatura para compreender certas dinâmicas ainda desconhecidas por mim, como a “disseminação” de políticas de caráter social da região. Num processo lento, doloroso e silencioso, tive que reconhecer que eu pouco conhecia aquela região. Tive que reconhecer que ser um pesquisador nativo inicialmente muito atrapalhou minha postura na pesquisa de campo, sobretudo pela “naturalização das coisas”. Foi necessária uma mudança de postura ao longo da pesquisa de campo, de modo que o estranhamento conduziu ao reconhecimento da pluralidade de aspectos inimagináveis em uma pequena comunidade rural. Essa observação rompe com minha própria visão do “igual”, “idêntico” e com o simplismo. Com isso, foi possível observar que as famílias são extremamente diversificadas, raramente homogêneas, apesar da comum condição de famílias rurais. Nessa comunidade, há inúmeros aspectos diferenciados entre as famílias; e não posso me resignar a compreender um caso específico, uma dinâmica específica e muito menos utilizá-la para justificar a totalidade. Reconhecer a diversidade é entender que cada caso tem uma especificidade em si mesma. Para reconhecer essa diversidade, foi fundamental permanecer durante dias no campo, observar mais, perguntar e ouvir mais e não ficar fechado em mim mesmo com respostas que eu achava ter.

No decorrer da pesquisa, foram acionadas fontes bibliográficas, documentais e, principalmente, entrevistas, além de um questionário censitário e da observação empírica.

A pesquisa dividiu-se em três fases, ainda que não pensadas de forma mecânica: 1) pesquisa bibliográfica e documental; 2) observação empírica exploratória (contato direto com os grupos sociais pesquisados); e 3) entrevistas (no contexto do trabalho de campo) simultâneas à aplicação do questionário censitário.

A pesquisa documental se deu na busca de paradigmas indiciários, signos, sinais, pistas, indícios (Ginzburg, 1986). *A priori*, Santana pareceu uma referência espacial atraente para pesquisa documental por haver uma associação local, a AIS (Associação dos Irrigantes de Santana) com arquivos e documentos (relatórios, livros de atas, estatutos e regulamentos), o que facilitou a identificação dessas famílias. Segundo Ginzburg (1986), o resgate de fontes bibliográficas e documentais tem importante valor para levantar os elementos micro do espaço que se propõe estudar. No entanto, a pesquisa bibliográfica e

documental foi parte de um processo em curso durante a pesquisa de campo. A pesquisa de campo possibilitou entrevistar os grupos domésticos, o que certamente contribuiu para trazer novas visões e informações em relação aos grupos estudados. O estudo foi centrado na pesquisa *in loco* num período de cinco meses (janeiro a fevereiro e julho a setembro de 2009). Pela distância relativamente curta entre a sede urbana do município de São Francisco e a comunidade de Santana, 24 Km, optei por ficar hospedado na cidade e ir diariamente à “roça” para realização do trabalho de campo. A primeira fase da pesquisa ocorreu no “tempo de chuva”, como dizem os agricultores em Santana, e a segunda, no “tempo de seca”. A princípio, procurou-se identificar onde esses grupos estavam localizados nesse universo social e estabeleceu-se um primeiro contato superficial, processo importante para melhor relação entre o pesquisador e os grupos estudados. Posteriormente, procedeu-se à observação empírica mais sistemática, à aplicação de um questionário censitário e à realização das entrevistas.

A proposta de focar o aspecto qualitativo da entrevista e o estabelecimento de um primeiro contato¹² possibilitaram a construção de uma confiança mútua. Dessa forma, criou-se uma proximidade social com as famílias, como uma condição para a comunicação “não-violenta” (Bourdieu, 1997) presente em relações dessimétricas.

Os capítulos estão basicamente organizados em três partes. No capítulo 1, há uma caracterização do município de São Francisco, com suas características sociais e econômicas, e uma abordagem sobre os mecanismos de reprodução social das famílias residentes na “roça”. No capítulo 2, são discutidas as múltiplas fontes de renda, sobretudo os rendimentos oriundos de políticas sociais e de empregos e ocupações não-agrícolas. E, por fim, no capítulo 3, é abordada a dinâmica populacional na comunidade de Santana, centrando o debate na ideia de *permanências transitórias e trânsitos permanentes*, para demonstrar a dinâmica de ir-ver-viver-estar e voltar ou até mesmo ir-ver-viver e ficar, mas sem desconsiderar um dia a possibilidade do retorno.

¹²Com algumas famílias o pesquisador tem relação mais próxima, enquanto de outras tem pouco conhecimento. Das 20 famílias ligadas à Associação Comunitária dos irrigantes de Santana (ACIS), 12 delas foram foco de um trabalho de conclusão de curso de graduação no Departamento de Geociências na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES (Graduação em Geografia).

CAPÍTULO 1

1.1. Mecanismos de reprodução social das famílias

O município de São Francisco tem características muito parecidas com os demais municípios do Norte do estado de Minas Gerais: a principal forma de uso e ocupação do solo é pela atividade agrícola e grande parte dos empregos formais, inclusive os mais atrativos, é ofertada pelo poder público (prefeitura e órgãos públicos em geral). O objetivo nesse capítulo é apresentar as características sociais e econômicas desse município e os mecanismos de reprodução social de famílias rurais residentes na região, que é marcada por poucas opções de trabalho e por um ambiente peculiar, caracterizado por períodos de seca e um passado recente¹³ de fome, privações de acesso à saúde, educação e bens materiais.

A experiência de vida de famílias rurais será apresentada nesse capítulo, mas também ao longo de toda a dissertação, por meio do resgate de suas trajetórias, com intuito de discutir os contextos de mudança social, sobretudo às transformações ao longo de um ciclo de vida doméstica. Ciclo doméstico nesse caso deve ser compreendido não apenas como nascimentos e mortes ou como a composição dos grupos pode ser fluída (Fortes, 1958), mas também considerando que as pessoas, ao avançarem na idade (da infância à adolescência, da idade adulta à velhice), em etapas inerentes ao ciclo biológico, podem mudar também sua posição social, por exemplo, de vida inativa à ativa, da vida ativa à aposentadoria. Parte-se do pressuposto de que os modos e as condições de vida dos grupos domésticos são consideravelmente afetados por sua composição. Com isso, os mecanismos de reprodução social das famílias são influenciados pelo número e pela idade dos membros que as compõem. Ou seja, a trajetória social de um grupo influencia nos mecanismos de reprodução ao longo do ciclo.

O uso da abordagem das famílias por meio de suas trajetórias sociais é uma forma de demonstrar os diferentes modos e meios de vida e, neste estudo, será considerada a noção de trajetória descrita por Bourdieu (2004): como séries de posições ocupadas de forma sucessivas por um agente (ou membros de um grupo). Nesse sentido, compreende-se que uma vida tem um ciclo marcado por transformações: nos meios e modos de vida das famílias, na composição dos grupos, entre outros fatores de mudanças perceptíveis nos relatos de vida no espaço e tempo.

Deve ressaltar que a trajetória social de uma família ou de indivíduos pode ou não estar associada à mobilidade espacial. Trajetórias sociais são trajetórias de vida, enquanto trajetória de mobilidade ou de migração está relacionada a deslocamentos espaciais, sucessivos ou não. Compreende-se que há distinção entre as trajetórias sociais e as de deslocamentos espaciais. A trajetória social dos grupos será contextualizada a partir das falas das pessoas, nem sempre seguindo etapas sucessivas temporais lineares, objetivando compreender as modificações em suas vidas ao longo de suas próprias histórias.

¹³ Não se pretende aqui afirmar a inexistência de pobreza ou fome nessa região nos períodos mais recentes entre 1990 e 2010. Entretanto, pelas narrativas colhidas em campo, ficou evidente que a vulnerabilidade à falta de alimentos era maior nos períodos anteriores à chegada na região de determinadas políticas sociais, sobretudo o Programa Bolsa Família.

Acionar a noção de ciclos de desenvolvimento do grupo domésticos não implica trabalhar com o processo vital do ser humano de forma linear, em enquadramentos representativos de cada etapa de um ciclo de vida, partindo de cada característica desses grupos em dado momento. Pretende-se aqui compreender a natureza do ciclo familiar, isto é, a possível relação entre os componentes dos grupos e seus meios e modos de vida.

Em uma região caracterizada pela multiplicidade de fontes de rendimento, em grande parte relacionada a benefícios sociais, será demonstrado como esses rendimentos estão atrelados ao ciclo de vida das famílias: famílias com muitas crianças com maior propensão a serem beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); com idosos (beneficiárias da previdência rural); com muitas pessoas ativas e com maior propensão aos rendimentos decorrentes do trabalho (na agricultura ou combinado a trabalhos fora da atividade agrícola). As fontes de rendimentos serão relacionadas ao número de bens que as famílias possuem, de modo que, ao levantar os bens¹⁴ que as famílias possuem, serão demonstradas não apenas suas condições materiais, mas também suas condições de vida.

¹⁴Foi apresentada às famílias uma lista com 19 bens. Por meio da observação *in loco* e de perguntas direcionadas, foram marcados os bens que essas famílias possuem, os quais foram definidos partindo-se do princípio de que a posse dos mesmos pode proporcionar melhor condição de vida para as famílias.

1.2.O universo da pesquisa: município de São Francisco

O município de São Francisco localiza-se ao Norte do estado de Minas Gerais, a 578 km da capital, Belo Horizonte, com população estimada em 54.846 habitantes¹⁵, e ocupa área de 3.309,90 km². O processo de formação econômica e social do município tem suas raízes históricas na agricultura e na pecuária, voltadas para a produção de alimentos e a criação de gado leiteiro e de corte para abastecer as regiões mineradoras do estado de Minas Gerais (Silva, 1985; Braz, 1997). Situada às margens do Rio São Francisco, no trecho navegável, a cidade formou-se como porto para abastecimento às pequenas embarcações que transportavam suprimentos às regiões mineradoras. Assim, a principal forma de uso e ocupação do solo é a atividade agrícola. O município integra os 84 municípios norte-mineiros (em um total de 89) onde a agricultura tem maior participação na ocupação das famílias (Rodrigues, 2005).

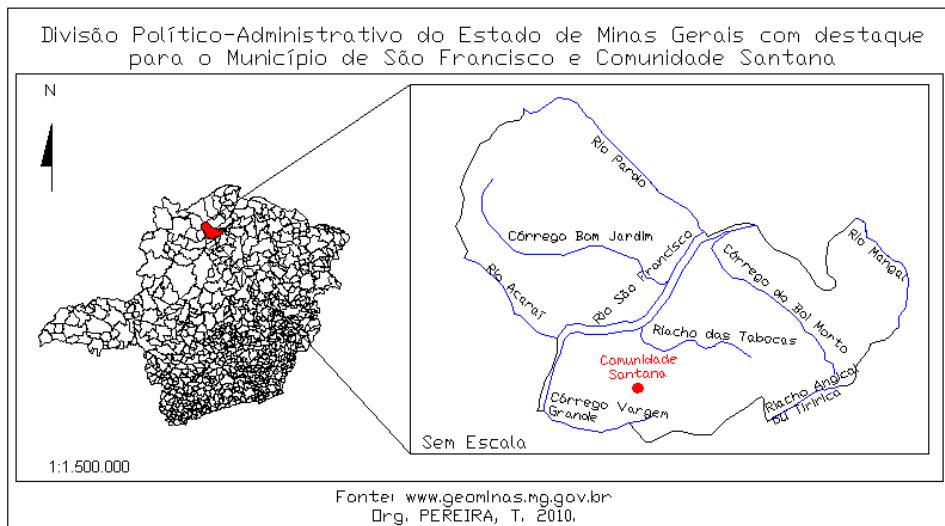


Figura 1 - Mapa político-administrativo do estado de Minas Gerais, com destaque para o município de São Francisco

No Produto Interno Bruto desse município, o setor de serviços, com 74%, é o que mais contribui, com 14%, seguido da agropecuária e, em menor porcentagem, do setor industrial, com 12% (IBGE, 2008). A expressiva superioridade do setor de serviços sobre a agropecuária e a indústria está relacionada ao fato de que nessa cidade a maioria dos postos de trabalho é ofertada pelo poder público. A prestação de serviços públicos nas esferas federais, estaduais e municipais, sobretudo na administração pública (principalmente em cargos de gestão, saúde e educação), é a principal alternativa de trabalho formal. Em geral, há poucas alternativas de meios de vida. As poucas alternativas de trabalho e renda

¹⁵ Segundo o censo IBGE 2000, a população total do município de São Francisco, MG, é de 51.359, sendo 54% urbana e 46% rural.

interferem diretamente nos mecanismos de reprodução social das famílias, por exemplo, na mobilidade espacial como possibilidade de trabalho temporário.

A pequena expressividade do setor industrial e o baixo dinamismo do comércio local acentuam a atratividade dos empregos públicos.

O dado emblemático desse município refere-se à ampla presença de políticas públicas com caráter de assistência social, como o Programa Bolsa Família. Em uma população de 54.846 habitantes, conforme os dados do programa Nacional de amostras por domicílio (PNAD, 2006), há nesse município estimativa de 8.542 famílias pobres¹⁶. Nesse sentido, há uma separação pelos centros de cadastro das famílias no PBF entre o total de famílias cadastradas e o de “famílias com perfil PBF”, ou seja, famílias que são cadastradas e que cumprem as exigências para serem beneficiárias do programa. Havia no mês de abril do ano 2010 um total de 10.158 famílias cadastradas no PBF e, entre elas, havia algumas com renda familiar *per capita* superior a meio salário mínimo (R\$ 232,50). Conforme Honorato Júnior, coordenador do Programa Bolsa Família há no município 44.422 pessoas cadastradas no PBF, ou seja, dapopulação total do município, 81% são componentes ou de famílias cadastradas com perfil PBF ou já beneficiárias do programa. Atualmente, 6.620 famílias são contempladas com bolsas do PBF, o que corresponde a um total de 27. 870 pessoas, ou seja, 51% da população municipal.

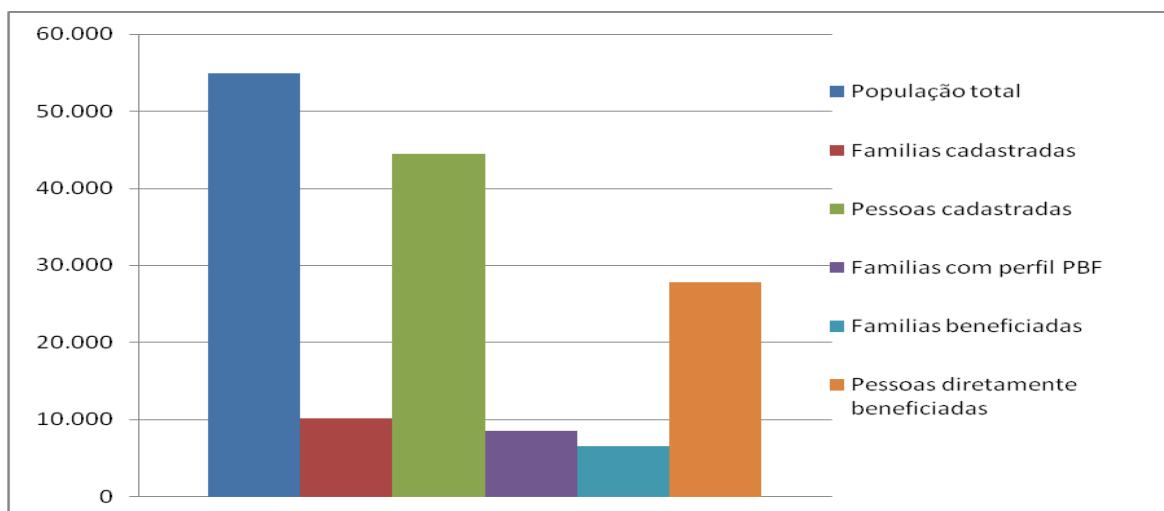


Figura 2 - Incidência do Programa Bolsa Família no município de São Francisco, Minas Gerais.

Fonte: Secretaria Municipal Da Assistência Social e coordenação do Programa Bolsa Família para o município de São Francisco, MG.

O cadastro do Programa Bolsa Família não distingue os domicílios urbanos dos rurais. No caso do município de São Francisco (MG), os dados fornecidos pela Secretaria de Assistência Social separam apenas 334 famílias residentes no meio rural das demais. São famílias remanescentes de quilombos e residentes no meio rural que tiveram prioridade no

¹⁶ Essa informação é importante, uma vez que os dados do Programa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) são utilizados como critérios para a concessão de determinados números de bolsas do PBF para os municípios brasileiros.

acesso ao benefício por serem consideradas “mais vulneráveis entre as vulneráveis” conforme afirmou o coordenador do PBF para esse município.

De certa maneira, a tendência do PBF no município de São Francisco (MG) é de ampliação no número de famílias atendidas pelo programa.

“A tendência é um aprimoramento dos programas sociais no município [São Francisco]. O Governo Federal tem dado suporte para uma ampliação no número de famílias atendidas. Para o ano de 2010, possivelmente o PBF irá contemplar com bolsas do programa 1.800 famílias que estão na lista de espera. Esse é um avanço que reflete na área social, porque iremos atender famílias vulneráveis. O que tem se percebido nos últimos anos é um aumento nos índices relativos à saúde e educação e isso é um reflexo dos avanços desse programa. [...] Os pagamentos dos benefícios ocorrem do dia 15 até o último dia de cada mês e isso interfere na dinâmica da cidade. O comércio fica mais movimentado. As pessoas compram mais, movimentam a economia. O PBF influencia na melhoria na vida dessas pessoas e melhora até mesmo os índices econômicos municipais”.

(Antonio Silva Júnior, assistente social, coordenação do Programa Bolsa Família no município de São Francisco, MG).

O que os dados comprovam é um grande número de famílias que recebem ou pleiteiam um benefício “não-contributivo”. A tendência de crescimento no número de famílias beneficiárias do programa aponta para a ampla presença de famílias com baixos rendimentos.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP), esse município encontrava-se em 2000 entre os 30 mais pobres do estado de Minas Gerais, com 87% das famílias com renda média mensal de até um salário mínimo.

O município encontra-se inserido na microrregião de Januária¹⁷, a mais pobre do norte do estado, com menor Produto Interno Bruto (PIB) e maior índice de pobreza. *Grosso modo*, o próprio norte do estado de Minas Gerais é caracterizado como uma “região problema”¹⁸, marcada pelo atraso econômico, pelos péssimos indicadores sociais, pelos altos índices de pobreza e fome, com um dos piores níveis de renda, escolaridade e saúde no estado de Minas Gerais (SEBRAE, 2003; Silva et al., 2005).

No município de São Francisco (MG), predominam propriedades rurais que empregam principalmente a mão-de-obra da família. Em 1996, havia 2.815 estabelecimentos rurais, dos quais 89,2% tinham como proprietários agricultores familiares. No entanto, os estabelecimentos patronais numericamente menores (8,7%) ocupavam 56% dos 248.979 hectares totais do município (IBGE, Censo Agropecuário 1995/1996).

¹⁷As microrregiões são conhecidas por seu uso prático pelo IBGE com finalidades estatísticas. As microrregiões são divididas com base nas proximidades espaciais, econômicas e sociais. Segundo a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, há na macrorregião norte do estado de Minas Gerais sete microrregiões: Bocaiúva, Grão-Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas (www.almg.gov.br).

¹⁸A acepção do norte do estado de Minas Gerais como uma “região problema” decorre dos seus indicadores socioeconômicos. Os indicadores socioeconômicos dessa região são melhores apenas que os da região do Vale do Jequitinhonha, uma das áreas mais pobres do país (Santos, 2002). A consideração de que a região mineira acima do paralelo 18 (ou seja, o Norte de Minas Gerais e o Vale do Jequitinhonha) é uma “região problema”, caracterizada pelos “bolsões de pobreza rural”, pela “estagnação econômica” ou “territórios deprimidos”, era uma visão dos órgãos estatais que defendiam a necessidade de criar programas para o desenvolvimento econômico da região (Ribeiro et al., 2007).

Contudo, os estabelecimentos familiares, mesmo ocupando área menor, possuíam o mesmo valor bruto de produção¹⁹ dos estabelecimentos patronais.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção (categorias familiares por tipo de renda e patronal no município de São Francisco, MG)

Categoria	Estabelecimentos		Área total		Valor bruto da produção (em reais, R\$)	
	Número	%	Hectares	%	1.000	%
Total	2.815	100,0	248.979	100,0	9.030	100,0
Total familiar	2.511	89,2	100.336	40,3	4.487	49,7
Maiores rendas	83	2,9	10.098	4,1	1.000	11,1
Renda média	426	15,1	30.474	12,2	1.576	17,5
Renda baixa	521	18,5	21.277	8,5	882	9,8
Quase sem renda	1.481	52,6	38.486	15,5	1.030	11,4
Patronal	245	8,7	148.346	59,6	4.488	49,7

Fonte:Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

Os estabelecimentos familiares correspondiam,em 1996, 44% do total do município. Segundo microdados do Censo Agropecuário de 1996 do IBGE, posteriormente trabalhados pelo convênio INCRA/FAO, apenas 1,1% dos estabelecimentos familiares nesse município ocupavam menos de 5 hectares. A maior porcentagem de unidades familiares rurais ocupava mais de 100 ha (42,9%), o que explica a grande incidência de atividades extensivas, como a pecuária e o baixo índice de ocupação da terra.

Tabela 2 - Área dos estabelecimentos rurais familiares no município de São Francisco

Categorias	Total	Menos de 5 há	Entre 5 e 20 há	Entre 20 e 50 ha	Entre 50 e 100 ha	Mais de 100 ha
Total familiar (em ha)	100.336	1.143	9.314	23.598	23.255	43.026
Em %	-	1,1	9,3	23,5	23,2	42,9

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996, IBGE.

Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

Na condição do produtor familiar, há predomínio de proprietários da terra (95%), seguidos em menor proporção pelo ocupante (4%) e pelo parceiro (1%), que, em 1996, ocupavam 98.488 ha, 1.848 ha e 620 ha, respectivamente.

Em dez anos, intervalo entre os últimos Censos Agropecuários do IBGE, houve nesse município aumento no número de estabelecimentos agropecuários, de 2.815 para 3.141 unidades, que passaram a ocupar um total de 135.657 hectares (Censos agropecuários de 1996 e 2006), apesar da redução do total de hectares do município, de 248.979 para 146.313²⁰. Essa diminuição ocorreu em virtude do desmembramento do território do

¹⁹ Valor da produção colhida/obtida do estabelecimento familiar ou patronal e que inclui todos os produtos animais e vegetais.

²⁰ Fonte: dados do IBGE, Censo Agropecuário, 1995/1996. Elaboração das tabelas pelo Convênio INCRA/FAO, disponível no site: www.mda.gov.br e IBGE, Censo Agropecuário 2006 – resultados preliminares, disponível no site: www.ibge.gov.br.

município a partir da emancipação de três distritos no período entre 1992 e 1997 (SEBRAE, 2003), que deram origem aos municípios de Urucuia, Pintópolis e Chapada Gaúcha. Esses municípios possuem atualmente, segundo o Censo Agropecuário 2006 do IBGE, 1.042, 1.094 e 749 estabelecimentos agropecuários respectivamente.

No meio rural de São Francisco (MG), predominam pastagens naturais e plantadas, com destaque para a pecuária de leite e de corte para a economia local e, em menor expressão, a agricultura com o cultivo de feijão, milho e milho sorgo (SEBRAE, 2003). Segundo dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, apenas 127 estabelecimentos agropecuários inseridos nos limites desse município possuem tratores. Há 148 tratores, o que corresponde em média a um equipamento a cada 22 propriedades.

Inserida numa região conhecida nacionalmente pelo problema das secas e pela migração sazonal ou definitiva de indivíduos e famílias do campo para a cidade, dados censitários do IBGE de 1970 a 2000 apontam para algumas características da dinâmica da população rural e urbana do município de São Francisco (MG). Os dados comprovam que na dinâmica da mobilidade espacial “ficar ou sair”, a opção pela saída é mais corriqueira.

No ano de 1970, o município tinha população predominantemente rural (88%). No entanto, os dados de 2000 indicam uma queda na proporção de residentes no meio rural, que passou para 46% (Censos IBGE 1970, 2000). Entretanto, essa diminuição dessa população não representou aumento proporcional da população urbana do município no mesmo período, o que aponta para a saída para fora do município como fator responsável para a configuração desses índices.

Os dados sobre as características demográficas regionais levantados a partir dos censos do IBGE demonstram que tanto no município de São Francisco (MG) quanto no Norte do estado de Minas Gerais, é comum o fenômeno que já se convencionou chamar “migração”. Os estudos sobre o Norte desse estado permitiram identificar dois fenômenos coincidentemente simultâneos na região: a intensificação dos investimentos da SUDENE, o que consolidou uma industrialização concentrada e a expansão do agronegócio; e a intensificação dos processos migratórios, principalmente pela movimentação da população do campo em direção à cidade (Oliveira, 2000; Pereira & Leite, 2006).

Segundo os dados dos censos do IBGE, entre 1970 a 2000, a população do Norte do estado de Minas Gerais deixou de ser predominantemente rural e passou a ser essencialmente urbana. Na década de 1980, 54% da população norte-mineira tinha como local de residência o meio rural. No início da década de 1990, houve leve predomínio da população urbana (55%) sobre a rural (45%). De acordo com os dados do censo 2000 do IBGE, houve predomínio da população residente no meio urbano (67%) sobre a rural²¹. Esses dados apontam para a situação de um quadro para essa região: a desruralização²² e a crescente urbanização.

No entanto, os dados do Censo 2000 do IBGE apontam para a permanência de 46% da população rural no município de São Francisco (MG). Entretanto, apesar da intensa mobilidade espacial como parte constitutiva da dinâmica populacional, como aspecto cultural local²³, essa mobilidade *no e entre* espaços e tempos distintos é em muita das vezes uma alternativa às famílias pela possibilidade de garantia de reprodução física e social do

²¹ Fonte: Fundação João Pinheiro (2003: 29), com análises a partir dos dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 1980, 1991, 2000.

²² Segundo Silva (1999), a desruralização ocorre a partir do fenômeno do êxodo rural (migração campocidade).

²³ Esse aspecto será desenvolvido no capítulo 3.

grupo. Contudo, essa mobilidade espacial tem significados distintos, configurados pelo contexto familiar, como a situação de pobreza (saída para reprodução física do grupo), necessidade de progressão nos estudos (ampliação do capital cultural), casamento (saída para “juntar recursos”, voltar, construir residência, casar, constituir uma nova família), a saída para “conhecer o mundo”, vivenciar novos espaços, paisagens, lugares, cenas e cenários, entre outras.

Apesar de o objeto central dessa pesquisa não ser propriamente o processo migratório, mas compreender como vivem as famílias residentes nessa região, não se deve desconsiderar a mobilidade espacial, uma vez que a dinâmica de ir-ver-viver e voltar é parte de um mecanismo de reprodução do grupo familiar que interfere diretamente nos modos de vida das pessoas e também nos modos de trabalho. Ou seja, de certa forma, os que “estão lá” interferem na vida “dos que estão aqui”. Os que saem não são partes opostas dos que ficam. São partes complementares. Como numa trama da rede, essas partes se entrelaçam. Uma é parte contínua da outra. Compreender a circularidade dessa população é uma tentativa de não cair no simplismo. Recusa-se, portanto, a hipótese de que o Norte de Minas Gerais é uma região de “emigração” que está passando por um processo de desertificação social contínua.

Para compreender os modos e as condições de vida de famílias rurais, baseou-se em uma comunidade rural específica, a comunidade de Santana.

No município de São Francisco (MG), conforme o Conselho Municipal de Entidades e Associações Comunitárias (COMENAC), há 117 comunidades rurais. Comunidade rural nesse sentido corresponde a um grupo social delimitado em termos territoriais²⁴, importante para a atuação de órgãos públicos, por exemplo, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG).

Com o objetivo de selecionar a comunidade onde seria realizada a pesquisa de campo, foi realizada em dezembro de 2008 uma primeira incursão a campo e, durante esse período da pesquisa preliminar de campo, entre os meses de dezembro de 2008 e fevereiro de 2009, foram visitadas oito comunidades rurais: Santana, Descansador, Jenipapo, Barreiro, Rancharia, Brejão de Ouro, Vila do Morro e Buriti do Meio, na companhia de um técnico da EMATER – MG²⁵.

Optou-se porcentrar a pesquisa qualitativa na observação de famílias rurais residentes na comunidade de Santana. Na descrição das falas, o nome real da comunidade foi mantido, enquanto, na identificação das pessoas, utilizaram-se nomes fictícios, inspirados nos personagens dos contos de João Guimarães Rosa, sobretudo Corpo e Baile, Noites do Sertão e Grande Sertão: Veredas, e das obras Vidas secas, de Graciliano Ramos, e O Quinze, de Raquel de Queiroz.

²⁴ Esta perspectiva de comunidade é importante para definirmos a partir de um território delimitado quais os grupos que serão o objeto desta pesquisa. No entanto, “comunidade” ou “comunidade rural”, como alerta Comeford (2005), são termos utilizados em diferentes contextos e que podem assumir distintos significados sociais e políticos. Ainda que uma das possibilidades de delimitar uma comunidade seja a partir de um recorte espacial, os circuitos das relações sociais não estão restritos a esse espaço.

²⁵ Visitar determinadas famílias na companhia do técnico da EMATER, Giordani Porto, interferiu consideravelmente na relação com algumas famílias. Inicialmente, logo havia a associação da visita a um funcionário do governo que estava “trazendo benefícios”. Nesse sentido, optou-se por não mais visitar as famílias acompanhado ou acompanhando funcionários públicos.

O interessante da comunidade de Santana é que, apesar do predomínio de famílias que reproduzem socialmente por meio da atividade agrícola, os dados levantados durante os *surveys* indicaram considerável número de famílias cuja fonte de rendimento ocorre fora da agricultura, seja do trabalho seja de benefícios sociais. Essa comunidade apresenta três aspectos relevantes: é conhecida na região por seus fins-de-semana “agitados” por festas; existem duas festas já consideradas tradicionais: a festa de Nossa Senhora Santana e a Cavalgada dos Filhos Ausentes; e há considerável número de jovens que residem ou circulam por essa comunidade (para estudar, “namorar”, “paquerar” ou ir às festas).

Na sede do distrito estão localizados estabelecimentos públicos que prestam serviços à população, como um posto dos Correios, um posto de tratamento de água, um posto de saúde²⁶ e uma escola que oferece do ensino pré-escolar até o ensino médio²⁷. Há também um pequeno comércio composto de 23 empreendimentos comerciais²⁸, e 3 templos religiosos (uma igreja católica e duas igrejas protestantes).

Conforme levantamento demográfico²⁹ há um total de 793 pessoas residentes na comunidade, com faixas etárias distribuídas da seguinte forma:

Tabela 3 - Distribuição da população de Santana por faixa etária

Faixa etária	Número de pessoas
Menos de 15 anos	210
Entre 15 a 24 anos	231
24 a 40 anos	175
40 a 60 anos	112
Mais de 60 anos	65
Total	793

Fonte: Dados contido nas fichas cadastrais das famílias no Programa Saúde da Família em Santana.

Esses dados apontam para alguns pontos: diferente de outras comunidades visitadas no município de São Francisco, Santana tem considerável número de habitantes na faixa etária entre 15 a 24 anos; e chama atenção pelo número de pessoas com mais de 60 anos, presumidamente, aposentados rurais ou pessoas propensas a receber esse benefício.

Analizando a pirâmide etária da população de Santana, percebe-se que no geral, há um certo equilíbrio entre o número de homens e mulheres. Esse equilíbrio se mantém entre todas as faixas de idades.

²⁶ No posto de saúde, há 11 funcionários: 1 médico, 1 dentista, 3 enfermeiras e 6 técnicas de enfermagem.

²⁷ No estabelecimento de ensino, há 664 discentes, 36 docentes, 1 secretária, 2 supervisoras pedagógicas, 1 orientadora educacional, 1 eventual, 2 bibliotecárias, 3 auxiliares de secretaria de educação básica, 1 diretor, 2 vices-diretores, 7 turmas do 1º ao 5º ano, 3 turmas do Projeto Acelerar para Vencer (PAV), 1 turma no 1º período e 2 no 2º período, 9 turmas do 6º ao 9º ano e 8 turmas do ensino médio

²⁸ Entre os estabelecimentos comerciais existente em Santana há 9 bares, 8 mercearias, 1 açougue, 1 sorveteira, 2 lojas de material de construção e 1 padaria, 1 *lanhouse* e 2 empreendimentos que prestam serviços (borracharia).

²⁹ Cadastro das famílias junto à Pastoral da Criança.

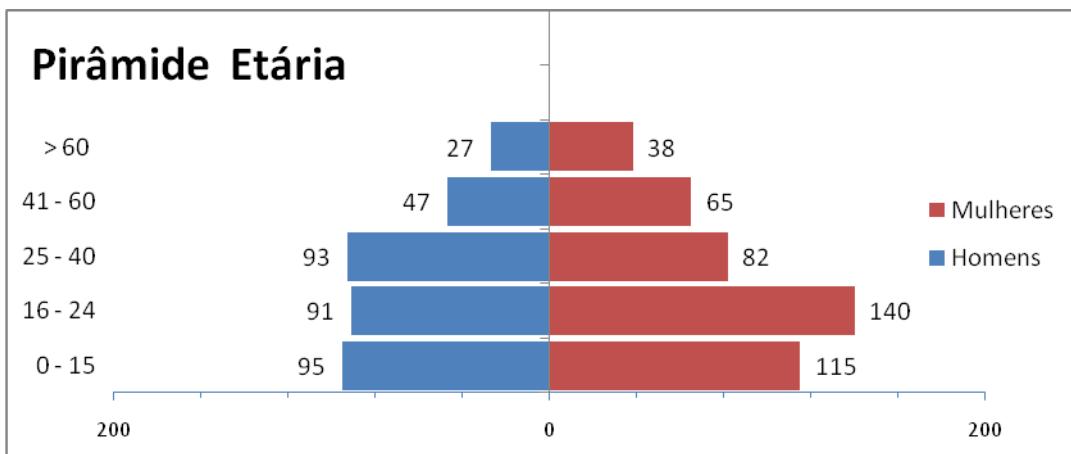


Figura 3 - Pirâmide etária da população de Santana

Fonte: pirâmide etária elaborada a partir dos dados contido nas fichas cadastrais das famílias no Programa Saúde da Família em Santana.

Entretanto, percebe-se pela pirâmide etária em Santana, que é mais significativo o número de habitantes com idades de 0-15 anos (210 pessoas) e 16-24 (231 pessoas) em relação a população mais idosa. Um dos elementos que justificam a configuração desses índices, é que até os 24 anos, sobretudo por estarem matriculados no estabelecimento de ensino local, os jovens tendem a permanecer na comunidade, quando que, ao concluírem o ensino médio, é mais comum o início de uma trajetória marcada pela mobilidade espacial. Na dinâmica de mobilidade espacial, para os mais diversos destinos do país, muitos desses jovens tendem a não retornar para a comunidade, fixando residência em locais fora da comunidade, sobretudo nos grandes centros urbanos do país, tais como São Paulo (SP), Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ). Mas, no geral, é significativamente maior o número de habitantes jovens em Santana que a população mais idosa, o que aponta para uma realidade de não envelhecimento da população rural nesse caso específico.

Para a realização dessa pesquisa, o foco central foram 30 famílias residentes na comunidade de Santana.

No processo de seleção da amostragem da pesquisa, inicialmente fez-se um levantamento do número total de residentes na comunidade de Santana. Posteriormente, utilizando o critério de famílias associadas à determinada associação local, de Irrigantes e Moradores e famílias que não são componentes de nenhuma das duas associações, as mesmas foram divididas em 3 grupos. Do total de 793 moradores em Santana, proporcionalmente, a Associação de Moradores representa o grupo que compõe o maior número de pessoas (540 pessoas, ou 68,8 %), em seguida a Associação dos Irrigantes (127 pessoas, ou 16,02 %) e com menor porcentagem (126 ou 16,0 %) o grupo de famílias que não compõem nenhuma das duas associações citadas anteriormente.

Inicialmente, independente do número de pessoas componentes dos 3 distintos grupos, manteve-se a ideia de trabalhar com 10 famílias de cada um dos agrupamentos. Os elementos da amostra foram escolhidos tendo basicamente 4 critérios: o número de crianças, jovens e idosos componentes das unidades familiares, a presença no espaço intra-domicéstico de benefícios sociais não contributivos, tais como Bolsa Família e aposentadorias e pensões e de políticas estruturantes, sobretudo Luz Para Todos e Minas

Sem Fome, além de residências onde haviam pessoas que estavam fora de casa em decorrência a mobilidade espacial .

Entretanto, mesmo trabalhando com a técnica de amostragem, esse estudo não procurava desde o início, generalizar as inferências da amostragem para toda a população. Mesmo trabalhando com a amostragem, procurou-se desde o início respeitar a essência específica de cada caso, ou seja, considerar que cada família tem uma dinâmica intra-doméstica muito própria, sobretudo nas questões relativas à dinâmica social de mobilidade espacial com sentidos e significados muito distintos.

Nesse contexto, para dar conta da diversidade de meios e modos de vida das famílias residentes em Santana, foram selecionadas essas 30 famílias, foco de análise nesse trabalho: 10 famílias componentes da Associação Comunitária dos Irrigantes de Santana (AIS), 10 famílias da Associação de Moradores³⁰ (AM) e 10 que não participam de nenhuma das duas associações. Grande parte dessas famílias reside na sede do distrito de Santana. Se considerada a classificação do IBGE sobre a situação dos domicílios, essas famílias seriam consideradas urbanas, uma vez que, para o IBGE, áreas urbanas correspondem a qualquer sede de município (cidade) e de distrito (vila), independentemente de suas características estruturais ou funcionais (Veiga, 2005). Em termos locais, qualquer pessoa ou família que resida fora da cidade (sede urbana) de São Francisco é considerada “da roça”. Roça, portanto, é uma categoria nativa que se opõe à cidade e, independentemente se a residência é no sítio, na fazenda, na sede de um distrito, de uma vila, ou povoado, essas pessoas são reconhecidas socialmente e se autorreconhecem como “da roça”.

Ao longo do texto, a palavra “roça” aparecerá com dois significados: em algumas passagens, para definir os locais onde são desenvolvidas as atividades agropecuárias, ou seja, espaço, lugar de produção agrícola; e em outras, como de lugar de morada. Quando a palavra roça aparecer no texto como local de morada, será utilizado o sinal de aspas. Nesse universo, a proposta consiste em concentrar a pesquisa empírica nos grupos sociais residentes no meio rural, ou melhor, na “roça”.

1.3. Famílias de Santana: modos de vida do povo no sertão

“Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando”.

Guimarães Rosa, Grande Sertão : Veredas

Na comunidade de Santana, a principal forma de uso e ocupação do solo é a agrícola. Contudo, os rendimentos advindos do trabalho familiar na agricultura e pecuária têm periodicidades definidas, em grande parte, pelo tempo da natureza. Os períodos de seca são um dos fatores que dificultam a obtenção de renda pelo uso da terra. Nesse período, a maioria das famílias que trabalham na agricultura não consegue ter infraestrutura custosa, como a irrigação, quadro que configura a vulnerabilidade dessas famílias, que têm seu

³⁰ Enquanto a ACIS inclui apenas famílias proprietárias de terra, na AM há tanto famílias proprietárias de terra como não-proprietárias.

trabalho na roça limitado às condições ambientais e que enfrentam dificuldades de geração de rendimento por meio da atividade agrícola. Na estação das águas, a produção agrícola de milho, feijão e mandioca, entre outras, é geralmente destinada ao autoconsumo. Produz-se grande parte do que se consome e, na maioria das vezes, a venda dessa produção é muito restrita. Entende-se por autoconsumo a produção de agrícola gerada por uma família para suprir suas próprias necessidades (Gazolla & Schnider, 2007). Nesse sentido, os gêneros agrícolas para autoconsumo correspondem à parcela da produção animal, vegetal ou de transformação caseira que é produzida na roça pelos membros da família e utilizada em sua alimentação conforme suas necessidades. A roça nesse contexto tem mais lugar de trabalho familiar, cujo resultado é a produção para o próprio consumo, e não necessariamente uma produção agrícola cujo principal objetivo seja a inserção na esfera comercial e mercantil. Como a produção agrícola é limitada, quando há colheita e excedente de produção, o que geralmente ocorre no período das chuvas, faz-se a comercialização desses produtos. No entanto, nem sempre é possível produzir o suficiente para a comercialização do produto agrícola. Dessa forma, não é tarefa fácil mensurar o quanto da renda familiar advém da comercialização desses gêneros agrícolas e definir a quantidade colhida (em sacos, quilos, toneladas, etc). O que ocorre, na maioria das vezes, são estimativas, tanto dos rendimentos oriundos das atividades agrícola quanto da quantidade colhida.

Se por um lado é difícil auferir uma renda, por outro lado, o levantamento dos bens que possuem as famílias parece ser o recurso mais satisfatório na definição de suas condições de vida. Durante a pesquisa de campo, foi apresentada aos entrevistados uma lista contendo 19 bens. A maior ou menor posse de bens pela unidade familiar será utilizada como indicador socioeconômico.

Apriori, em Santana são quatro as principais fontes de rendimentos das famílias (Tabela 4): atividades agrícolas; atividades não-agrícolas; e benefícios sociais (Programa Bolsa Família – PBF e aposentadorias rurais e pensões). Essas fontes de renda se desdobram em outras combinações de renda entre si (conforme tabela 4). Com o auxílio do presidente da Associação dos Irrigantes, Pedro Rodrigues, do presidente da Associação de Moradores, Adilson Pereira, e da coordenadora da pastoral da criança, Ilma Ramos, as 30 famílias foram agrupadas conforme os tipos de rendimento do grupo familiar.

Tabela 4 - As famílias segundo suas principais fontes de renda

Fonte de renda das famílias	Número de famílias
Lavoura	4
Bolsa família	4
Atividades não-agrícolas	4
Lavoura +atividades não-agrícolas	5
Lavoura +aposentadoria	5
Lavoura + bolsa família	5
Bolsa família + rendas não-agrícolas	3
Total	30

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo.

Na população avaliada, há considerável incidência de rendimentos nos espaços familiares e essa incidência é, em grande medida, atrelada a políticas sociais. Entre as 30 famílias selecionadas, 17 são beneficiárias do Programa Bolsa Família, de aposentadorias rurais e pensões e, em muitos casos, há a incidência desses três benefícios no mesmo grupo

familiar. Quatro famílias têm o PBF como principal fonte de renda, enquanto, nas famílias com membros aposentados ou pensionistas, é mais comum a combinação dessa fonte de rendimento com o rendimento das atividades agrícolas. Entre as 13 famílias que não são beneficiárias nem do PBF nem da previdência rural, há peso maior dos rendimentos oriundos do trabalho na roça/lavoura (4 famílias), de atividades consideradas não-agrícolas (4 famílias) e/ou do trabalho na agricultura combinado com o trabalho em atividades não-agrícolas (5 famílias), ou seja, que não estão diretamente ligadas à produção animal de vegetal.

Entretanto, apesar do “equilíbrio” entre os grupos selecionados, em geral³¹, a incidência de Bolsa Família é consideravelmente maior que a de todos os outros benefícios e fontes de renda. A grande incidência do Programa Bolsa Família, tanto no município de São Francisco quanto na comunidade de Santana, é um indicador de pobreza.

O conceito de pobreza inclui aspectos mais normativos que teóricos sujeitos à extensa gama de definições e classificações. Pobreza não é uma categoria analítica e não define sociologicamente um grupo, mas pode ser definida como: ter menos que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta); ter menos do que os outros na sociedade (pobreza relativa); e sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva) (Hagenaars & De Vos *apud* Hoffmann & Kageyama, 2007).

Sen (2000) considera pobreza um fenômeno multidimensional que assume um caráter de privação das capacidades. Entende-se por capacidades as muitas liberdades de ter estilos de vida diversificados: dos fundamentais, como a alimentação, aos mais implexos, como a participação na política. As liberdades dividem-se em liberdades substantivas, relacionadas às capacidades básicas e às participações políticas e de expressão; as liberdades instrumentais, como liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. De acordo com esse autor, uma característica inerente à pobreza, sua “essência absoluta”, é expressa na fome e na inanição, pois onde há esses elementos, coexiste a pobreza.

Muito recorrente entre formuladores de políticas públicas no país, como do PBF, é a fixação de renda para definir uma “dimensão da pobreza” e calcular as medidas agregadas à pobreza. Deve-se considerar que, ao mesmo tempo em que o rendimento de um grupo familiar é o indicador sintético de uma situação social e econômica, um rendimento familiar considerado suficiente para a sobrevivência pode estar relacionado a condições de moradia inadequadas, assim como a baixa escolaridade dos membros dessas famílias, crianças em idade escolar inseridas em um trabalho precário ou também ao trabalho precário de outros membros do grupo familiar. Concorda-se com Hoffmann & Kageyama (2007) que a mensuração da pobreza deve ser multidimensional e multisectorial, ou seja, deve ser analisada mediante combinação de carência e de não-carência (de rendimentos, educação, moradia, inserção do mercado de trabalho, acesso a serviços de educação). Nesse sentido, considerou-se nesta pesquisa que a satisfação das necessidades básicas da família depende de certa renda (seja provenientes do trabalho ou de benefícios sociais), da posse de determinados bens (para a garantia de certo nível de conforto) e de acesso a uma infraestrutura social ofertada (como educação e saúde), tanto por instituições públicas quanto por privadas.

³¹ Muito comum durante a pesquisa de campo a afirmação de que quase todas as famílias em Santana eram beneficiárias do PBF. Entretanto, para dar conta de uma diversidade de meios e modos de vida, foram selecionadas tanto famílias beneficiárias como não beneficiárias do PBF.

Nesse sentido, considerou-se que a pobreza pode ser definida em termos de renda, mas também da privação das famílias ao acesso a condições básicas à sua existência, como energia elétrica, água encanada, instalações sanitárias, entre outros bens, como também pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e ao ensino formal. Esse último elemento é importante para que sejam garantidas as capacidades do indivíduo de participar de atividades comunitárias, buscar e acessar direitos. Em relação aos bens e às utilidades a eles inerentes, deve-se considerar que a falta de determinados bens considerados essenciais para a sobrevivência física do indivíduo pode dificultar o grupo familiar ao preenchimento de suas necessidades básicas, o que interfere diretamente sobre suas condições de vida.

Nesse sentido, quanto menor o rendimento do grupo familiar, menor o número de bens da família, como banheiro, água encanada, fossa séptica, energia elétrica, enfim, condições de habitação. Quanto menor o acesso dos membros do grupo à infraestrutura social de saúde e educação, maior os relatos de fome e inanição, serão dados utilizados para apontar condições de pobreza.

A partir desse momento, as famílias da comunidade de Santana, foco da presente pesquisa, serão retratadas com mais profundidade. A apresentação das famílias será concomitante à posse de bens, para se ter um panorama geral sobre suas condições materiais e de forma mais ampla sobre suas condições de vida.

Inicialmente, essas famílias foram separadas em grupos tendo como base as fontes de rendimento. Entretanto, considerou-se que, ao trabalhar com grupos, estar-se-ia enquadrando uma realidade mais dinâmica. Com isso, considerou-se que famílias beneficiárias do PBF podem, no momento da pesquisa, ter fontes de rendimentos que podem ser modificadas ao longo de sua trajetória. Um fato importante é que o ciclo de vida da família está intimamente relacionado ao recebimento de certos benefícios sociais. Famílias com crianças e jovens são mais propensas a receber os benefícios do PBF, assim como família com idosos está mais propensa a ter um membro beneficiário da previdência rural. Desse modo, famílias que recebem apenas o PBF podem, em um período curto, ter membros que começem a trabalhar e a ter rendimentos para além do PBF ou ter membro que se torne aposentado rural. A natureza do ciclo de vida interfere consideravelmente nas trajetórias e condições de vida das famílias. Entre famílias com muitas crianças, a vulnerabilidade é maior que entre famílias com idosos. Por ter condições melhores e condições materiais, as famílias com idosos conseguem proporcionar melhores condições de vida aos seus membros que aquelas com muitos membros dependentes e apenas beneficiária do PBF, como exemplo. Nesse capítulo, ao eleger as trajetórias mais emblemáticas, tenta-se demonstrar a diversidade nos modos e nas condições de vida e como essa trajetória do grupo familiar interfere na sua relação com as pessoas, os lugares, as paisagens, as cenas e os cenários.

Apesar de ser uma comunidade com população pequena, os modos diversos de vida mostram-se presentes, como será demonstrado ao longo do texto quando se “dá voz” aos entrevistados. Nesse sentido, tentou-se permitir que essas pessoas contassem como são suas vidas, como é a experiência de viver da agricultura, viver na insegurança, na instabilidade, na “roça”, e como convivem com o constante partir – voltar ou partir – ficar. Enfim, a família como um ponto fixo que relata sobre suas experiências, suas dinâmicas, a mobilidade, sobre o “mundo” na qual estão imersos.

Como demonstrado, entre as 30 famílias pesquisadas, 4 delas têm como única fonte de renda a atividade agrícola, configurando um grupo de “famílias agrícolas”. Duas dessas

famílias residem em estabelecimento rural/sítio e duas na sede do distrito, em Santana. Em todos os casos, a residência do grupo familiar é própria e de alvenaria.

1.4. Famílias que têm a atividade agrícola como principal fonte de renda

Serão descritas as trajetórias familiares mais emblemáticas, iniciando-se propositalmente pela família do Sr. Sebastião, um agricultor de 48 anos, com ensino fundamental incompleto, casado com a Sr^a. Luzia, de 46 anos, ensino fundamental incompleto, co-residentes com mais cinco filhos. Essa família sempre residiu no mesmo sítio, numa casa construída pelo Sr. Sebastião numa terra que ele herdou de sua família. Os cinco filhos com idades entre 10 a 20 anos permanecem residindo com os pais “pelo menos até concluir a escola”. O casal tem ainda dois filhos com ensino médio completo, de 26 e de 28 anos, que saíram para trabalhar: um filho mudou-se para o Sul do estado de Minas Gerais para trabalhar como vaqueiro e o outro para a cidade de São Paulo, onde trabalha como frentista. Pela percepção sobre a temporalidade da saída, a família considera que esses dois filhos não residem mais na casa dos pais, mas que um dia podem voltar. Esses dois jovens são considerados pela família como “estabilizados”, pois, desde que saíram, trabalham no mesmo emprego, com carteira assinada e direito a férias. Como esses dois jovens já haviam saído há mais de três anos, não foram incluídos pela família como residentes na casa, diferentemente do filho de 20 anos, que já saiu por uma temporada curta para trabalhar na colheita de batata em Goiás e retorna à comunidade, à casa dos pais.

É do trabalho na roça que a família retira o rendimento para a reprodução do grupo. O rendimento familiar foi declarado como de 1 a 2 salários mínimos, entretanto números que correspondem a estimativas, pois normalmente a própria família não consegue auferir renda exata. Nessa unidade familiar, terra, trabalho e família estão intimamente ligados, uma vez que as atividades na roça são realizadas em conjunto pelo grupo familiar, incluindo a esposa e os filhos, ou seja, a trajetória familiar é marcada pelo trabalho na atividade agrícola. Nos 42 hectares do casal (parte da terra foi herança do marido, parte da mulher), a família cultiva milho, feijão, batata e mandioca, dependendo da época. Com a abertura de um poço artesiano próximo ao sítio do Sr. Sebastião e com a chegada da água encanada pelo Programa “Minas sem Fome”, houve a possibilidade de se cultivar uma horta durante todo o ano para o próprio autoconsumo da família. Essa família não trabalha na roça apenas para seu consumo, mas “pra vender também”. A agricultura praticada pela família é calcada no sistema de coivaras, sem a utilização de técnicas modernas de cultivo, o que, na própria avaliação do Sr. Sebastião, dificulta a geração de excedentes agrícolas que possam ser comercializados, como esclarece:

“A colheita é pra vender, pra consumo da casa e pra cuidar da criação. No ano passado [ano de 2008] foi ruim. A terra tava fraca e não rendeu muito não. O feijão quase não deu, foi fraco. Só rendeu 15 sacos. O feijão foi pouco [...] 3 sacos tá guardado pra nós mesmo comer. O milho sempre é plantado pra cuidar da criação. Milho é ruim pra vender, quase num sai. A mandioca é mais pra fazer farinha e comer por aqui mesmo, quase não vende [...] A terra tá fraca. Quando plantou o feijão na primeira vez deu muito. Mas a terra foi perdendo força e ficou fraco. Tinha que adubar, melhorar a terra, mas é caro. A roça muda muito. Tem ano que é bom, outro ano não é bom não. Depende [...] se a roça vai render ou não, eu não sei. Nós cuida e fica é esperando pra ver o resultado. Se tivesse como botar nutriente na terra, fizer a aragem rendia mais. [...] trabalhar na foice e na enxada só perde tempo. Prepara a terra, planta e a chuva não vêm. Quando vem, é forte, e tem vez que perde a roça. Tem de saber o tempo de limpar a roça, de plantar e esperar que dê certo. Tem vez que dá certo, mais tem vez que não dá certo não [...] Nesse ano, nós vai mudar a plantação de feijão de lugar. Vai plantar o feijão mais perto do córrego, que a terra é mais úmida, pra ver se na terra nova rende mais”.(Entrevista concedida em agosto de 2009³²)

O resultado do cultivo de feijão nos três meses correspondentes ao período da chuva é estocado em grande parte para ser consumido pelo próprio grupo familiar e o restante é comercializado junto aos comerciantes de Santana. A produção de milho nos períodos de chuva é estocada para sustento da criação de porcos e galinhas nos nove meses correspondentes aos períodos de estiagem.

Para essa família, durante os períodos de seca, dificilmente há produção excedente – considerando produção excedente a parcela da produção além da necessária para o autoconsumo do grupo familiar. Isso significa dizer que, nos períodos de seca, a maior parte do que a família produz é consumida. Nesse contexto, a diminuição da produção agrícola nos períodos de seca não ocorre pelo abandono dos cultivos agrícolas, mas por que as famílias com menos recursos não trabalham a terra utilizando largamente a fertilidade dos solos e corretivos, investindo em sementes melhoradas ou utilizando técnicas de irrigação, entre outros. Um dos fatores que prejudicam a produção agrícola nos períodos de seca é a escassez de um elemento natural: a água. Pela dificuldade de a família comprar equipamentos de irrigação, a produção agrícola é consideravelmente menor, tanto em espaço de cultivo quanto em quantidade colhida. Com uma produção limitada, é mais comum o estoque dessa produção que a venda para auferir uma renda da terra.

³² As entrevistas incorporadas à dissertação foram, em grande parte, realizadas entre os meses de julho e agosto de 2009.



Foto 1 - O Painel Precário - Produção de milho estocada para o consumo animal (propriedade da família do Sr. Sebastião). Julho de 2009. Fotógrafo: Elicardo Heber.

Para essa família, a roça significa lugar para a produção que será destinada ao autoconsumo do grupo. Esse mesmo significado de roça é perceptível no grupo familiar do Sr. Preto, um trabalhador rural com 56 anos, casado com a Sr^a. Lourdes, 56 anos, ambos com ensino fundamental incompleto. Com os três filhos homens com idades de 20, 27 e 33 anos, a família cultiva milho, mandioca, fava e feijão em uma área de 20 hectares. A produção desses gêneros agrícolas é influenciada pela sazonalidade e a restrição no cultivo desses produtos ao longo de todo o ano reforça a necessidade estratégica da família de estocar os alimentos para consumo ao longo do ano. Essa produção para autoconsumo possibilita que, nos períodos de seca, a família não se torne vulnerável à falta de alimento para sustento dos animais e da própria família. Por isso, comprehende-se que o primeiro e principal objetivo do trabalho dessas famílias na roça é garantir sua própria alimentação.

Essa produção para autoconsumo representa um importante instrumento de mitigação da vulnerabilidade da segurança alimentar dessas famílias, constituindo o que Grisa & Schneider (2008) nomeiam como “fonte de renda não-monetária”.

Com diversas denominações, a produção para autoconsumo pode também ser denominada mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico, ou produção “pro gasto”(Grisa & Schneider, 2008). A especificidade da produção de autoconsumo está no seu valor de uso pelos membros da família, ou seja, aquilo que é produzido e consumido pela família.

1.5. A organização da produção: o trabalho na roça

A roça inicia-se com a escolha do espaço que será cultivado, considerando a terra que a família dispõe, a cobertura vegetal, a declividade, a exposição ao sol e a proximidade aos córregos. Milho e mandioca geralmente são cultivados próximos às residências, enquanto feijão é, na maioria das vezes, cultivado próximo aos córregos (pequenos rios

intermitentes que nascem no período das chuvas e morrem nos períodos de seca). O tamanho e a espessura das árvores são também levados em consideração, pois demonstram a quanto tempo a área está em “pousio”, categoria nativa para o tempo em que a terra está em descanso. Acredita-se que, quanto mais tempo a terra estiver em “pousio”, maior sua fertilidade. Escolhida a área, a família empreende esforços para a derrubada das árvores, geralmente utilizando foice e machado. A vegetação depois de derrubada é “juntada” em moitas e em seguida é realizada a queima em “coivaras”. A queima da coivara ocorre nos tempos de seca que precede o tempo das chuvas. O preparo da terra é nas secas e o tempo de plantar ocorre nas primeiras chuvas, em novembro/dezembro. A roça é o espaço da policultura, que está subjugado ao tempo da natureza. O “bom tempo” é o tempo da chuva, época do plantio. Na roça é onde ocorre a combinação de consórcios, sobretudo com milho, os vários tipos de feijão (principalmente o de corda e a fava), abóbora, mandioca, quiabo, maxixi, caxi³³, entre outros. Enquanto a plantação de mandioca é permanente, os outros cultivos são restritos ao tempo das chuvas, por isso, associa-se comumente o tempo das chuvas ao tempo da “fartura”. O resultado dessa relação entre família, trabalho e natureza é a colheita de grãos, frutos, legumes etc. Há uma relação entre trabalho e consumo, no entanto, se a produção é muito baixa, resta à opção pelo consumo e pela não-comercialização do produto. Essa dinâmica lembra o trabalho de pequenos produtores no roçado, mesmo que em propriedade alheia, na região do agreste, quando a família a cada ciclo agrícola trabalha para “garantir a subsistência do grupo doméstico (Garcia Jr., 1990, p.53). Na região de Areia, as “lavouras de subsistência” eram destinadas ao autoconsumo familiar ou a sua eventual venda. A venda desses produtos estava atrelada, em grande parte, às flutuações dos preços. Estando o preço do produto com valor baixo, pelo princípio da alternância, a família optava por estocar o produto tanto para o consumo familiar quanto para futuras comercializações caso seu preço melhorasse.

Em Santana, a horta, a produção de animais domésticos e formas complementares e esporádicas da renda, como a venda da força de trabalho para outros agricultores, e o dinheiro remetido por parentes que estão fora são elementos que contribuem consideravelmente para a reprodução social dessas famílias. Enquanto a roça em grande medida é o espaço de cultivo para o autoconsumo, a “manga” é o espaço de cultivo mercantil.

Apesar da existência dessas famílias que praticam a policultura, há famílias que especializam em uma ou poucas culturas, privilegiando os “cultivos comerciais” em detrimento ao cultivo para o consumo.

1.6. O trabalho na “manga”

Ao resgatar a trajetória e os modos de vida dessas famílias, observou-se que a roça e a manga são elementos que conformam os modos de viver e uma identidade de uma condição de “família que lida com a agricultura”. Há distintos significados para o trabalhar na roça ou na manga.

³³ O caxi é um legume parecido com uma abóbora-d'água ou cabaça, porém menor, com sabor que lembra bastante o sabor de um chuchu. Sobretudo nos períodos de chuva, nasce nos quintais das casas, nas roças e nas mangas sem ser semeado. Quando verde, o caxi é utilizado pelas famílias como “mistura” e preparado, por exemplo, junto com carne moída. Quando maduro, geralmente é utilizado como cabaça.

Um exemplo é o Sr. Cícero, proprietário da terra, residente na sede do seu sítio em uma casa de alvenaria, que trabalha na manga. Sob o teto que reside, encontram-se a mulher e um casal de empregados e sua filha, ainda bebê. Sr. Cícero tem quatro filhos que saíram da casa para progressão nos estudos e trabalho e que retornam esporadicamente a passeio. Saíram – viram o mundo – viveram e ficaram lá³⁴. Um filho é médico especialista em cirurgia plástica e o outro é comerciante com graduação em Administração. Das duas filhas, uma concluiu o curso de Enfermagem e a outra se formou em Serviço Social. Todos os filhos têm em comum o fato de optarem por residir fora, na cidade³⁵, e não trabalhar na atividade agrícola. Contudo, o Sr. Cícero nunca quis sair da “roça”: “Trabalho na roça desde criança [...] trabalhava ajudando meu pai e muito do que tenho hoje foi juntado desde aquela época [...] o que sei fazer é lidar com as coisas da roça. Eu gosto do que faço. Formei meus filhos com o suor do trabalho na roça. Fiz deles gente com o trabalho meu aqui. Eles quiseram sair daqui, mas eu e minha esposa nunca pensamos em sair não [...].”

O Sr. Cícero é um caso emblemático de um processo pelo qual passaram os agricultores³⁶ da comunidade de Santana ao longo dos anos de 1990: a especialização na pecuária leiteira em detrimento da policultura. Famílias de agricultores, com produção agrícola diversificada, optaram pela especialização dos “cultivos comerciais” em detrimento da policultura de outrora. Em sua propriedade, o Sr. Cícero destina 70% de uma área de 434 hectares para a pecuária leiteira e para o cultivo de cana-de-açúcar, que será utilizada nos períodos da seca tanto para alimentar o gado quanto para produzir cachaça. A produção de cachaça ocorre nos períodos de seca, enquanto a pecuária leiteira é uma atividade praticada durante todo o ano, na manga. A manga é um espaço destinado à criação extensiva das matrizes leiteiras e de outros animais que auxiliam na pecuária, como cavalos, burros, jumentos, enfim, animais que são utilizados para o transporte de leite até os tanques de expansão³⁷. Diferentemente da roça, que é espaço da policultura, a manga é o espaço da especialização na pecuária leiteira.

³⁴ O estar ou ser de lá contrapõe o ser ou estar aqui (na comunidade, entre os familiares, os amigos, etc)

³⁵ O filho médico mora em São Paulo (SP), o filho comerciante na cidade de Icarai de Minas (MG), a filha assistente social em Salinas (MG) e a filha enfermeira em Montes Claros (MG).

³⁶ Esse processo não foi generalizado. Entretanto, não é possível dimensionar quantitativamente o número de agricultores que optaram pela especialização na pecuária leiteira.

³⁷ Também conhecido como tanque de resfriamento ou tanque de expansão direta, é um equipamento que recebe e estoca o leite a granel promovendo seu resfriamento direto e possibilitando a conservação do leite *in natura*. Esses tanques são instalados nas propriedades rurais ou em comunidades visando, neste caso, atender a grupos de produtores. É necessário que o tanque seja capaz de, pelo menos, resfriar todo o leite até 10° C (dez graus centígrados) na primeira hora, e até 4° C na segunda hora após a ordenha. Caso contrário, poderá comprometer a qualidade do leite. Fonte: www.emater.mg.gov.br



Foto 2 -"Manga" - Vista parcial de uma manga, com pastagens de capim plantado do tipo Andropolo. Julho de 2009.
Fotógrafo: Elicardo Heber.

Essa especialização na pecuária leiteira é a materialidade de um processo induzido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, com a prestação de serviços de extensão e treinamento dos agricultores para lidar com uma pecuária mercantilizada. O crédito de bancos públicos e privados e a compra de insumos representou para algumas unidades familiares o momento de ruptura da policultura e a substituição de diversos cultivos pela especialização, sobretudo em feijão ou pecuária leiteira. Diferente de muitos agricultores, para os quais a especialização representou endividamento com os bancos e inadimplência (reflexos da dificuldade de lidar com matrizes leiteiras oriundas de outras regiões), o Sr. Cícero permaneceu na especialização da produção no momento em que os outros agricultores retornaram para a policultura ou para “novas”³⁸ práticas agrícolas, como o cultivo de hortifrutigranjeiros. Com as atividades concentradas em um alambique nos períodos de seca e a pecuária leiteira durante todo o ano, esse agricultor tem três funcionários fixos e um número de trabalhadores temporários que pode chegar a 20 dependendo do fluxo de produção da cachaça. No período de entrevista, que foi no tempo da seca, naquele mês (julho de 2009), a produção mensal de cachaça foi estimada em 3 mil litros com produção anual estimada 25 mil litros. A produção de leite foi estimada em 200 litros/dia, sendo que nos meses de chuva o rendimento é maior. No mês de julho, com o trabalho na manga e no alambique, o rendimento mensal da família foi estimado em

³⁸ “novas” entre aspas porque o cultivo de hortifrutigranjeiros é uma atividade econômica recente na comunidade. Essa atividade começou a ser desenvolvida em maior proporção, sobretudo após a ampliação de redes de distribuição de água ao longo dos anos 1990. Com a construção de uma barragem e a ampliação de redes de distribuição de água, as famílias residentes nos sítios e fazendas puderam ampliar uma antiga atividade. Entretanto, o cultivo de hortifrutigranjeiros é destacado como uma nova atividade por ter se tornado uma importante alternativa de renda e emprego para as famílias nos anos recentes e não apenas um *hobbie* ou uma atividade com menor proporção. Certamente, essa atividade em tempos recentes tem tido importante papel para reprodução social dessas famílias.

aproximadamente R\$ 5.000,000, descontados os valores gastos com a produção e o pagamento de funcionários.

Entre as três famílias (do Sr. Sebastião, Sr. Preto e Sr. Cícero), há uma trajetória ligada à agricultura. Nessas famílias, onde predominam pessoas com baixa educação formal, os filhos com maior escolaridade tendem a sair da casa dos pais e “ganhar o mundo”. Em todas as famílias, as trajetórias individuais são marcadas pelo ir e vir. Coincidemente, enquanto filhos estão circulando, os chefes de família que têm a “roça” como espaço de vida e trabalho ficaram trabalhando no campo e observando o ir e vir das pessoas. Observaram a casa “esvaziar” e “encher” de gente na época das férias e das festas. Observaram o retorno dos que não foram bem-sucedidos e também daqueles que foram “ver o mundo” e voltaram. Nessa trama de situações, de idas e retornos, compreendem que o lugar deles é na “roça”, na agricultura, no “seu mundo”.

Entre as quatro famílias pesquisadas que têm a agricultura como principal forma de trabalho, a residência do Sr. Cícero é a que contém maior número de itens numa lista de 19 bens (Tabela 5).

Tabela 5- Bens das famílias que têm a agricultura como principal fonte de renda

	Salvador	Ana	Cícero	Antonio
Energia elétrica	X	x	X	x
Água encanada	X	x	X	x
Água tratada	-	-	-	x
Fossa séptica	X	x	X	x
Máquina de lavar	-	-	X	-
Chuveiro elétrico	-	-	X	-
Geladeira	X	x	X	x
Televisão	X	x	X	x
Rádio	-	x	X	-
Computador	-	-	X	-
Computador com internet	-	-	-	-
Telefone	-	-	-	-
Telefone celular	X	-	X	-
Carro	-	-	X	-
Moto	X	x	X	-
Bicicleta	X		X	x
Fogão a gás	X	x	-	x
Antena parabólica	X	x	X	x
Aparelho de DVD	-	-	X	

** Contém na tabela o nome das pessoas que responderam aos questionários, geralmente chefes da família. Os nomes são fictícios.

Em todas as residências, há luz elétrica e água encanada. A posse desses bens pelas famílias é, em grande medida, resultado de um conjunto de políticas públicas nessa região, como o Programa Luz para Todos”, do governo federal e o “Minas sem Fome”, programa do governo do estado de Minas Gerais, que tem facilitado a abertura de postos artesianos e a chegada de água encanada às residências. As famílias que possuem água tratada são as que residem na sede do distrito de Santana, enquanto aquelas residentes nas sedes das fazendas e sítios ainda não possuem este benefício. Desde 2003, há um posto de tratamento de água da Companhia de Abastecimento de Minas Gerais - COPASA na comunidade de Santana, mas as residências do Sr. Cícero e D. Ana são atendidas por postos artesianos,

diferente das demais, que são abastecidas com água da “barragem de Santana” e que passa pela estação de tratamento da COPASA. Interessante destacar que todas as quatro residências possuem fossas sépticas e televisão com antena parabólica. Para essas famílias, a televisão é uma das principais fontes de informação, uma vez que poucas possuem rádios e nenhuma possui computador com internet.

1.7. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família³⁹

Quatro famílias têm no programa Bolsa Família sua fonte exclusiva de renda. Três não são proprietárias da terra e uma cultiva a terra apenas “para o gasto”, ou seja, consome o que produz em uma área de 5 ha. O PBF, como um programa de proteção social, garante a essas famílias uma renda, ainda que mínima. *Grosso modo*, são famílias com condições materiais marcadas pela pobreza, com rendimentos de até R\$122,00 e no mínimo R\$94,00. Nesse último caso, um casal e dois filhos compartilham uma renda que corresponde em média a R\$23,50 por pessoa. Essas famílias beneficiárias do PBF têm em comum a presença de membros com baixa escolaridade, geralmente ensino fundamental incompleto. Na maioria das vezes, os membros das famílias que estão progredindo na formação escolar, cursando o ensino fundamental ou o ensino médio são as crianças e os jovens. Como o PBF é condicionado, há uma preocupação das famílias em manter os jovens e as crianças matriculados e frequentando a escola. A presença de uma escola pública na comunidade favorece a permanência desses indivíduos no sistema oficial de ensino. Entre os membros das famílias desse grupo que permanecem na comunidade, não há uma pessoa com ensino médio completo. Dessa forma, percebe-se na composição das famílias crianças e jovens com ensino fundamental e médio incompleto, porém cursando, e pais com ensino fundamental incompleto. As famílias residem em casas próprias, de alvenaria, na sede do distrito, com exceção de uma delas, que reside no sítio.

A família, proprietária de 5 hectares de terra, utiliza, segundo estimativas do chefe da família, menos de 3 hectares. Nesse pedaço de terra, cultivam nos períodos da chuva, feijão e milho, com colheita no ano de 2009 estimada em 10 sacos de milho e 2 sacos de feijão. O feijão e o milho são colhidos e estocados: o primeiro, sobretudo para o consumo da família e o segundo, para manutenção da criação de porcos e galinhas. No quintal é mantida uma horta, onde cultivam hortaliças e plantas medicinais para consumo da própria família. Essa família depende principalmente do PBF para compra de alimentos, mas recebe também ajuda de parentes que “estão fora”. Os parentes residentes em São Paulo, SP, enviam roupas, calçados e dinheiro. Essas remessas de dinheiro viabilizaram a compra de uma geladeira, um fogão e uma televisão (Tabela 6).

³⁹ Considerando apenas a principal fonte de renda do grupo familiar.

Tabela 6 - Bens das famílias que tem o benefício do PBF como principal fonte de renda

	João	Ramiro	Otacília	Joé
Energia elétrica	X	x	X	x
Água encanada	X	x	X	x
Água tratada	X	-	X	x
Fossa séptica	X	x	X	x
Máquina de lavar	-	-	-	-
Chuveiro elétrico	-	-	-	-
Geladeira	X	-	X	x
Televisão	X	-	X	-
Rádio	-	x	-	-
Computador	-	-	-	-
Computador com internet	-	-	-	-
Telefone	-	-	-	-
Telefone celular	-	-	X	-
Carro	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Bicicleta	X	-	X	x
Fogão a gás	X	-	-	x
Antena parabólica	-	-	X	-
Aparelho de DVD	-	-	-	-

Entre os bens dessas famílias, percebe-se que, exceto a família do Sr. Ramiro, que reside fora da sede da comunidade, todos as demais são beneficiadas com água tratada.

Observe-se que as famílias beneficiária do PBF como também as famílias que têm rendimentos fora da agricultura serão caracterizadas no capítulo 1 *en passant*, pois serão retratadas com maior profundidade no capítulo 2.

1.8. Famílias cuja principal renda é da atividade não-agrícola

Entre as famílias pesquisadas, há pessoas que trabalham em atividades dissociadas da atividade agrícola mesmo residindo no meio rural. São empregos por conta-própria (mercearias, padarias e bares), na construção civil, na prestação de serviços (borracharias) e no funcionalismo público (nas áreas de educação e saúde). Exceto na construção civil, cujos empregos são temporários e configuram os chamados “bicos”, as outras atividades são exercidas permanentemente. Entretanto, exceto os trabalhadores no funcionalismo público, nessas atividades, estão presentes pessoas com baixa escolaridade (ensino fundamental completo e incompleto) e baixa qualificação profissional.

Os prestadores de serviços públicos, sobretudo nos estabelecimentos de ensino e saúde, detêm maior escolaridade, uma vez que para esses cargos exigem-se níveis técnico (de enfermagem) e superior (na área das licenciaturas). As pessoas envolvidas nessas atividades frequentemente são mulheres, enquanto nas atividades mais precárias, como na construção civil e em borracharias e bares, a presença é predominantemente masculina. Um traço evidente desse grupo consiste na ampla diferença de escolaridade entre homens e mulheres, uma vez que as mulheres têm mais tempo de estudo. Esses “anos de estudo” refletem também nos ganhos do indivíduo, uma vez que uma professora que leciona no

nível médio (ensino médio) no estado de Minas Gerais tem salário-base de R\$ 600,00⁴⁰ e uma técnica em enfermagem R\$430,00. Por outro lado, o trabalho dos homens na construção civil, com rendimentos diárias de R\$40,00⁴¹, ou de um dono de borracharia, com rendimentos de R\$370,00 mensais, evidencia renda menor que das mulheres empregadas no funcionalismo público⁴². Esses dados comprovam que o trabalho nas atividades não-agrícolas não implica necessariamente melhora nas condições de vida das famílias. A existência de atividades não-agrícolas e a presença de membros de famílias rurais nessas atividades não é a única condição para melhora na renda familiar. Nesse sentido, a existência dessas atividades, quase sempre, está atrelada à precariedade e aos baixos retornos monetários (Tabela 7).

⁴⁰ O salário mínimo vigente no mês de julho de 2009 (período da pesquisa) era de R\$ 465,00.

⁴¹ Deve se considerar que o emprego na construção sofre grandes oscilações, com longos períodos sem trabalho. Nesse sentido, os informantes consideram o trabalho de pedreiro e ajudante de pedreiro como o “bico” e não propriamente um trabalho. Faz-se esse “bico” até achar “coisa melhor”. Quando não se está fazendo bico de pedreiro, está-se na situação de não-ocupado.

⁴² Em Santana há casos de homens empregados no funcionalismo publico, inclusive há dois casos de homens com graduação (em Letras e Pedagogia) e que, paralelamente ao trabalho na escola pública local, permanecem em atividades não-agrícolas em suas propriedades.

Tabela 7 - Bens das famílias que têm as atividades não-agrícolas como principal fonte de renda

	Pedro	Maria	Januária	Juca
Energia elétrica	X	x	X	X
Água encanada	X	x	X	X
Água tratada	X	x	X	X
Fossa séptica	X	x	X	X
Máquina de lavar	-	x	-	-
Chuveiro elétrico	-	x	-	-
Geladeira	-	-	X	X
Televisão	-	x	X	X
Rádio	-	-	-	X
Computador	-	-	-	-
Computador com internet	-	-	-	-
Telefone	-	-	X	-
Telefone celular	-	-	X	-
Carro	-	x	X	-
Moto	-	x	-	-
Bicicleta	X	-	-	X
Fogão a gás	-	x	X	X
Antena parabólica	-	-	X	-
Aparelho de DVD	-	x	-	-

As famílias com rendimentos não-agrícolas e com emprego no serviço público detêm maior número de bens. A família de Maria detém 12 bens, inclusive com a posse de dois veículos de transporte: carro e moto. A moto possibilita que ela circule por duas escolas diferentes para lecionar. A família de Januária detém 11 ítems, adquiridos com seu trabalho no posto de saúde local, mesmo lugar onde o marido trabalha como técnico de enfermagem. Por outro lado, as residências de Sr. Pedro, um ajudante de pedreiro, e a do Sr. Juca, proprietário de um bar, possuem menos bens, com 5 e 9 itens respectivamente.

1.9. Famílias que combinam a atividade agrícola com a não-agrícola

Há também famílias cujas dinâmicas de reprodução estão associadas ao trabalho agrícola e não-agrícola, ou seja, à combinação de múltiplas inserções ocupacionais de pessoas pertencentes à mesma família (Tabela 8).

Tabela 8 - Bens das famílias que têm o trabalho na agricultura combinado com as atividades não-agrícolas como principal fonte de renda

	Juvenil	Maria	Nilda	Roberto
Energia elétrica	X	x	X	X
Água encanada	X	x	X	X
Água tratada	X	x	X	X
Fossa séptica	X	x	X	X
Máquina de lavar	-	x	-	X
Chuveiro elétrico	-	x	-	X
Geladeira	-	-	X	X
Televisão	-	x	X	X
Rádio	-	-	-	X
Computador	-	-	-	-
Computador com internet	-	-	-	-
Telefone	-	x	X	-
Telefone celular	-	-	X	-
Carro	X	-	X	-
Moto	-	x	-	X
Bicicleta	X	-	-	X
Fogão a gás	X	x	X	X
Antena parabólica	X	x	X	-
Aparelho de DVD	X	x	-	X

Essas famílias possuem um número significativo de bens (Tabela 8). Uma característica é muito presente entre essas famílias: as famílias que combinam o rendimento das atividades agrícolas com não-agrícolas apresentam maior rendimento, geralmente mais que dois salários mínimos. No entanto, essas atividades não-agrícolas em três das famílias é resultado da combinação do trabalho no funcionalismo público (prestação de serviços) com a atividade agrícola, o que significa rendimento estável e condições materiais mais robustas (Tabela 8). Nesse grupo, é maior o número de famílias que possuem determinados bens como máquinas de lavar, chuveiro elétrico e aparelhos de DVD.

1.10. Família cuja principal fonte de renda é a atividade não-agrícola e possuem o Bolsa Família como rendimento complementar .

Há famílias inseridas em atividades não-agrícolas precárias, como empregadas domésticas, donos de bares ou “botecos”, pedreiros e serventes de pedreiro, e que são beneficiárias do PBF. São famílias com baixos níveis de educação formal e que, nesse contexto, têm nas atividades não-agrícolas mais precárias suas fontes de ingresso, ou seja, trabalham nas atividades que exigem menores níveis de qualificação e menores retornos econômicos, configurando um quadro em que as famílias possuem poucos bens em suas residências.

Essas famílias residem na sede do distrito de Santana e não são proprietárias de terra. Geralmente detêm baixos rendimentos, inferiores a R\$ 375,00, com a presença de grande número de prestadores de serviços informais, conforme afirmado anteriormente. São exemplos de famílias rurais em que as atividades não-agrícolas têm contribuições consideravelmente modestas para redução da pobreza. As atividades não-agrícolas em

grande parte são precárias e de baixo retorno financeiro, o que resulta em um número pequeno de bens nas residências (Tabela 9).

Tabela 9 - Bens das famílias que têm o rendimento da bolsa família combinado com das atividades não-agrícolas como principal fonte de renda

	Marlice	Rosa	Lió
Energia elétrica	x	X	X
Água encanada	x	X	X
Água tratada	x	X	X
Fossa séptica	x	X	X
Máquina de lavar	-	-	-
Chuveiro elétrico	-	-	-
Geladeira	x	-	X
Televisão	x	-	X
Rádio	-	-	-
Computador	-	-	-
Computador com internet	-	-	-
Telefone	-	-	-
Telefone celular	-	-	-
Carro	-	-	-
Moto	-	-	-
Bicicleta	x	-	X
Fogão a gás	x	X	X
Antena parabólica	-	-	-
Aparelho de DVD	-	-	-

Na realidade, essas famílias correspondem àqueles grupos que permanecem residindo no seu lugar de origem e que trabalham em atividades não-agrícolas. A prática de atividades não-agrícolas como principal forma de trabalho dessas famílias pode ser entendida como estratégia de sobrevivência de grupos que não tiveram e não possuem terra. Dessa forma, o trabalho na prestação de serviços é uma estratégia para terem trabalho, ainda que temporário e renda, ainda que baixa. Nesse cenário social e econômico, o número de bens por família é bastante reduzido, ainda que todas elas tenham energia elétrica, água encanada e fossa séptica. No entanto, é ínfimo o número de eletroeletrônicos.

1.11. Famílias que recebem Bolsa Família e trabalham na roça

Há também famílias que trabalham na lavoura e recebem recursos do Bolsa Família. O primeiro ponto que se deve ter em mente ao tratar dessas famílias é que são proprietárias de terra, mas trabalham em atividade agrícola com técnicas rudimentares. Nesse sentido, a força de trabalho familiar, centrada no modo de trabalhar a terra sem a aplicação de técnicas modernas, a atividade agrícola é um elemento que pouco contribui para a constituição de uma produção excedente que possa ser comercializada, o que interfere na renda e nas condições materiais dessas famílias. Exceto aqueles bens que em grande parte o poder público tem facilitado que as famílias tenham acesso a determinados bens tais como água encanada e tratada, fossa séptica e energia elétrica, os únicos bens que todas as famílias possuem são televisão e fogão a gás. Observe a Tabela 10:

Tabela 10 - Bens das famílias que têm o rendimento da lavoura combinado com o Bolsa Família como principal fonte de renda

	Duca	Lavinho	Miguel	Tião	Caetano
Energia elétrica	x	x	X	x	X
Água encanada	x	x	X	x	X
Água tratada	-	x	X	-	X
Fossa séptica	x	x	X	x	X
Máquina de lavar	-	-	-	x	-
Chuveiro elétrico	-	-	-	-	-
Geladeira	-	x	X	x	-
Televisão	x	x	X	x	X
Rádio	x	x	-	-	-
Computador	-	-	-	-	-
Computador com internet	-	-	-	-	-
Telefone	-	-	-	x	-
Telefone celular	x	-	X	x	-
Carro	-	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-	-
Bicicleta	x	x	-	x	-
Fogão a gás	x	x	X	x	X
Antena parabólica	x	-	-	-	-
Aparelho de DVD	-	-	-	-	-

O que chama atenção no estudo das residências localizadas fora do distrito é a ampla posse de fogão a gás, ainda que em duas tenha fogão a lenha, uma vez que essa fonte de energia é mais acessível e barata que o gás. Nessas casas, a cozinha é separada do restante da residência, geralmente um “puxadinho” onde é mantido o fogão. A função de separar a cozinha da casa é pelo fato de que o fogão a lenha “empresta” as paredes e o teto com a fuligem resultante da queima da madeira. Entretanto, ainda que afastado do restante dos cômodos, a cozinha é um dos locais mais movimentos da casa, pois, depois de recebidas na varanda, quando há a varanda, as visitas adentram a casa, não indo para a sala, mas sim para a cozinha. A cozinha é lugar de preparo da comida e também de reunir as visitas. Essas cozinhas geralmente comportam o fogão a lenha, a pia de lavar louças, uma mesa no centro com cadeiras e bancos, os filtros de barro e as prateleiras com os vasilhames. Entre as famílias residentes no distrito, a cozinha é anexa a casa e não tem a mesma funcionalidade receber visitas como nas cozinhas dos sítios. Enquanto no distrito a visita é convidada a participar de refeições na sala, nos sítios as refeições são feitas na cozinha.

1.12. Famílias com rendimentos de aposentados

Entre as famílias pesquisadas, há aquelas com diversificação das rendas, como resultado da presença de idosos no espaço intradoméstico. Trata-se de famílias onde há membro(s) com aposentadoria rural e membros que trabalham na atividade agrícola, ainda que haja casos (1 caso) de um indivíduo que é aposentado e permanece na atividade agrícola.

Tabela 11 - Bens das famílias que têm aposentadorias e pensões como principal fonte de renda

	Genivaldo	Conceição	Elza	Marta
Energia elétrica	X	X	X	X
Água encanada	X	X	X	X
Água tratada	X	X	X	X
Fossa séptica	X	X	X	X
Máquina de lavar	X	X	-	X
Chuveiro elétrico	X	X	-	X
Geladeira	X	-	X	X
Televisão	X	X	X	X
Rádio	-	-	-	X
Computador	-	-	-	-
Computador com internet	-	-	-	-
Telefone	X	-	X	-
Telefone celular	-	-	X	-
Carro	X	-	X	-
Moto	-	X	-	X
Bicicleta	X	-	-	X
Fogão a gás	X	X	X	X
Antena parabólica	X	X	X	-
Aparelho de DVD	-	X	X	X

Esse grupo tem em comum o fato de que os benefícios sociais interferiram no aumento da renda domiciliar contribuindo para ampliar a compra de bens de consumo (Tabela 11). Desses famílias, 100% têm acesso à água tratada, energia elétrica, bicicleta, televisão e antena parabólica e grande parte possui máquina de lavar (3), chuveiro elétrico (3) e carro de passeio (2).

1.13. Características gerais dos domicílios pesquisados

Entre os domicílios pesquisados, 67% recebem algum benefício não-contributivo com o destaque para o Programa Bolsa Família, que atende 57% dos domicílios selecionados na amostragem da pesquisa. No contexto do Bolsa Família, 40% dos domicílios combinam esse benefício com o rendimento da atividade não-agrícola, 35% com a renda da roça e 27% são apenas beneficiários do PBF. Entre as famílias de aposentados rurais e pensionistas, em todos os casos, os rendimentos desse benefício é combinado com outra fonte de renda.

Em geral, as famílias residem na mesma casa há muitos anos. Menos de 10% residem na casa a menos de 10 anos e menos de 20% residem na casa a menos de 20 anos. Os outros 70% sempre residiram na mesma casa. Esses dados apontam baixa mobilidade no sentido de mudança de residência.

A totalidade das residências são casas, sendo que 83% das famílias pesquisadas residem na sede do distrito de Santana e 17% têm como local de residência a fazenda ou o sítio. As habitações são tipicamente de alvenaria com revestimento (90%), de amianto (7%) ou laje de concreto (3%). Não há caso de domicílios de taipa sem revestimento, construções

de pau-a-pique ou residência revestidas com teto de palha de coqueiro. Das moradias, 95% são casa própria. O restante divide-se igualmente entre domicílios alugados e cedidos.

O caso de domicílio cedido refere-se a situações em que duas famílias passam a co-residir e a casa, para não ficar vazia, é cedida à outra família. Geralmente essa “contração” de famílias ocorre quando uma família irá co-residir com a família de um parente aposentado. Essa cessão de residência pode ser temporária ou definitiva, dependendo das circunstâncias. Quem cede à residência pode retornar para a mesma casa, doar a casa de forma definitiva, e quem recebe pode posteriormente construir moradia própria ou comprar a casa do parente⁴³.

Quanto o acesso aos bens, em grande medida, é resultado das ações do poder público na região, sobretudo pela construção de uma represa na comunidade de Santana no ano de 1986 pela Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e, nos últimos cinco anos, pela atuação do Programa Minas Sem Fome do estado de Minas Gerais, que tem facilitado à instalação de redes de distribuição de água, beneficiando a população de fazendas e sítios. As residências muito distantes da represa de Santana têm sido beneficiadas com a abertura de poços artesianos, entretanto, 17% dessa população não é beneficiada com água tratada, e corresponde, nesse caso, àquelas famílias que residem fora do distrito de Santana. Desde 2004, há um centro de tratamento de água da COPASA no distrito, onde todas as casas recebem água tratada diretamente da rede geral.

Todos os domicílios pesquisados possuem banheiro privativo. Não foram encontrados casos de utilização de banheiro coletivo, ou seja, vários grupos familiares dividindo o mesmo banheiro⁴⁴. Nesse contexto, é importante salientar que, no ano de 2004, a Prefeitura Municipal de São Francisco providenciou a construção de módulos sanitários (banheiros) a famílias carentes com intuito de melhorar o saneamento básico, tanto das famílias residentes na sede urbana do município, quanto daquelas residentes na “roça”. Em Santana não há fossas sépticas ligadas a uma rede coletora, entretanto 82% das residências possuem fossa séptica não ligada a uma rede e 18% possuem fossa rudimentar, ou seja, uma abertura no chão lacrada por madeira e cimento. Nos últimos anos, a atuação na região do Programa Luz para Todos possibilitou que todas as famílias tenham acesso à eletricidade.

⁴³ Nem mesmo a família tem muito claro como proceder em situações em que tenha que retornar para a residência cedida a um parente. Entretanto, entre as famílias com menos recursos, é muito comum a co-residência até que o parente tenha condições de construir sua própria casa.

⁴⁴ Antes da construção de banheiros pela prefeitura, era comum encontrar residências sem banheiro ou várias pessoas de várias residências utilizando apenas um banheiro.

Tabela 12 - Bens das famílias de Santana

Bens	Número de famílias que possuem esses bens	Porcentagem
Geladeira	22	73%
Fogão a gás	21	70%
Televisão	14	47%
Antena parabólica	11	37%
Bicicleta	11	37%
Máquina de lavar	8	27%
Rádio	8	27%
Aparelho de DVD	7	23%
Carro	7	23%
Moto	7	23%
Telefone celular	7	23%
Telefone	6	20%
Chuveiro elétrico	5	17%
Computador	2	7%
Computador com internet**	—	—

** Entre os domicílios selecionados para a pesquisa, não há caso de famílias que possuam computadores ligados a essa rede mundial de comunicação.

Fonte: dados colhidos em pesquisa de campo nos meses de julho e agosto de 2009.

Entre a posse de bens duráveis pelas famílias, destaque para geladeira (71%) e fogão a gás (70%). A televisão é a principal fonte de informação das famílias com porcentagem (47%) bastante superior à do rádio (27%). Entre os meios de transporte, carro e moto aparecem com igual porcentagem (23%). Entretanto, é bastante restrita a posse de veículos de transporte automotor, sendo mais comum a posse da bicicleta (37%). Entre os bens relativamente raros, o número de aparelhos de celular supera o número de aparelhos fixos, com 23% e 20% respectivamente, entretanto, é bastante ínfimo o número de residências com computador (7%). É bem mais representativo o número de domicílios com antena parabólica (37%).

A demonstração do levantamento de bens das famílias comprova uma relação entre o número de bens do grupo familiar e suas fontes de rendimento. Na média, aquelas famílias que combinam o trabalho agropecuário com atividade não-agrícola e com aposentadorias rurais e pensões possuem maior número de bens em comparação àquelas exclusivamente agrícolas ou beneficiárias do PBF ou que combinam o rendimento do PBF com outras formas de ganho, seja nas atividades não-agrícolas seja do trabalho na roça.

Curiosamente, o valor médio das aposentadorias e pensões oficiais (R\$510,00) supera o rendimento médio do trabalho na atividade agrícola (R\$289,00). Entre as cinco famílias em que há membros aposentados e pensionistas, duas acumulam aposentadoria rural com pensão do cônjuge falecido, uma acumula aposentadoria rural com pensão não-contributiva por invalidez (doença mental) e uma recebe apenas aposentadoria rural. Esse resultado, entretanto, não deve causar surpresa, uma vez que cada aposentadoria rural ou pensão propicia à família rendimento mensal de R\$ 510,00 ou R\$ 1.020,00 no caso de acúmulo de benefícios. Por outro lado, rendimentos do trabalho na atividade agrícola, na média, são bastante baixos e instáveis, o que gera uma situação relativamente desfavorável se considerada a estabilidade dos benefícios sociais. Entretanto, na média, os mais baixos rendimentos correspondem às famílias beneficiárias do PBF. O valor médio desse benefício

pago às famílias de Santana é de R\$ 120,00 e, na média, os rendimentos totais dos domicílios beneficiários do PBF são de R\$ 214,00. A distribuição dos rendimentos totais dos domicílios é bastante desigual: os maiores rendimentos são das famílias que combinam atividade agrícola + atividade não-agrícola (R\$ 723,00).

As famílias rurais não-agrícolas (prestadores de serviços informais e empregados do poder público) têm na média rendimentos superiores aos daquelas que combinam atividade não-agrícola mais agricultura (R\$ 925,00). Entretanto, nesse grupo os rendimentos familiares são bastante díspares, pois há, desde empregados no funcionalismo público e autônomos (comerciantes) com rendimento de até 3 e 6 salários mínimos, respectivamente, até trabalhadores em atividades não-agrícolas, como pedreiros e domésticas com rendimentos inferiores a meio salário mínimo (R\$ 255,00). Ambas as ocupações, de empregada doméstica e pedreiros, são marcadas pelos baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional. Contudo, o trabalho de pedreiro é caracterizado como “bico” e não propriamente como emprego. Mesmo assim, é na construção civil que essas pessoas encontram ocupação, mesmo que esporádica. Com isso, entre as pessoas que trabalham nas atividades não-agrícolas, é muito comum a flutuação entre “trabalhar de vez em quando” e a condição de “sem trabalho”.

No geral, observa-se desigualdade nos rendimentos das famílias, de modo que, quanto mais pobres as famílias, maior a tendência de “homogeneidade” nos rendimentos dos grupos.

A escolaridade dos indivíduos em grande medida está relacionada ao sexo e à idade. O nível de escolaridade da população acima dos 50 anos é bem baixo e, na média, esse grupo é composto por pessoas com ensino fundamental incompleto (81%) e analfabetas (19%). Esses dados refletem ausência de infraestrutura social na comunidade num passado recente e a dificuldade de grandes deslocamentos para chegaram à escola mais próxima, cuja sede localizava-se no município de São Francisco, sediada a 24 km da comunidade. No início da década de 1990, a construção de um prédio escolar e o oferecimento da educação formal do pré-escolar ao ensino médio refletiram na alta frequência escolar de crianças e jovens. Todas as pessoas com idade entre 6 e 18 anos estavam matriculadas no estabelecimento de ensino e, entre os jovens de 18 a 24 anos, tornou-se bastante satisfatório o tempo (em anos) de permanência na escola (em média 7 anos). Na população com 25 a 40 anos de idade, é mais comum homens com ensino médio incompleto e ensino fundamental completo, enquanto as mulheres na média apresentam maior escolaridade (ensino médio completo). Entre as famílias que combinam o trabalho na atividade agrícola com a não-agrícola, a escolaridade é maior, uma vez que nesse grupo é mais comum encontrar formação média completa e formação superior completa ou em andamento.

A grande incidência de crianças e jovens matriculados no estabelecimento de ensino deve ser compreendida como resultado de incentivos do governo à permanência na escola, seja condicionando a concessão de determinados benefícios (caso do PBF) seja por meio de programas e ações que criam cursos de formação especialmente voltados para os jovens da zona rural (caso do ProJovem⁴⁵).

⁴⁵ Criado no ano de 2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem é parte de uma política nacional, composta por programas e ações direcionados aos jovens com o objetivo de “criar condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do país”. O ProJovem é integrado em quatro modalidades: o ProJovem adolescente, o ProJovem urbano, o ProJovem trabalhador e o **ProJovem do campo**. Um pilar básico do ProJovem do campo é a busca do fortalecimento e ampliação da permanência dos jovens rurais no sistema educacional visando

Grosso modo, com a ampliação da infraestrutura social pelo poder público, houve nessa comunidade a possibilidade de acesso da população à saúde e à educação (incluindo educação de jovens e adultos). Essas pessoas, ao acessarem a educação formal, tendiam a sair da comunidade ao concluir os estudos e essa saída geralmente estava relacionada a projeto de vida como “um sonho de viver outro mundo” sair da atividade agrícola ou de sair para “ficar”; ou para concluir o ensino médio e até mesmo superior, como será tratado melhor nas trajetórias de vida ao longo capítulo 3.

promover o aumento da escolaridade – qualificação e formação profissional dessas pessoas. Fonte: www.projovem.gov.br

CAPÍTULO 2

2.1. Meios de vida e trajetórias familiares

Neste capítulo, será possível compreender os meios de vida das famílias estudadas, considerando a diversidade de condições materiais e simbólicas e os fatores que interferem em suas trajetórias e condições de vida, especialmente o ciclo de vida doméstico: famílias com muitas crianças, com aposentados, com membros que trabalham ou que apenas recebem ajuda financeira do governo. Nesse sentido, será considerada a interferência da natureza do ciclo familiar nas condições de vida das famílias. Ao trabalhar com os meios de vida, será demonstrado como rendimentos não-agrícolas e os benefícios sociais, sobretudo aposentadoria rural, pensões e bolsa família, interferem nos projetos de vida das famílias. Ao abordar as trajetórias (familiar, escolar e profissional), será demonstrado como as atividades e os rendimentos não-agrícolas podem interferir na mobilidade espacial como um possível elemento condicionante da permanência de pessoas ou famílias na “roça”; etambém como os rendimentos das atividades não-agrícolas podem propulsionar a saída de pessoas, mas com condições diferenciadas, como a saída de jovens para dar continuidade aos estudos⁴⁶ como parte dos projetos familiares.

2.1. O debate sobre pluriatividade e múltiplas fontes de renda

A noção de pluriatividade no cenário internacional surgiu na década de 1970 e, no Brasil, em 1990, para designar um conjunto de atividades não-agrícolas remuneradas e praticadas por um ou mais membros da unidade familiar agrícola. Entende-se por atividades não-agrícolas aquelas que não estão diretamente relacionadas à produção animal e, ou, vegetal (Carneiro, 2005).

A pluriatividade é uma estratégia da família de diversificar a renda, fora do estabelecimento agrícola, para garantir sua reprodução e permanência no campo, ou, o contrário, pode também expressar um processo gradual cujo desfecho é o abandono da atividade agrícola ou a perda da importância dessa atividade para as famílias ou até mesmo a transição gradual da família do campo para a cidade (Wanderley, 2003).

Um dos fatores que possibilitam entender esse fenômeno, ou seja, o aumento no número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, segundo Graziano da Silva (1999), não é simplesmente o tempo de folga das atividades agrícolas, mas o fato de que a agropecuária nem sempre gera renda suficiente para manter as famílias do campo em condições dignas de vida. Pesquisas sobre a pluriatividade no país, sobretudo na Região Sul, comprovam que famílias que combinam uma ou mais atividades com a agropecuária conseguem maior rendimento em comparação àquelas ocupadas exclusivamente na atividade agrícola (Schneider, 2003; 2006; Sacco dos Anjos, 2003; Teixeira, 1998). De acordo com Graziano da Silva (1999), não é possível caracterizar o meio rural brasileiro como exclusivamente agrícola. Dessa forma, um conjunto de atividades não-agrícolas, como prestação de serviços, comércio e indústria, corresponde cada vez mais a uma nova dinâmica do meio rural brasileiro.

⁴⁶ Saída de jovens para estudar em escolas particulares (ensino médio) ou no ensino superior.

Um dos impactos das atividades não-agrícolas na dinâmica da população na década de 1990 tem sido a diminuição da migração campo–cidade e, ainda que pequeno, o aumento da população rural em diversas localidades do País (Del Grossi et al., 2001).

A noção de pluriatividade implica o exercício de uma ou mais atividades pelos membros da família (Schneider, 2006), ainda que Wanderley (2003) considere o trabalho externo realizado pelo chefe do estabelecimento como a base da verdadeira pluriatividade, pois o trabalho externo dos filhos adultos, mesmo morando na unidade familiar, provavelmente aponta para outro processo, o da individualização e de busca de autonomia rumo à constituição de outra família ou à relativa independência financeira.

Pesquisas de Schneider (2003, p.237) indicam que, mesmo obtida pelo trabalho individual, à renda oriunda de atividades não-agrícolas muitas vezes permanece indivisível e é usufruída pelo coletivo. Assim, há famílias que combinam as ocupações agrícolas com as não-agrícolas e continuam a operar em uma lógica familiar de reprodução social, uma vez que membros dessas famílias que buscam e se inserem nessas atividades não-agrícolas permanecem morando no campo, na residência de seus pais, e continuam contribuindo com as tarefas domésticas na propriedade rural familiar, não raro destinando parte dos recursos da atividade não-agrícola às despesas do estabelecimento.

Segundo Carneiro (1999,2008), a noção de pluriatividade designa um processo social plural, o que significa reconhecer que processos pluriativos incorporadores de atividades não-agrícolas são constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. Deve-se reconhecer que a pluriatividade assume diferentes significados, dependendo do contexto familiar, como: as condições socioeconômicas (capital cultural e material); a fase do desenvolvimento do grupo doméstico; a composição etária e sexual dos membros da unidade familiar; e a posição dos indivíduos que desenvolvem a atividade não-agrícola na hierarquia familiar.

No país, os estudos sobre a dinâmica da agricultura em grande parte têm incorporado a noção de pluriatividade para compreender as estratégias de reprodução da agricultura familiar. Diversos autores têm demonstrado como a incorporação de atividades não-agrícolas tem sido uma estratégia comum de reprodução social na dinâmica das famílias rurais em determinadas circunstâncias, como a escassez de terra⁴⁷ e a proximidade ao trabalho nas fábricas (Seyferth⁴⁸, 1983; Schneider, 1994; Sacco Dos Anjos, 1995). Entretanto, em quais circunstâncias a dinâmica da agricultura familiar justificaria a noção da pluriatividade?

Comodemonstra Carneiro (2006), a pluriatividade apresenta uma ambiguidade conceitual, pois é uma noção utilizada tanto no meio acadêmico quanto pelo técnico-agrícola e político, sobretudo no caso Francês e europeu. No Brasil, a noção tem sido empregada principalmente quando há combinação da atividade agrícola com atividades

⁴⁷ O estudo de Seyferth (1983) sobre os colonos-operários e as análises de Schneider (1994) e Sacco dos Anjos (1995) na Região Sul do Brasil apontam que é comum unidades rurais familiares incorporarem atividades não-agrícolas em suas estratégias de reprodução social em contextos de difícil reprodução social e econômica por meio da agricultura, como resultado da fragmentação do patrimônio familiar, sobretudo a terra. Contudo, as pequenas dimensões fundiárias são um dos fatores, mas não o único, que conduzem as famílias rurais a definir suas estratégias de reprodução com a incorporação de atividades não-agrícolas em suas dinâmicas.

⁴⁸ Anterior às pesquisas de Sacco dos Anjos e Schneider, Seyferth não utiliza o termo pluriativo, mas sim o de camponês operário, para retratar situações de pessoas residentes no campo e que trabalham nas indústrias.

não-agrícolas por uma mesma unidade familiar, como dinâmica contínua, não-transitória e conjuntural, como mecanismo de manutenção da atividade agrícola e da família.

Entretanto, nesta pesquisa optou-se por não acionar a noção da pluriatividade. A proposta inicial da abordagem da pluriatividade referia-se à combinação das atividades agrícolas com outras atividades no contexto das dinâmicas de famílias rurais no Norte de Minas. Contudo, considerando a afirmação de que “a noção da pluriatividade deve ser restrita às situações decorrentes da crise da modernização da agricultura e de ampliação de alternativas de emprego ou ocupação oriundas das relações campo-cidade” (Carneiro, 2006), optou-se por não utilizá-la por determinadas razões.

No caso de São Francisco, não se tratam de famílias pluriativas, mas de famílias que combinam múltiplas atividades cotidianas como tentativa de garantia de reprodução social. Pelas entrevistas realizadas em Santana, foi possível compreender que o trabalho fora da atividade agrícola sempre esteve presente na dinâmica social das famílias. O comerciante de alimentos, o emprego de professor ou outros tipos de prestação de serviços ao poder público, o “consertador” de cercas, o pedreiro ou o construtor de paióis, entre outros, são figuras sempre presentes naquele universo social, o que comprova que essas atividades não-agrícolas não representam um processo novo, uma dinâmica nova e, com isso, não estão ligadas a uma nova dinâmica de ruralidade.

Nessa região de Minas Gerais, não é possível falar de pluriatividade como resposta à crise provocada por um modelo de produção. No caso de Santana, a produção agrícola não se baseia na intensa utilização de maquinários agrícolas, fertilizantes e defensivos: há apenas dois tratores comunitários que atendem a todas as famílias de agricultores locais. .

As atividades não-agrícolas não serão retratadas como um novo mecanismo de reprodução social das famílias, mas a combinação da atividade agrícola com a prestação de serviços públicos, trabalhadores fora da agricultura e trabalhos tipo “bicos” como parte constitutiva dos mecanismos de reprodução das famílias. Por isso, não é “adequado generalizar o uso do termo da pluriatividade para designar toda e qualquer situação em que há combinação de atividades agrícola e não-agrícola numa mesma família” (Carneiro, 2006).

Utilizando a pluriatividade, tem-se o problema de comprometer o significado heurístico da noção. A outra ressalva quanto ao uso dessa noção decorre de suas fragilidades analíticas, ou seja, uma noção que muitas vezes mais descreve as condições de reprodução social no campo que propriamente analisa os processos sociais.

Nesta pesquisa, optou-se por utilizar o conceito de “múltiplas fontes de rendimentos” (Kageyama, 2001) para dar conta de uma diversidade de fontes de rendimentos e ingresso da mão-de-obra em múltiplas atividades. Ademais, o conceito de Kageyama é mais indicado para o caso das famílias rurais de São Francisco, numa realidade onde há poucas oportunidades de trabalho e é bastante expressiva a incidência de benefícios sociais, sobretudo aposentadorias, pensões e Bolsa Família.

Como demonstram os estudos etnográficos sobre o campesinato no Brasil, as atividades não-agrícolas sempre estiveram presentes e interferiam nas estratégias de reprodução das famílias camponesas. As rendas das atividades não-agrícolas estão evidentes, por exemplo, nos deslocamentos temporários de camponeses nordestinos para o trabalho na Região Sudeste, em “empregos urbanos”, como analisaram Garcia Jr. (1989) e K. Woortmann (1990). A migração para as cidades, com o trabalho temporário em atividades não-agrícolas, permitia às famílias ter condições para o investimento no sítio e a continuidade na atividade agrícola. Migrar correspondia à oportunidade de um emprego na

indústria, no setor de serviços e no comércio, mas necessariamente não significava o abandono do campo e da atividade agrícola.

A renda oriunda das atividades não-agrícolas nos universos pesquisados por K. Woortmann (1990) e Garcia Jr. (1989) representa um mecanismo fundamental para a reprodução das famílias, principalmente nessas realidades onde o fenômeno da seca paralisa grande parte das atividades agrícolas e pastoris, num contexto em que não há uma rede de irrigação que atenda os pequenos proprietários de terra (Levi, 1977).

O fenômeno da seca em regiões como o Vale do Jequitinhonha (Maia, 2004) e no estado de Pernambuco (Levi, 1977) força os trabalhadores rurais a migrar para as regiões das grandes colheitas no período das estiagens e retornar para suas pequenas propriedades no fim das secas. São os “corumbas” no nordeste e os esposos das “viúvas da seca” no Vale do Jequitinhonha.

Na dinâmica do Vale do Jequitinhonha, homens adultos e jovens saem da localidade de origem para trabalhar nas atividades não-agrícolas (principalmente construção civil) e na colheita, enquanto mulheres e crianças do grupo doméstico ficam no campo. Ou seja, geralmente migram sazonalmente membros dessas famílias para que outros membros do grupo doméstico possam continuar no campo (Maia, 2004).

Também é importante considerar o trabalho nas feiras nas regiões das secas, uma atividade que tem garantido renda para a família que se mantém na atividade agrícola. Essas feiras não caracterizam propriamente uma atividade não-agrícola, pois a comercialização dos produtos agrícolas é a finalização do processo produtivo. Todavia, tem representado uma importante atividade que contribui para a permanência das famílias ou pelo menos de alguns de seus membros no campo. O cultivo de produtos agrícolas tem como destinos o consumo familiar e a venda no mercado. A criação de animais também segue essa mesma lógica (criar para o consumo e para a venda na feira). Paralelo ao trabalho na roça e nas feiras, esses indivíduos vendem sua mão-de-obra como pedreiro, mecânico e marceneiro como estratégia de reprodução social (Ângulo & Ribeiro, 2007).

Sobretudo em regiões mais “desfavorecidas”, pesquisas mais recentes têm comprovado a ampliação nos rendimentos das famílias como resultado, sobretudo, de programas de transferência de renda, como Bolsa Família (PBF) e de aposentadorias e pensões. Em regiões de “emigração” como o Vale do Jequitinhonha, as únicas famílias rurais que retém seus membros durante todo o ano em suas comunidades de origem são aquelas que têm renda de trabalhos não-agrícolas ou de aposentadoria (Ribeiro et al., 2007).

Recursos de programas como Bolsa Família - PBF têm constituído importante fonte de renda, sobretudo para as famílias de agricultores em regiões carentes do país, como demonstrou (Schneider, 2006). A partir de um estudo comparativo entre as Regiões Sul e Nordeste do Brasil, e com base em tabulações especiais de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE, 2004), Schneider comparou a dinâmica ocupacional e o comportamento das rendas de agricultores familiares nas Regiões Sul e Nordeste do Brasil e afirmou que o programa de transferência de renda Bolsa Família, tem repercutido tanto no aumento da renda de famílias de pequenos agricultores quanto na permanência dessas famílias no campo. O impacto desse programa tem sido mais visível no Nordeste, uma vez que a renda média desses agricultores na Região Sul (R\$ 1.124,31) é muito superior à renda das famílias rurais nordestinas (R\$ 450,10).

Kageyama (2001), analisando a importância das “múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras”, observou que as atividades não-agrícolas viabilizam a reprodução social, reduzem a pobreza rural e garantem a permanência de famílias no meio

rural, por meio de rendimentos oriundos de fontes não-agrícolas, como o trabalho na indústria, no comércio e no setor de prestação de serviços. Observou que, por meio dessas atividades, há elevação da renda familiar quando há pelo menos um indivíduo domiciliado no meio rural trabalhando em setores não-agrícolas. De acordo com a autora, a diversificação das fontes de renda da família ocorre de duas formas: primeiro, pela ocupação da família com a residência no meio rural em diferentes setores da economia, e por outro, mediante rendas não-agrícolas como as aposentadorias, pensões e outros benefícios. Nesse sentido, ressaltou que há certa independência entre “atividades em setores não-agrícolas” e “rendas não-agrícolas”. Essa afirmação decorre das evidências levantadas por Kageyama de que um é muito comum entre famílias rurais no Brasil a incidência de programas sociais de transferência direta de renda. Essa renda não decorre da inserção dos indivíduos nos mercados de trabalho não-agrícolas. Dessa forma, propõe que, no caso brasileiro, principalmente em regiões menos favorecidas, onde benefícios sociais como a aposentadoria rural são essenciais para a sobrevivência das famílias agrícolas, seja importante acionar o conceito de “múltiplas rendas”, não necessariamente derivadas do trabalho em atividades não-agrícolas, mas também de outras fontes de renda como as aposentadorias rurais e as pensões.

2.2. Bolsa Família: tempo da “desesperança” *versus* tempo da “ajuda do governo”

No âmbito das famílias rurais, o Bolsa Família é um rendimento concedido ao grupo familiar pela sua condição de pobreza. Essa “ajuda do governo”, um programa de transferência de renda, ainda que de forma tênue, tem permitido melhora nas condições de vida no campo. Essa afirmação será o eixo central desse tópico, onde será demonstrado como um recurso externo (do governo) tem causado reflexos nas vidas das famílias beneficiárias do Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família é uma política social desenvolvida no governo federal brasileiro em 2003⁴⁹ para integrar o Fome Zero. Nasceu como “o maior e mais ambicioso programa de transferência de renda da história do Brasil [...] para enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de “combater a fome, a miséria e promover a emancipação das famílias mais pobres do país” (BRASIL, 2003)⁵⁰. No ano de 2006, o PBF foi apresentado como política social de enfrentamento da fome, da miséria e de garantia de alimento (BRASIL, 2004)⁵¹.

⁴⁹Essa filosofia de política social com a transferência condicionada de renda iniciou-se no país em 1995 com experiências pioneiras nos municípios paulistas de Campinas, Santos e Ribeirão Preto e com o Programa Bolsa Escola, desenvolvido e aplicado durante o governo FHC. Nesse sentido, o PBF é a unificação de todos os programas de transferência de renda iniciados, tanto em âmbito municipal como estadual e federal iniciados desde 1995 (Siqueira, 2007; Silva & Silva, 2007).

⁵⁰http://www.fomezero.gov.br/ContentPage.aspx?filename=pfz_4000.xml

⁵¹Fonte: www.mds.gov.br/programas/transferencia-de-renda/programa-bolsa-familia/programa-bolsa-familia/o-que-e. Setembro de 2006

5 No Brasil, o debate sobre a instituição de programas de transferência de renda começou a fazer parte da agenda pública em 1991, quando o Senador Federal Eduardo Suplicy apresentou o projeto de lei n. 80/1991 propondo o programa de garantia de renda mínima (PGRM). Com essa proposta, todos os brasileiros residentes no país e com mais de 25 anos teriam renda correspondente a 2,25 SM em valores de 2005 (Silva & Silva, 2007).

Esse programa social foi criado como tentativa de articular três dimensões essenciais para superação da fome e da pobreza: promover redução imediata da pobreza mediante a transferência direta de renda; reforçar direitos sociais básicos na área de saúde e educação, pela exigência de cumprimento de obrigações da família visando romper o ciclo de pobreza entre gerações; e coordenar programas complementares, cujo objetivo é o desenvolvimento das famílias no contexto de vulnerabilidade e pobreza. Esses programas complementares são como exemplo, programas de geração de trabalho e renda, alfabetização de adultos e o fornecimento de registro civil e demais documentos (Brasil, 2004).

O propósito do Programa Bolsa Família é de articular “uma transferência de renda com políticas e programas estruturantes, principalmente em educação, saúde e trabalho, direcionados a famílias pobres” (Silva & Silva, 2007) com o intuito de interromper a reprodução futura de um ciclo vicioso da pobreza (Siqueira, 2007).

Ao integrar o Programa Fome Zero, o Programa Bolsa Família teve como propósito assegurar o direito à alimentação adequada, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome (Siqueira, 2007). São os grandes objetivos do Programa Bolsa Família: o combate à fome, à pobreza⁵² e às desigualdades mediante transferência de renda diretamente às famílias e acesso a direitos sociais básicos, como saúde, educação e assistência social, e promoção da inclusão social com a emancipação das famílias beneficiárias por meio da construção de meios e de condições para que essas famílias saiam da condição de vulnerabilidade (Silva & Silva 2007). No entanto, entre as condições necessárias à obtenção do benefício, as famílias precisam cumprir exigências como: manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola; e cumprir os cuidados básicos com saúde, que é seguir o calendário de vacinação, no caso das crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal, no caso das gestantes e lactantes. O descumprimento dessas condições acarreta advertências ou até mesmo o bloqueio do benefício, na quinta advertência (BRASIL, 2009)⁵³.

Como um programa condicionado de transferência mínima de renda, o público-alvo são famílias em situação de pobreza (renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) ou de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 70). Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família⁵⁴ variam de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) a R\$ 200,00 (duzentos reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e com o número de crianças e jovens.

Programas de transferência de renda são políticas sociais recorrentemente empregadas para combater e reduzir a pobreza e têm como finalidade a médio prazo contornar problemas decorrentes da pobreza e, em período maior, investir no capital humano, quebrando um ciclo intergeracional de pobreza (Duarte et al., 2008). O Programa Bolsa Família surgiu como pilar no enfrentamento da pobreza nos governos Lula (Silva & Silva, 2007; Siqueira, 2007). A proposta de intervenção tem como um dos princípios elementares a garantia de segurança alimentar. De acordo com os mentores do programa,

⁵²Um ponto interessante a ressaltar é o fato de que o PBF, por ter regras de seletividade e ter o baixo rendimento familiar como parâmetro, ao incluir entre os seus beneficiários mais de 11 milhões de famílias, expressa, em certa medida, a extensão da pobreza no país (Mariano & Scarlotto, 2009).

⁵³ Fonte: Relatórios de condicionalidades disponíveis na página: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas

⁵⁴ O valor do benefício para as famílias pode aumentar de acordo com a complementação feita por estados e municípios por meio de um termo de cooperação, um instrumento que regulariza a transferência de renda, com recursos dos estados e municípios para as famílias cadastradas no programa, complementando a renda repassada pela união as unidades da federação (Siqueira , 2007).

há fome em três níveis: estrutural, específico e local. Pelo caráter estrutural, entende-se que a fome não é apenas decorrente da falta de alimento, mas uma consequência da má distribuição de riquezas, ou seja, concentração de renda e desemprego. O programa visa reduzir a pobreza a curto e longo prazo pela transferência condicionada de capital, evitando a transmissão da miséria de geração a geração. É administrado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e é considerada uma das principais políticas sociais do país. Entende-se por políticas sociais um subconjunto de políticas públicas relacionadas a ações que determinam padrões de proteção social e que decorre da distribuição de benefícios sociais no intuito de diminuir desigualdades estruturais decorrentes da trajetória de desenvolvimento econômico (Castro et al., 2009). Usualmente, essas políticas sociais incidem nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento, entre outras, e são executadas sob a responsabilidade do estado⁵⁵.

É evidente que o Programa Bolsa Família não é uma política social apoiada de forma consensual pelas discussões no campo acadêmico. Há críticas, sobretudo nos trabalhos publicados pelos assistentes sociais, de que é um programa que “dá o peixe, mas não ensina a pescar”, com medidas assistencialistas com sérios problemas de inclusão social de seus beneficiados (Siqueira, 2009). Alguns dados da pesquisa de Siqueira são importantes no contexto nacional, pois demonstram que, por ser um programa condicionado, o PBF influenciou no aumento no número de matrículas, na diminuição da evasão e nos índices de vacinação, mas que, em grande parte, são bastante precários os serviços prestados pelo estado às populações pobres. Além disso, segundo o autor, o cumprimento dessas obrigatoriedades “não perpassa pela lógica da população de reconhecer a importância delas, e sim um caminho pouco reflexivo de receber seu benefício” Siqueira (2007, p.242). Nessa mesma linha, Soares (2007) considera as condicionalidades do PBF como o controle da frequência escolar, da vacinação e a realização do exame pré-natal como uma inversão de valores, pois o que é um direito passa a ser uma obrigatoriedade.

No entanto, segundo Senna et al. (2007), o critério de renda combinado com uma linha de pobreza muito baixa acaba por restringir maior potencial de inclusão social do programa, pois, uma vez utilizados esses critérios, o programa não atinge segmentos sociais com as mais diversas situações de vulnerabilidade que não podem ser restritas à renda. A renda adotada como critério de seleção de famílias pode influenciar na focalização do programa (Medeiros et al., 2007). Em muitas famílias do país, como demonstram os autores, é difícil auferir uma renda e essa dificuldade causa distorções e erros no processo de seleção das famílias beneficiadas pelo PBF. Com isso, os erros do processo de seleção são intrínsecos a um programa como esse, “pois não pode haver critérios tão rígidos que o inviabilizem e que, mesmo assim, não impediriam as falhas de cobertura de famílias

⁵⁵Conforme Siqueira (2007), os principais programas de inclusão social no Brasil, atualmente, são: Acesso à saúde e educação; Projeto Vencer Juntos; Previdência Social Universal; Incentivo à Agricultura Familiar; Prosa Rural; Plano Nacional de Reforma Agrária; Bolsa Família; Auxílio Emergencial Financeira da Região Semi-Árida; Segurança e Qualidade dos Alimentos; Amazônia Solidária; Programa Segundo Tempo; Doação de Cestas Básicas Emergenciais; Combate à Desnutrição Materno-Infantil; Cozinhas Comunitárias; Ampliação da Merenda Escolar; Restaurantes Populares; Ampliação do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador); Bancos de Alimentos; Manutenção de Estoques de Segurança; Tabela Brasileira de Composição de Alimentos - Projeto TACO; Educação para o Consumo e Educação Alimentar; Construção de cisternas; Hortas e Viveiros comunitários; Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad).

elegíveis, nem critérios tão transigentes que levem à inclusão indevida de pessoas” (Medeiros et al., 2007).

Aunificação de valores referentes às transferências monetárias centra-se em dois tipos de famílias: famílias pobres e famílias extremamente pobres, com pobreza dimensionada somente a partir de uma renda. Ao transferir um valor muito baixo às essas famílias, pouco se altera nas condições de pobreza (Silva & Silva, 2007). No entanto, por ser um programa condicionado, houve avanço quantitativo na busca por estabelecimentos de saúde e ensino. Contudo, a autora ressalta que não tem ocorrido uma melhoria na qualidade do serviço fornecido a essas pessoas por parte do estado. Dessa forma, adverte que apenas uma transferência de renda sem a melhoria nesses serviços oferecidos a população pobre tem pouco alterado as condições de vida das famílias.

Em estudo de caso no Rio Grande do Norte (Vale, 2008), onde 40% da população do estado têm sido beneficiadas por esse programa social, nos períodos entre 2003 e 2007, houve considerável diminuição no número de pobres e indigentes concomitantemente à ampliação do número de famílias atendidas pelo PBF. Em âmbito estadual, entre as famílias beneficiárias do PBF, ocorreu diminuição das taxas de evasão escolar, inclusive com aumento na escolaridade dos jovens componentes dessas famílias. Ademais, numa visão mais ampla com a incidência do PBF nos municípios, houve fortalecimento das economias locais nos municípios que tiveram ampliação do número de famílias beneficiárias do PBF. De acordo com a pesquisa, o aumento da escolaridade entre crianças e jovens, sobretudo oriundos de famílias beneficiárias do PBF, está relacionado ao fato de que o benefício é investido na criança e no adolescente, já que uma das condicionalidades é mantê-los pela família na escola. Com isso, tenta-se dar formação a uma nova geração de jovens e crianças que estudam e recebem por isso, o que pode estar influenciando na diminuição das taxas de evasão escolar (Vale, 2008). No estado, uma renda mínima tem ocasionado diminuição de indigentes nos municípios do Rio Grande do Norte. Com a expansão do Programa Bolsa Família, após sua criação e a unificação com os Programas Bolsa Escola, Auxílio Gás, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e, mais recentemente, o PETI. As pesquisas comprovam que o PBF tem impacto redistributivo muito maior, o que tem modificado o perfil socioeconômico das famílias e promovido significativas melhorias nos indicadores sociais, melhora nas rendas dos pobres, nas taxas de educação, redistribuição de renda e, de forma mais ampla, melhorado as condições e esperança de vida (Vale, 2008).

No entanto, segundo Castro et al. (2009), grande parte da população brasileira⁵⁶ considera o PBF “uma esmola assistencialista” que tem como consequência a “acomodação dos beneficiários em relação ao trabalho”, o chamado “efeito-preguiça” (Castro et al., 2009). Além disso, um dos aspectos negativos do PBF é a “reiterada divulgação de casos de pessoas que não fariam jus ao benefício, até mesmo a inclusão fraudulenta” de pessoas fora do perfil foco do Programa Bolsa Família⁵⁷. Segundo o autor, o Nordeste foi a região onde o menor número de entrevistados afirmou que o PBF não faz diferença. O estudo coordenado por Castro revelou que os entrevistados concordam que os objetivos do Programa Bolsa Família estão sendo atingidos. Sobre os objetivos do programa, de modo geral, a pesquisa revelou que, para a população, o efeito mais positivo do PBF foi a

⁵⁶ A pesquisa de Castro et al. (2009) em âmbito nacional concentrou esforços em compreender a percepção de uma amostra população de 6.000 pessoas sobre o PBF – Programa Bolsa Família.

⁵⁷ Outro ponto negativo do PBF é seu uso eleitoral (Moura, 2007).

manutenção de crianças na escola. No entanto, a maior porcentagem afirmou perceber a influência do PBF na melhoria da saúde das gestantes e no combate à pobreza. Segundo Castro et al. (2009), há dois pontos a ressaltar sobre o PBF: um é que o PBF adquiriu legitimidade política junto à sociedade brasileira, uma vez que as pessoas que fizeram parte da pesquisa afirmaram ter conhecimento sobre a existência dessa política social e inclusive a apoiam. Segundo, que, em grande parte da população, a maioria percebe ação efetiva do PBF. O que os autores observaram é que é muito forte na sociedade a impressão de que o PBF contribui para proporcionar melhorias na vida das pessoas, de suas famílias e da comunidade.

Os estudos sobre o PBF têm sido realizados para avaliar os impactos desse programa sobre a frequência escolar, o trabalho infantil, os gastos com alimentação, entre outros. O objetivo neste tópico é compreender as possíveis contribuições, ou não, do PBF para a melhoria das condições de vida das famílias rurais beneficiadas.

No caso da comunidade de Santana, esse rendimento interfere na dinâmica familiar, alterando a economia doméstica com o aumento da quantidade e qualidade dos alimentos, e propicia recursos financeiros que possibilitam a compra de eletrodomésticos e móveis (mesmo que financiados), roupas, calçados e a melhoria das residências. Para oito grupos familiares, o Bolsa Família é uma fonte de renda complementar à de outros trabalhos, como na roça ou de outros benefícios sociais (aposentadoria e pensões). No entanto, para quatro famílias, o PBF é a única fonte de renda, inclusive famílias proprietárias de terra que não conseguem obter renda da terra. De 30 famílias pesquisadas, 12 são beneficiárias do PBF, o que certamente é um indicador da pobreza (definida a partir da renda).



Foto 3 - Família (mãe e filhos) beneficiária do PBF, na sala da residência. Julho de 2009.
Fotógrafo: Elicardo Heber.

A fotografia retrata uma família cuja principal fonte de renda familiar é o benefício do Programa Bolsa Família. Em uma casa com cinco cômodos (dois quartos, sala, cozinha e banheiro construído pela prefeitura local), Dona Ana, de 42 anos mora com os seis filhos e dois netos.

A trajetória da família de Dona Ana em grande medida pode ser compreendida como uma trajetória de dor, perdas e sofrimentos. Durante grande parte de sua vida, Dona

Ana morou com os pais e 13 irmãos em uma fazenda como agregados. Após longo período em que a “família fez de um tudo” para o fazendeiro, foram “obrigados” pelo dono da terra a mudar para a sede do povoado de Santana⁵⁸, deixando o pedaço de terra que a família cultivava parte do que consumia. Como recompensa pelos favores prestados ao fazendeiro, a família recebeu um lote e uma casa na sede do povoado. Nessa casa, de forma compulsória, a família passou a residir e, nessa nova residência, Dona Ana morou até se casar. Morou na comunidade durante toda a sua vida. Diferente da trajetória espacial experimentada por outras moças, ficou junto dos pais e dos irmãos na comunidade, enquanto alguns irmãos foram para São Paulo (SP) e Brasília (DF). Casou-se com o pai de seus três primeiros filhos e mudou-se de casa, mas não da comunidade. Ficou viúva muito cedo (aos 29 anos), pois o marido foi vítima de chagas, uma doença muito comum na região e que reflete, entre outros fatores, as condições de pobreza de habitações como as casas de pau-a-pique. Com a morte do marido, Dona Ana permaneceu na mesma casa e teve outros filhos de relacionamentos esporádicos. Na data da entrevista, morava com seus filhos e dois netos em uma casa muito simples. As duas filhas, com 23 e 21 anos, optaram por morar em Brasília (DF), onde trabalham como doméstica. A filha de 21 anos, mãe de dois filhos gêmeos, quando possível envia roupas e medicamentos para Dona Ana, que cuida de seus filhos. Dona Ana administra rendimento mensal de aproximadamente R\$ 120,00 para garantir a alimentação das nove moradores da casa. A atuação da Pastoral da Criança, a solidariedade dos vizinhos, o envio de dinheiro pela filha e o benefício do Programa Bolsa Família possibilita a reprodução física e social do grupo familiar.

Percebe-se pela foto, que há uma criança com o uniforme escolar. Os quatro filhos de Dona Ana com mais 5 anos de idade estão matriculados no estabelecimento de ensino local, pois “Se tirar o menino da escola, o governo corta os benefícios que ele dá” .

Pela fase do ciclo familiar, com o grande número de dependente (crianças que não estão na vida ativa), o grupo familiar se torna vulnerável. Na mesma comunidade, quanto menor o número de membros de um grupo familiar e quanto maior o número de pessoas trabalhando ou idosos aposentados, menor a incidência de pobreza. Nessa comunidade, o ciclo de vida familiar é importante para compreensão das condições de vida das famílias. Diversas famílias que afirmaram terem passado por privações de acesso a alimentação, como exemplo, atualmente encontram-se em situações mais confortáveis. No caso dessas famílias, “o tempo da fome” e da “necessidade” corresponde ao período em que havia muitos dependentes, geralmente muitas crianças. Com a migração de alguns indivíduos ou a mudança de residência após o casamento de outros filhos, os que permanecem na residência, conseguem melhora em suas condições de vida, seja pelo trabalho seja pelo acesso aos benefícios sociais.

Há uma relação entre o ciclo de vida familiar e as trajetórias dos componentes dessas famílias. O casamento e a idade dos membros da família são fatores que influenciam numa trajetória marcada pela mobilidade espacial: o casamento geralmente interfere na mobilidade em tempo mais curto: muda-se de casa, mas mantém-se na mesma comunidade, como o caso de Dona Ana. Entretanto, entre as famílias mais pobres, o casamento pode significar a mudança de residência por um dos cônjuges e a co-residência com os pais do cônjuge (mais comum a moça ir residir com a família do rapaz). Ou seja, na impossibilidade de o companheiro construir uma casa, a co-residência é um arranjo familiar para ajuste do “problema” de quem “casa, mas não tem casa”. Por um lado, o par conjugal

⁵⁸ O povoado de Santana foi elevado à categoria de distrito no ano de 2002.

não acumulou recurso prévio⁵⁹ para construção de um lar; por outro, a própria família, desprovida de recursos não consegue ajudar o casal na construção de uma nova casa. O par, ao estar estabelecido e ter filhos, inicia um ciclo de mobilidade do chefe, que necessita “juntar recursos” para reprodução da família; não sai toda a família, apenas membros.

O marido de Dona Ana trabalhou durante parte de sua vida nas “firmas”, locais para onde homens e mulheres⁶⁰ vão para trabalho temporário. Pode ser um trabalho na plantação de batata, colheita de soja ou plantação de pinus e eucalipto, porém sempre temporário. Com o crescimento dos filhos e a chegada à adolescência, diferente dos chefes de família, para os quais a saída é temporária e mais curta, os jovens tendem a sair de seu grupo de origem por períodos mais longos. As filhas de Dona Ana estavam há mais de um ano em Brasília (DF) e não tinham previsão de retorno. Como é muito pouco comum a saída de famílias, a fase da adolescência e juventude é uma fase que possibilita o começo de uma trajetória marcada pela mobilidade espacial. Se por um lado pode haver trajetórias não ligadas a deslocamentos espaciais (como o caso de Dona Ana), suas filhas vivem entre espaços distintos. Circulando. Ir para Brasília (DF) é uma referência espacial e com diversos significados (Brasília, Gama, Goiânia, Valparaíso, Ceilândia, entre outras), ou seja, ainda que essas moças circulem por diversas cidades em busca de trabalho como domésticas, diz-se que foram para “Brasília”.

A trajetória das famílias de Dona Ana, marcada pela pobreza e pela privação, possivelmente influencia nessa mobilidade espacial. Contudo, a pobreza material por si apenas não justifica satisfatoriamente os trânsitos de pessoas. Compreende-se que, entre as famílias pobres, os jovens estão dispostos a circular: sair, ir, ver e viver, ficar ou retornar, mas, entre as famílias com mais recursos, os jovens também tendem a sair. Ser jovem nessa região parece ser enquadrar-se numa categoria de mobilidade espacial. Os jovens circulam bastante no e entre espaços. Entretanto, muitos vão, vivem e, quando podem ou quando querem, voltam.

A setas do ciclo de vida, sobretudo durante a adolescência e juventude, influenciam nos primeiros deslocamentos espaciais⁶¹. Até mesmo os benefícios sociais estão ligados ao ciclo de vida familiar. Pelos mecanismos de seletividade, a incidência de aposentadorias e pensões são maiores entre as famílias com idosos e a de Bolsa Família é mais comum em famílias com mais crianças e jovens.

Entre as famílias pesquisadas, mentalmente há uma divisão temporal pelos beneficiários do PBF, que dividem o tempo em antes e depois dessa política social. O antes é apresentado como o tempo da necessidade, da falta do que comer (tempo da fome). Mesmo que o Bolsa Família seja um complemento, e temporário, é uma renda insuficiente para suprir todas as necessidades da família, mas permite que a família não passe mais fome. Como afirma Luzia, mãe de três filhos:

“Tinha época na região que tinha pessoas que passava necessidade. Eu já passei necessidade também, já passei fome, já faltou tudo, não tinha nada pra comer. O Bolsa Família ajuda demais. Sempre faltava alguma coisa em casa, faltava comida. Depois do Bolsa Família é difícil faltar comer. É comida simples, de

⁵⁹ No capítulo 3 será demonstrado como a saída para acumular recursos para compra ou construção de uma casa para um posterior casamento é um aspecto cultural percebido nessa comunidade.

⁶⁰ Os relatos de mulheres que vão para as firmas são mais antigos, anterior aos anos 80, inicio dos anos 90. Nos últimos anos, sobretudo após os anos 2000, não há relatos de mulheres que vão as firmas a trabalho.

⁶¹ Essa questão será tratada com maior profundidade no capítulo 3. O objetivo aqui é ilustrar como o ciclo de vida interfere no modo e meio de vida das famílias e pessoas.

pobre, mais tem. O dinheiro é pouco. É um pouco que ajuda muito. Serve muito. Com o dinheiro do BF, compro coisas pra casa, coisas pra comer principalmente. Pago água e luz e ainda comprei um sofá no boleto” (Luzia, 32 anos, não proprietária da terra).

Uma palavra muito presente nas falas é “ajuda”, que tem diversos significados, que variam conforme quem ajuda e quem é ajudado. Antes da implementação do Programa Bolsa Família, a palavra ajuda referia-se à família. No tempo de maior necessidade, a família (tios, tias, irmãos casados residentes em outra unidade familiar) ajudava os que necessitavam fornecendo principalmente alimentos. Com a “ajuda do governo”, principalmente o Bolsa Família, que atende maior número de famílias, houve nos casos relatados menor necessidade de “ajuda da família”. O relato de Margarida, uma chefe de família, viúva e não proprietária de terra, exemplifica bem os contextos da palavra ajuda: a ajuda da família e a ajuda do governo.

“Antigamente a família passava necessidade e era minha família que ajudava. Minha tia dava um pouco de coisa, minha mãe outro pouco. Teve vez que era só assim pra nós comer, depois que chegou o Bolsa Família agora dá pra alimentar os filhos”. (Margarida, 38 anos, viúva.)

No entanto, mesmo com a “ajuda do governo”, não há ausência total de ajuda da família. Margarida, por exemplo, sempre que precisa recorre à família: a mãe e a tia são aposentadas e nos momentos de “precisão”, ajuda-a e à sua família. Portanto, há uma valorização do PBF, que é considerado por Margarida “uma das melhores coisas que o governo fez para ajudar os pobres”. Com renda de R\$ 122,00, Margarida conseguiu financiar um sofá, mas recorreu à ajuda da mãe para comprar uma geladeira e reformar (rebocar e pintar) a casa de alvenaria. Em pesquisa anterior com beneficiários do PBF, Castro et al. (2009) observaram que, com a renda do Bolsa Família, seu uso pelas famílias é mais frequente na compra de alimentos (79%) e de material escolar (75%). A aquisição de artigos de uso pessoal e de utensílios para o lar foi assinalada por aproximadamente 60% dos entrevistados. Ou seja, 60% das famílias utilizam a renda para compra de algum bem de uso para a casa. De certa forma, em Santana o principal uso da renda do PBF é na compra de alimentos.

Para as famílias proprietárias da terra, que produzem grande parte do que consomem, mas em pequenas quantidades, o Bolsa Família ajuda a “complementar a feira”. O feijão, a farinha, as hortaliças, as frutas, o milho (para manter a criação de galinhas, porcos e o gado) raramente são comprados nas mercearias, pois são retirados da propriedade. Produtos de limpeza e higiene pessoal, o açúcar, o arroz e outros itens industrializados são adquiridos com o benefício do PBF. No entanto, para as famílias que não têm terra para cultivar, é o Bolsa Família que possibilita o acesso, sobretudo aos alimentos.

Em Santana geralmente quem administra a renda do Bolsa Família são as mulheres. A larga predominância da mulher como responsável legal pelo recebimento do benefício é norma previamente estabelecida pelo PBF, que considera as mulheres como melhores administradoras desse recurso em benefício das famílias, por serem “melhor conhecedoras das necessidades do lar”. O coordenador do PBF no município de São Francisco, MG, Honorato Júnior, reafirmou mediante entrevista que o PBF privilegia a mulher como titular do cartão fornecido pelo PBF. Segundo Honorato Júnior, no caso do município de São

Francisco, a importância da mulher enquanto titular do cartão e gestora do recurso reside no fato de que é muito comum entre as famílias pobres a ausência do marido, que sai para trabalhar nas firmas ficando muito tempo ausente do lar. Por isso, é comum a afirmação entre os entrevistados que Bolsa Família é “assunto de mulher”. Os programas brasileiros de transferência condicionada de renda veem como foco prioritário a família como um todo, mas as mulheres, por seu papel ativo na esfera doméstica, tem tido papel ativo, tanto como titular do cartão do Bolsa Família quanto no cumprimento das condicionalidades impostas pelo programa (Mariano & Carloto, 2009). Com isso, Mariano & Carloto (2009) consideraram que políticas sociais interferem diretamente na relação entre as mulheres e o estado. Por serem beneficiárias de uma política social, essas famílias estão sujeitas a obrigações impostas pelo estado. Mesmo que os beneficiários do programa sejam a família, e não o indivíduo, ou seja, a preocupação do PBF é com a pobreza da família e não apenas com a pobreza da esposa, do esposo ou dos filhos, as autoras consideram que o peso em relação ao cumprimento dessas condicionalidades recai quase sempre sobre as mulheres. As transferências condicionadas de renda “priorizam o repasse de renda às mulheres e envolvem-nas em uma rede de obrigações com as ações estatais”, Mariano e Carloto (2009). Dessa forma, quando a família é incluída no PBF, à mulher é designado o papel de representante do grupo familiar, ou seja, o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher. Com isso, acredita-se que o PBF aumenta a responsabilidade das mulheres com as crianças e os adolescentes, contribuindo para a cristalização dos papéis dos gêneros. Como geralmente essas condicionalidades do PBF estão relacionadas ao lar, Mariano & Carloto (2009) consideram que essas ações para o combate à pobreza “reforçam o lugar social tradicionalmente destinado às mulheres: a casa, a família, o cuidado, o privado, a reprodução”. Nesse sentido, o PBF estaria, na interpretação desses autores, reforçando lugares sociais marcados pelos papéis tradicionais de gênero, como a mulher focada nos cuidados com a família e com o lar.

Em Santana, ser titular do cartão do PBF favorece, por exemplo, que as mulheres circulem mais pela cidade para recebimento do benefício, o que, em determinados casos, é uma oportunidade rara em que essas mulheres saem da “roça”. Além disso, por comprar os produtos e bens que serão consumidos pela família, a mulher passa a ter maior visibilidade na comunidade. No entanto, durante as entrevistas foi recorrente a afirmação de proprietários de terra não-beneficiários do programa de que, após a implementação do programa, encontra maior dificuldade de conseguir trabalhadores fixos ou temporários. Conforme Sr. Joaquim, um agricultor de Santana, o que ocorre depois de as famílias serem beneficiárias do PBF é que os componentes dessas famílias não querem mais trabalhar na roça. Na sua interpretação, ressalta o Sr. Joaquim, ao assistir as famílias, o PBF estaria causando acomodação dos beneficiários do programa em relação ao trabalho, uma espécie de “efeito preguiça”. Na região um trabalhador ganha em média R\$ 15,00 por dia para “roçar a manga” utilizando foice ou R\$ 8,00 para “descarregar” um forno de carvão. Esses valores variam conforme a demanda e geralmente são combinados previamente entre contratador e contratado. Tanto nos trabalhos esporádicos como nos fixos, a carga horária e o salário são discutidos oralmente. Um “tirador de leite” trabalha meio período, porém de domingo a domingo, recebendo não mais que um salário mínimo. Um jovem de 19 anos trabalha todos os dias como “tirador de leite” e recebe mensalmente pelo trabalho o valor de R\$ 235,00 mais o almoço. Uma empregada doméstica que trabalha de segunda a sábado na comunidade de Santana recebe mensalmente R\$ 80,00. Como exemplo, Sandra, de 27 anos, empregada doméstica, trabalha para ganhar mensalmente R\$ 80,00 porque não há

possibilidade de ter outra fonte de rendimento e planeja, ao passar a ser beneficiária do PBF, deixar o emprego de doméstica, pois “trabalha muito, sofre muito e ganha pouco”.

O desejo de ser beneficiário do PBF decorre do fato de que esse rendimento interfere na alimentação, no vestuário e na compra de material escolar. No entanto, em alguns casos, não ocasiona significativa melhora nas condições físicas das habitações nem na compra de mobiliário.



Foto 4 - Parte externa de uma residência de uma família beneficiária do PBF, com destaque para o forno de cozinha abastecido a lenha. Julho de 2009.
Fotógrafo: Elicardo Heber.

Apesar da simplicidade da residência, as paredes são de tijolo e o teto coberto com telha. Nessa comunidade, houve até o início dos anos 80 grande incidência da doença de chagas, associada à pobreza das famílias e à falta de infraestrutura das casas, em grande parte construídas de pau-a-pique e com teto de palha de coqueiro. Nos últimos anos, o poder público, sobretudo a prefeitura local, interveio de duas formas junto à comunidade: orientando as famílias a substituir os tetos de palha por telha e a paredes de barro por parede com tijolo e, quando possível, doando material para melhoria nas casas e construindo fossas sépticas e banheiros. Em geral, tanto em Santana quanto em outras comunidades visitadas, não foi encontrada nenhuma residência com teto de palha ou parede de adobe ou de “barro batido”. Outro fator que propulsou a melhoria nas residências nos últimos anos é que o Programa Luz para Todos do Governo Federal condiciona que, para a família ser beneficiária, não tenha casa com teto de telha, uma forma de prevenção de incêndios em casos de curtos circuitos.

Em todos os casos, as famílias moram em casa própria, entretanto, quando avaliada a satisfação em relação à moradia, 60% delas consideraram suas condições de moradia satisfatórias, “mas poderia ser melhor”, e 40% consideram suas condições de moradia ruins ou muito ruins. Assim como a simplicidade das residências, entre os beneficiários do PBF é mais comum a utilização de fogão a lenha e essa lenha é a principal fonte de energia. A lenha é uma fonte de energia muito utilizada pelas famílias beneficiárias do PBF.



Foto 5- Comunidade de Santana (julho de 2008).
Fotógrafo: Elicardo Heber.

Como a região é marcada pelo baixo dinamismo do mercado de trabalho, é considerável a eficiência dessa transferência de renda na redução da indigência, mas a atuação do programa, por si, não é suficiente para redução da pobreza.

2.3. Aposentadoria e pensões: a importância de um idoso no espaço da casa

Um dos elementos de relevância na melhoria nas condições das famílias em Santana são “os benefícios não-contributivos⁶²” (Beltrão et al., 2005) dirigidos à população idosa rural e os inaptos ao trabalho, nesse caso aposentadorias rurais e pensões. O objetivo dessa seção é procurar mostrar como esses benefícios sociais têm contribuído para a redução da pobreza rural e para a melhoria nos rendimentos de família *com* idosos e famílias *de* idosos⁶³.

Com o envelhecimento da população rural e com a extensão dos direitos

⁶²Basicamente, são dois os tipos de benefícios não-contributivos. Primeiro houve a Renda Mensal vitalícia (RMV) instituída em 1974 e extinta em 1991, quando foi substituída pelo Benefício de Prestação Continuada (BCP), fornecendo um valor de um salário mínimo a pessoas idosas de 67 anos ou mais e a portadores de deficiência que possuam renda familiar per capita abaixo de 1/4 salário-mínimo (SM) e em cuja família nenhuma outra pessoa seja beneficiária de outro programa da Previdência Social ou do seguro-desemprego. O segundo tipo é dirigido às famílias rurais. É um benefício não-contributivo na medida em que na prática pouquíssimas famílias rurais contribuem para a aposentadoria, sendo que as pessoas passam a ter direito ao benefício aos 55 para mulheres e 60 para os homens, desde que comprovado que tenham trabalhado na atividade agrícola durante sua vida. A constituição de 1988 fixou o valor do benefício em 1 salário mínimo, beneficiando produtores rurais, parceiros, meeiros, arrendatários rurais, garimpeiros, pescadores artesanais e seus cônjuges (Sabóia, 2003).

⁶³ Ao analisar famílias que na sua composição há idosos, Beltrão et al. (2005) distingue as famílias em dois grupos: sendo *famílias de idosos*, onde o chefe ou cônjuge é idoso e *famílias com idosos*, onde os idosos moram na condição de parente do chefe, entretanto o chefe não é um idoso.

previdenciários, a literatura demonstra que os idosos tiveram mediante benefícios não-contributivos um aumento na sua renda o que influencia consideravelmente na redução da pobreza impactando significativamente na vida de seus familiares, na qualidade das casas a qual habita, na qualidade e quantidade da alimentação, na dinamização de economias locais, na produção agrícola (quando se trata de famílias proprietárias de terra), enfim, nas condições de vida das famílias (Saboia 2004; Delgado & Cardoso Jr., 2004; Beltrão et al., 2005).

Desde a promulgação da Constituição de 1988, quando o trabalhador rural foi incluído no Regime Geral da Previdência Rural, os trabalhadores rurais passaram a ser beneficiados com a aposentadoria de um salário mínimo, equiparando em grande medida aos ganhos dos trabalhadores urbanos (Delgado & Schwarzer, 2000). Com essa aposentadoria por idade, instituída pela constituição de 1988, criou-se um “segurado especial”, que aponta para uma universalização do benefício ao longo dos anos 1990, incorporando a previdência social um amplo universo de agricultores familiares, autônomos e seus familiares (Schwarzer, 2000, p.38). Na década de 1990, uma mudança significativa na previdência rural foi a “transferência da unidade beneficiária do chefe do domicílio para o indivíduo, capacitando, com isso, as mulheres casadas a receberem o benefício”, Beltrão et al., (2005)⁶⁴, o que reflete na “universalização do benefício”. Com a universalização da “previdência social”, o que está ocorrendo é uma redistribuição de renda no país com a expansão tanto quantitativa quanto espacial do benefício que tem um impactado não somente no ponto de vista das economias regionais, mas também na manutenção social de um amplo universo de famílias rurais brasileiras (Delgado & Cardoso Jr., 2004; Caldas & Sacco dos Anjos, 2007).

Na comunidade de Santana, quatro são as famílias *com* idosos e uma é *de* idoso. Um primeiro levantamento permite constar que residência *com* e *de* idosos não são “nínhos vazios”, com famílias compostas apenas pelo par conjugal de idosos ou apenas um idoso. O mais comum são os idosos co-residindo com a família de seu filho, por isso em quatro famílias há trêsgerações co-residindo no mesmo domicilio: o idoso (avô e pai), o filho ou filha do idoso e o seu par conjugal e o neto e até mesmo bisnetos. Exceto em uma família na qual, em uma casa de idosos, reside apenas uma idosa, o mais comum são arranjos onde predominam três ou mais gerações. Esse padrão de co-residência e suporte intergeracional está associado, entre outras razões, à redução das oportunidades de os outros membros da família obter renda e o idoso acaba tendo o papel de principal ou até mesmo o único provedor do lar. As aposentadorias rurais e pensões garantem uma estabilização da renda familiar, possibilitando que as famílias melhorem suas residências, comprem bens materiais duráveis (carros, móveis e motos) e de consumo imediato (alimentos, roupas, calçados, entre outros), sendo que os principais gastos do benefício são com consumo de alimento, seguido do pagamento de tarifas de água e luz. Essa melhoria nos rendimentos dos beneficiários e nas condições material aponta para a importância desses benefícios rurais como elemento que contribui para a delinearção da composição dos arranjos familiares. Contudo, um reflexo de relevância desse benefício social consiste na sua contribuição para a mudança do papel do idoso no seu próprio grupo, que passa de “dependente a provedor” (Beltrão et al., 2005). E, como as aposentadorias e pensões influenciam na melhora da

⁶⁴ Para um aprofundamento sobre as tendências dos benefícios não-contributivos no Brasil, ver Beltrão et al.(2005) .

renda do indivíduo, afeta também as condições de vida dos co-residentes com o beneficiário.



Foto 6 - Família com idosos: quatro gerações co-residindo em uma mesma casa. Comunidade de Santana, Julho de 2009/ Fotógrafo: Elicardo Heber.

É possível observar na foto que o primeiro aspecto perceptível em famílias *com* e *de* idosos é a melhoria nas residências com a construção ou reforma das casas, a troca do telhado, a pintura nas paredes e o número de bens novos ou semi novos no interior das residências tais móveis e eletrodomésticos: geladeira, fogão, televisão, aparelho de DVD e telefones celulares.

Ao longo do ciclo de vida do grupo doméstico apresentado na foto 6, observou-se ao longo das trajetórias sociais a marca da mobilidade espacial. Dos oito filhos do grupo doméstico original, permaneceram dois. Uma filha casou-se e o esposo passou a co-residir com a família da esposa e o filho deficiente. Dois filhos, após o matrimônio, optaram por residir em uma nova casa, mas residindo na comunidade e quatro filhos mudaram para São Paulo, foram-viram e ficaram, mas voltam temporariamente nos períodos de festas. Atualmente residem na casa a esposa (do casal original), o filho deficiente, a filha e o esposo, e o filho desse casal. Há na residência três aposentados e duas pessoas que trabalham. Uma na roça e outra no setor público como motorista da prefeitura.

A mudança do idoso da condição de dependente para provedor aponta para dois processos: a mudança da posição social do idoso e de seu poder no seu grupo familiar; e a posição de destaque dos aposentados junto aos comerciantes locais (“os aposentados são bons pagadores”). Esmiuçando essa afirmação, observou-se que em Santana famílias *de* e *com* idoso conseguem com esse benefício social ampliação considerável dos seus rendimentos. A existência de beneficiários na família é fator de redução da pobreza, uma vez que as famílias passam a ter melhor poder de compra e, portanto, melhoria de suas

condições materiais. Considerando que, dependendo das famílias, o beneficiário pode contribuir consideravelmente para o orçamento familiar (Delgado & Cardoso Jr, 2004), essa afirmação pode auxiliar no entendimento sobre o fato de que, em Santana, os idosos em determinadas circunstâncias são foco de disputa entre famílias, razão de brigas entre famílias:

“Tem 26 anos que eu sou casada. Antes morava com meu esposo e meus filhos. Depois de uns 10 anos de casada, o seu Virgilio veio morar aqui. Ele era de Serra das Araras [...] depois que a esposa dele morreu, ele ficou só e veio pra cá. Ele ficou muito doente de uns tempos pra cá, fumava demais e tem enfisema pulmonar que foi só piorando. Ninguém queria saber dele. Como ele tava só e doente, meu marido quis ajudar e trouxe ele pra cá. [...] De uns tempos pra cá, as filhas dele querem ajudar mais, quer que ele vá morar com elas em Montes Claros. Diz que é melhor ele ficar lá que é perto dos médicos, tem de tudo perto. Ele não quer ir não, quer é ficar na “roça” que ele gosta mais. Elas fala que sou eu e meu esposo quem fica dizendo pra ele que aqui é melhor. Mais é ele que escolhe, eu não falo nada. [...] ele é aposentado como trabalhador rural e recebe também a pensão de dona Rosa [Aesposa falecida]. As filhas dele parecem ter ciúmes que eu cuido das coisas e do dinheiro dele. Elas sabe que ele não gosta de cidade, do tumulto, mais fala que é pra ele mudar pra lá. Pergunta ele se ele quer ir? Quer ir não.[...] Sabe, ele ajuda muito com as despesas da casa, mas ele gasta muito porque é bastante doente, toma remédio demais. Meu esposo comprou um carro pra facilitar a ida dele pro médico, é pra ajudar ele mesmo, pra facilitar, mas as filhas dele acham que nós fica só comendo o dinheiro dele” [...] (Ana, 34 anos, casada com o filho do Sr. Virgilio).

Acumulando a aposentadoria e uma pensão, o Sr. Virgilio contribui mensalmente com R\$ 1.200,00 para o orçamento familiar, o que é uma soma considerável para um grupo de cinco pessoas (o casal, os dois filhos e o Sr. Virgilio), que anteriormente detinha apenas um rendimento incerto da atividade agrícola e de “bicos” do marido de Dona Ana como diarista. Entretanto, um dos pontos mais importante no relato é o fato de que as filhas que residem na cidade pleiteiam cuidar do Sr. Virgilio, o que, para Dona Ana, encobre outra intencionalidade: a de administrar os rendimentos do idoso. Com a presença de um individuo aposentado na casa, ocorre simultaneamente mudança econômica e social do grupo familiar: a mudança mais instantânea ocorre com o aumento do rendimento familiar e posteriormente com a melhora nas casas e dos bens da família.

“Com a aposentadoria ficou muito melhor [...] a vida ficou mais fácil. Antes não tinha geladeira, a comida perdia. Agora é só “agazaiar” tudo na geladeira que não perde mais. Se eu não fosse aposentada, nem geladeira tinha. Com a aposentadoria, conseguimos quase tudo que tem hoje. Meu marido deixou a casinha, mais bem pobrezinha, muito ruizinha, mas fiquei dentro dela. Com a aposentadoria, comprei o material e reformei toda a casinha. Fiz um banheiro. Tinha que sair para trabalhar para os outros e comprar o que faltava. Faltava o arroz, o sal, o açúcar, uma misturinha. Tinha que trabalhar para comprar as coisas pra casa e nada que dinheiro dava, não sobrava nada, era pouco, mal dava pra comer. Agora é mais fácil, é ir à cidade tirar o dinheiro, comprar o que falta e não precisa eu trabalhar mais para ninguém, sofrer trabalhando pra ganhar pouco. A aposentadoria caiu do céu, graça a deus. Com ela eu compro de um tudo. Eu luto com ela [...] Com aposentadoria eu compro mais é comida para a família. Não gasto tanto com roupa nem tanto, mais é com comida. Roupa compro mais na época da festa. [...] Comprei uma mesa, um fogão, uma geladeira, um ferro elétrico. Depois da aposentadoria comprei tudo que precisa pra casa, à prestação, mais compro. A primeira coisa que comprei foi a televisão e depois a mesinha. Reformei a casa para ter mais conforto. Quando o tempo tá quente, tem a geladeira para esfriar a água pra gente tomar. Tem o ferro para passar a roupa, não é mais ferro de brasa. Tem agora a televisão pra ver a novela. Mudou tudo pra melhor” (Dona Maria da Glória, 67 anos, aposentada rural).

Outro impacto significativo desse rendimento benefício é no comércio, tanto em Santana quanto nos estabelecimentos comerciais da sede urbana do município de São Francisco. Como afirmado anteriormente, a renda dos aposentados é, em grande parte, gasta com alimentação. Uma conversa com os comerciantes comprova a importância dos aposentados e pensionistas para o comércio local. Para os comerciantes, o diferencial do rendimento dos aposentados é que esse benefício é regular, ou seja, o aposentado sempre terá uma renda, o que facilita a “venda no fiado” pela garantia de pagamento futuro. Por esse fato, ser beneficiário da previdência rural é fundamental para concretização de uma compra no “fiado”. Além disso, apesar de os aposentados realizarem compras em pequenas quantidades, “sempre voltam”.

“Eu sofria tanto [...] criei meus filhos naenxada, trabalhando na roça. Ficava no meio do tabuado, pegando tábua pra fazer esteira pra família deitar e era a cama. Fazia cama de esteira pra família e para vender. O que tinha de gente pobre nesse mundo não era pouco não. Deus ajudou que foi acabando a pobreza, foi acabando a pobreza. Hoje mudou muito. Já trabalhei na roça igual homem pra criar os filhos. Fazia sabão de tingui. Saia longe pra pegar tingui, hoje os pés de tingui tá tudo carregado, ninguém quer saber de tingui mais não. Trabalhava na roça igual homem. Plantava milho, feijão, mandioca, feijão, fava, planta o que deus deixava. O que Deus dava [...] Era Deus que não deixava o povo morrer de fome. Agora nem precisa mais esperar, é só ir à mercearia e comprar o que falta [...] se ainda não chegou o benefício é só ir lá e pedir pra anotar no caderninho e pagar no inicio do mês” [grifo do autor]. (Dona Dorinda, 61 anos, aposentada rural).

Como benefício da previdência rural, inclusive estendido às mulheres, ocorreu uma estabilização dos ganhos monetários do indivíduo, o que refletiu na economia familiar, no comércio local (farmácias, supermercados, açougues, lojas de material de construção, dentre outros) e na vida de todo o grupo familiar. Esse apontamento sugere que os benefícios não-contributivos dão importante “fôlego” ao comércio local.

Entre as cinco famílias pesquisadas nessa categoria, há seis mulheres aposentadas e um homem. Esse predomínio de mulheres é justificado pela tendência nacional e do próprio município de que o número de mulheres que atingem idade superior a 55 e 60 anos é maior que entre os homens. No município de São Francisco, com expectativa de vida de 69,21 anos no ano 2000 (Censo Demográfico 2000 - IBGE), as mulheres viviam em média 7 anos a mais que os homens. O direito das mulheres trabalhadoras rurais à aposentadoria por idade, independentemente de o marido já ser beneficiário ou receber pensão por falecimento do cônjuge insere-se na expansão da previdência social rural social (Brummer, 2002; Zimmermann, 2005). Entretanto, ainda que a previdência rural brasileira tenha universalizado o acesso ao benefício, o que ocorreu ao longo dos anos 1990 foi um “represamento de benefícios” (Brumer 2002, p.68) da previdência rural, com uma alteração nos procedimentos praticados pelo INSS, tornando as exigências para a aquisição do benefício mais rígida como tentativa de diminuir o número de benefícios fraudulentos e o aumento generalizado do benefício. Como afirma Brumer (2002, p.69), entre as novas exigências do INSS, passou a ser exigida a partir de 1996 a apresentação de documentos comprobatórios para atestar os anos trabalhados, entre os quais estavam o Cadastro de Propriedade do Imóvel no INCRA, o Contrato de Arrendamento e o Bloco de Notas de venda da produção. No entanto, grande parte desses documentos dificilmente é emitida em nome das mulheres cônjuges, o que dificulta seu acesso à aposentadoria rural e também dos trabalhadores menos instruídos, dos diaristas e dos boias-friás, enfim dos mais pobres. Esse aumento no grau de seleção dificultou o acesso das mulheres ao benefício, uma vez que elas têm maiores dificuldades em apresentar os comprovantes exigidos pelo INSS (Zimmermann, 2005). Em Santana, a maior presença de mulheres que acessam a previdência social não é apenas resultante da maioria quantitativa de mulheres com a possibilidade de acessar esse direito pela idade, mas também porque elas têm consciência desse direito, mobilizando para o recebimento de um benefício social que é garantido constitucionalmente. Para isso, acionam advogados, o Sindicato Rural de São Francisco (com provas documentais) e professores da comunidade (provas testemunhais) para comprovar que trabalham ou trabalharam com a enxada e a foice, ou seja, que são trabalhadoras rurais.

Em Santana, a população idosa pesquisada tem papel expressivo na redução da pobreza rural. Esses beneficiários ao terem uma renda da aposentadoria muitas vezes acumulada com pensão e renda do trabalho, com valores de pensão e aposentadorias equivalentes ao salário mínimo vigente, essa sua incorporação na seguridade social tem forte impacto simbólico, já que, ao serem incorporadas à previdência rural, essas pessoas adquirem uma conta no banco e um dinheiro pessoal, posteriormente revertido em benefício da família.

Outro reflexo da aposentadoria rural é na própria atividade agrícola. Exceto os casos de indivíduos com deficiência física ou mental, os aposentados, ao obterem o benefício, permanecem no trabalho na roça. Ademais, esse trabalho na roça é um importante fator que dá sentido à existência social desses homens que muitas vezes tiveram apenas na roça sua forma de labuta durante toda sua vida.

É importante ressaltar que o sistema previdenciário possui duas funções primordiais: primeiro, repor os rendimentos do segurado no período de inativo e, segundo, combater a pobreza, evitando que os idosos fiquem sem rendimento nessa determinada fase do ciclo de vida em que se encontram e que, por questões físicas e convenção social, já não

devem ser expostos ao trabalho. Nesse sentido, torna-se importante afirmar a função desse programa para a estabilização da renda familiar a partir do relato de um agricultor.

“Com a aposentadoria, melhorou muito porque antes eu não tinha dinheiro fixo. Hoje já pode contar, confiar que pode ter o dinheiro naquele dia. Facilita demais. Saber que tem o dinheiro pra comprar as coisas, saber que tem a renda certa é outra coisa [...] antes não podia confiar no que plantava [...] colocava a semente na terra mais às vezes não vem. Aposentaria preocupa menos [...] Com o dinheiro da aposentadoria deu pra comprar mais coisas, mais bens [...] deu até pra reformar casa e financiar a moto e um desintegrador” (Dimas, 63 anos, agricultor).

O Sr. Dimas, pequeno proprietário da terra, permaneceu na atividade agrícola mesmo após se tornar um aposentado rural. Um dos impactos da aposentadoria é na estabilização da renda, importante, sobretudo, para as famílias que têm a roça como sua fonte de renda, mas que estão sujeitas às oscilações estruturais e conjunturais da atividade agrícola. Ao afirmar que utilizou a renda do benefício para a compra de um desintegrador, o Sr. Dimas aponta para outro elemento: o uso do benefício da previdência rural como “fomento” ao investimento na atividade agrícola. Com escasso apoio à agricultura familiar, uma das funções que recursos previdenciários estão assumindo no país entre os pequenos agricultores é uma espécie de “seguro-agrícola” (Delgado & Cardoso Jr., 2001), uma vez que o benefício permite a “subsistência familiar” e o investimento na pequena produção, ainda que “esse benefício não seja sucedâneo do seguro agrícola clássico”. Dessa forma, os autores apontam que no país a previdência rural, pela sua regularidade, segurança e liquidez monetária, desempenha também o papel de ampliação das oportunidades de permanência das famílias no campo e na atividade agrícola, expandindo e sustentando consideravelmente as estratégias das famílias de se manterem na agricultura, com a manutenção das atividades agrícolas, tanto no intuito de produção para o autoconsumo quanto para geração de excedentes comercializáveis.

Para os aposentados rurais proprietários de terra, com esse benefício, muitas vezes é possível a ampliação da atividade agrícola mediante contratação de empregados funcionários fixos ou temporários que o auxiliam principalmente na limpeza da roça ou nos cuidados dos animais da manga (as matrizes leiteiras, os animais de carga, assim por diante), no plantio de sementes nos períodos de chuvas, na colheita e na construção de cercas.

As rendas das aposentadorias e pensões, ao ser aplicadas às despesas da casa, como alimentação, compra de roupas, pagamento de contas simples como água e luz, na aquisição carros e motos (que interfere na própria circularidade dos membros das famílias entre o campo e a cidade), na melhoria das casas (com a expansão das residências, substituição de tetos de palhas ou de outros materiais por telha, “rebocamento” e pintura das casas) e na compra de móveis para a residência, interfere consideravelmente nas condições de vida dessas famílias, uma vez que o aposentado rural contribui para que sua família se diferencie das demais que não possuem renda estável. A foto abaixo retrata as duas salas de uma residência com idosos onde co-reside um casal de idosos, o filho do casal, a nora e dois netos. Diferente dos outros sítios onde não há aposentados, não há a mesma qualidade na construção das casas. No caso desse sítio, nas duas salas da residência, há dois móveis seminovos, uma televisão, uma mesa e um sofá recém-comprados. As paredes da casa foram recém-rebocadas e pintadas. A existência das duas salas é recente,

pois foram construídas após a reforma e a ampliação da casa para melhor acomodar os novos moradores: o filho, a nora e os netos.



Foto 7 - Parte interna de uma residência de uma família de sitiantes com idosos Comunidade de Santana, Julho de 2009/ Fotógrafo, ElicardoHeber

Um dos efeitos das aposentadorias e pensões não é somente econômico, pois também eleva a autoestima dos aposentados, que percebem sua importância para seu grupo familiar. Os idosos que antes dependiam da “caridade” dos familiares e que sentiam ser “um peso na vida de seus familiares”, por depender deles para algumas atividades simples, como banho e troca de roupas, com a aposentadoria passam a ter importância para seu grupo familiar.

Os aposentados são considerados pelos comerciantes locais como “bons compradores”, o que significa compras regulares e que, por ter renda estável, sempre irão retornar para a realização de novas compras, o que significa também na dinamização do comércio local, pelo poder de compra dos idosos após a aquisição do benefício. A injeção das aposentadorias rurais e as pensões são um importante elemento a ser considerado na dinamização da economia local. Com o pagamento desses benefícios, os comerciantes locais percebem efeito imediato no aquecimento das vendas no comércio municipal. Como os aposentados tendem a realizar suas compras nos locais onde fazem o saque mensal da aposentadoria, as compras de mantimentos são realizadas principalmente na sede do município de São Francisco ou nas sedes dos distritos e vilas.

Numa região onde, por questões geoclimáticas, a lavoura é instável e o trabalho na roça não resultará necessariamente numa renda para a família, muitas vezes cabe aos idosos, com seu benefício mensal, garantir a manutenção do seu grupo familiar.

A presença e importância dos aposentados extrapolam o espaço doméstico. Com o recurso do benefício, esses indivíduos ajudam os vizinhos em dificuldades financeiras (com alimentos, roupas e até mesmo dinheiro) e participam ativamente (não necessariamente em

todos os casos) das festas religiosas e dos leilões. Devido à estabilidade de sua renda, o indivíduo possibilita maior impacto positivo na condição de vida dos seus familiares. A aposentadoria provoca também transformações nas relações interpessoais, sobretudo entre os idosos e seus familiares. Para esse indivíduo, ser aposentado representa uma mudança em sua posição social, o que atinge sua autoestima e modifica a forma com as pessoas que o circundam o percebe. O aposentado e pensionista não é apenas um indivíduo que pode possibilitar melhores condições de vida para a sua família, mas também influencia na relação com os outros (com os vizinhos, com as ajudas esporádicas) e na própria comunidade, pois é um indivíduo que injeta dinheiro na economia local, possibilitando até mesmo a existência de tantos estabelecimentos comunidade em Santana, sobretudo às mercearias.

2.4. O trabalho não-agrícola

Na comunidade de Santana, 29 grupos familiares possuem rendimento não-agrícola. Desse total, 17 famílias são proprietárias da terra, mas seus rendimentos não são provenientes exclusivamente do trabalho na roça, ou seja, das atividades consideradas agrícolas e 12 não são proprietárias da terra nem são empregados (nem de forma permanente nem temporária) na atividade agrícola, portanto são famílias exclusivamente não-agrícolas. Dentro da amostragem dessa pesquisa, serão estudadas neste tópico quatro famílias que têm renda obtida exclusivamente com o trabalho em atividades não-agrícolas, ou seja, um rendimento não proveniente do trabalho na atividade agrícola e três grupos familiares que trabalham em atividades não-agrícolas (prestação de serviços e por conta-própria, sobretudo o comércio de alimentos) e que recebem algum benefício social (bolsa família, aposentadorias e pensões) e cinco famílias combinam a atividade agrícola com atividades não-agrícolas.

Na comunidade de Santana, ainda que a agropecuária seja a principal atividade econômica, há famílias que combinam o trabalho na atividade agrícola com atividades não-agrícolas e famílias que possuem rendimentos respaldados em distintos setores da economia, sobretudo o comércio e a prestação de serviços. São, portanto, famílias exclusivamente não-agrícolas.

Tabela 13 - Principais ocupações não-agrícolas das famílias da comunidade de Santana

Famílias exclusivamente não-agrícolas* (12 famílias)	Famílias que combinam o trabalho na agricultura com outras atividades (não-agrícolas) (17 famílias)
<p>Principais atividades:</p> <p>1) Comércio - açougue, bares, loja de material de construção, mercearia, padaria e sorveterias.</p> <p>2) Prestação de serviços: borracharias, cabeleireiros, aluguel de carros de pequeno porte, vans e ônibus para a prefeitura local (transporte de alunos), <i>lanhouse</i></p> <p>3) Funcionalismo público: técnicos de enfermagem, enfermeiros, professores, inspetores de alunos.</p>	<p>Principais atividades:</p> <p>1) Comércio: bares e mercearias</p> <p>2) Prestação de serviços: aluguel de ônibus para a prefeitura local (transporte de alunos)</p> <p>3) Funcionalismo público: professores</p>

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados de campo.

As famílias exclusivamente não-agrícolas inserem-se em formas de ocupação muito mais diversas que aquelas que combinam o trabalho da atividade agrícola com atividades não-agrícolas. Quanto à ocupação dos indivíduos, as famílias podem ser classificadas como empregadoras (duas famílias), que trabalham por conta-própria como autônomas (três famílias) e de empregados assalariados, sobretudo no funcionalismo público (quatro famílias).

As famílias com indivíduos assalariados têm os componentes com maior escolaridade, uma vez que, essas atividades, geralmente atreladas à prestação de serviços ao poder público requerem formação superior (professores, pedagogos, diretoria de escola, enfermagem) e cargos técnicos e com formação média (técnicos em enfermagem, eletricidade, funcionários do programa saúde da família, do posto da COPASA, inspetores de alunos, entre outros). Entre as famílias empregadoras⁶⁵, o nível de formação do casal é médio e os que trabalham por conta-própria têm os homens com formação média incompleta e ensino fundamental completo. Em todas as famílias, as mulheres com mais de 20 anos têm formação média completa e, em geral, os homens têm menos anos de escolaridade. Entre aquelas com pessoas que trabalham nas atividades não-agrícolas, nesse mesmo grupo é mais comum que os indivíduos que trabalham na agricultura tenham formação média incompleta e fundamental completo.

No caso dessas famílias com elementos inseridos nas atividades agrícolas e não-agrícolas, é bem mais marcante a distinção do trabalho nessas atividades. Nessas famílias, exceto em dois casos⁶⁶, os cargos de professores são ocupados pelas mulheres com maior nível educacional, com formação média ou superior. Nessas situações, os homens afirmam que sua ocupação principal é a atividade agrícola, enquanto as mulheres ocupam-se principalmente com as atividades não-agrícolas e esporadicamente ajudam no trabalho na roça. Nesse sentido, a relação entre essas atividades e quem as pratica indica forte demarcação por gênero, uma vez que as atividades não-agrícolas são um campo de amplo domínio das mulheres, enquanto as atividades agrícolas configura-se como a principal ocupação dos homens.

Em ambos os grupos, sobretudo no caso das famílias não-agrícolas, a estratégia de reprodução das famílias com a incorporação de trabalho e os rendimentos não-agrícolas não é apenas de permanência no campo, mas a busca pela permanência das famílias no campo com melhores condições de vida, como será demonstrada com mais clareza adiante.

Importante ressaltar que estratégias são adotadas mediante escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação ao indivíduo (Schneider, 2003). Essas decisões envolvem fatores sociais, econômicos, étnico-culturais e espaciais:

⁶⁵ As famílias empregadoras são aquelas que possuem negócio próprio, sobretudo o comércio de alimentos. Quando não é possível absorver toda a mão-de-obra familiar no negócio da família, seja porque os membros da família estejam fora, envolvidos em outras ocupações, seja porque os filhos são pequenos, contrata-se “pessoa de fora” do grupo familiar.

⁶⁶ Em dois grupos familiares, há homens que são proprietários da terra, mas trabalham na escola local, como secretário escolar e outro como inspetor de alunos.

Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatisada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas (Schneider, 1999, p.135).

Interessante a concepção de estratégia de Chayanov (1974) de que é um conjunto de decisões, planos e metas determinado no âmbito familiar, cujo objetivo é o estabelecimento de um equilíbrio entre fatores e técnicas de produção e as necessidades da própria família. É válido considerar que as estratégias de reprodução social das famílias rurais em Santana são influenciadas pelo desejo de permanência na “roça” e de certa forma motivada pelo desejo de “promoção” social, ou seja, as atividades não-agrícolas como possibilidade de melhora nas condições de vida.

Como está se tratando de uma região de seca, durante grande parte do ano, o processo de exploração da renda da terra, sobretudo para os proprietários, configura um quadro de baixos, ou até mesmo negativos rendimentos com a produção mercantil e inclusive com situações em que não é possível gerar excedente na produção agrícola que possibilite a comercialização do produto. Por um lado, é nesse ambiente que estratégias de diversificação das fontes de renda são uma tentativa de melhora nas condições de vida das famílias e uma tentativa de continuar na “roça”. O que é bastante distinto é a reprodução familiar de famílias exclusivamente agrícola calcada na utilização de recursos (terra, mão-de-obra familiar e os instrumentos manuais como a foice e o machado), que cultivam a terra e asseguram suas necessidades básicas, e a reprodução de famílias que incorporam ao seu orçamento diversas fontes de rendimentos, como o trabalho por conta-própria e no funcionalismo público, e que conseguem melhorar suas residências, comprar automóvel e bens consumo.

Essa própria diversificação nas fontes de renda ou até mesmo o trabalho exclusivo nas atividades não-agrícolas não resulta no próprio abandono da roça nos seus dois significados, a roça enquanto lugar de morada e trabalho. Com a melhoria na própria renda, e consequentemente nas condições materiais, há um reforço na permanência dessas pessoas na “roça”, evidenciado pela observação de que as pessoas que trabalham nas atividades não-agrícolas não engrossam os fluxos de saída com o objetivo de garantir a sobrevivência material de seu grupo doméstico, ainda que haja uma estratégia desses grupos familiares de promover a saída dos filhos da “roça” para progressão nos estudos.

Para as famílias proprietárias da terra, as atividades não-agrícolas aparecem como uma alternativa à reprodução física e social e são uma alternativa de aumento da renda, fator que dificulta a saída no campo nos períodos de instabilidade do trabalho na atividade agrícola. A relação com a terra mostrou-se muito presente entre essas famílias. Mesmo com as dificuldades impostas pelo desenvolvimento da atividade agrícola, essas famílias mantêm a propriedade da terra. Com a inserção em atividades não-agrícolas, não há uma decisão de desistir da propriedade rural, mesmo entre os que residem na sede urbana do distrito. Entretanto, a manutenção da propriedade da terra é razão de controvérsia na própria unidade familiar. A propriedade permanece como uma fonte de produção: a terra como meio de trabalho e como importante fonte de rendimento, não necessariamente caracterizando uma secundarização da atividade agrícola em detrimento das atividades não-agrícolas, uma vez que é o trabalho na roça a principal ocupação dos homens. No entanto,

em determinadas situações são os rendimentos não-agrícolas que fomentam como exemplo o cultivo do feijão, pela possibilidade da compra de insumo e defensivos agrícolas. Nesse caso, a compra de insumo e defensivos depende consideravelmente das fontes de renda não-agrícolas. Observe a transcrição de parte de uma entrevistada com um agricultor e sua esposa, uma professora do ensino médio com formação superior:

Esposa - *Na maioria das vezes, o que é investido na roça vem do meu salário de professora. Antes de plantar o feijão, tem que pagar a aração [aragem da terra], depois comprar adubo, ureia e veneno e pagar a mão-de-obra pra ajudar ele [o esposo]. Quando ele mexia com pecuária de leite eu era cansada de comprar o sal mineral, a ração pro gado na seca, o pagamento da roçada na manga. E, depois do investimento, quando é na época de ver o resultado da produção nem sempre tem retorno. Eu uso o dinheiro do meu salário pra custear os gastos e depois a produção é pouca. Mesmo assim ajudo sempre que posso. Mesmo estando daquele jeito, sem muito lucro, tem que ir tocando, mas eu sempre achei que devia vender as terras.*

Entrevistador – Pensam em vender as terras?

Esposo – *Nunca pensei vender as terras, não. É um patrimônio que herdamos. Vender e comprar o quê?*

Esposa – *Terra é um trem que não dá lucro, não. Propus vender a terra e comprar apartamentos lá em Montes Claros e alugar esses apartamentos que dá bem mais lucro.*

Esposo – *Eu não acho que deve vender as terras pra comprar apartamentos. Não faz sentido vender as terras por uns R\$ 100.000 pra pegar R\$ 300,00 reais de aluguel mensal [...] as terras no todo tem uns 66 ha e a primeira vez que eu plantei feijão nuns 3 ha colhi 85 sacos e lucro de R\$ 16.000. Demora ter o lucro, mas tem.*

Esposa – *É, mais só teve esse dinheiro uma vez, depois nem teve lucro, só prejuízo. Se nos aluguéis dos apartamentos tirasse trezentos reais, tava é bom, porque com a terra... Agora mesmo tirou quanto?... Não tiramos nada da terra...*

Esse diálogo mostra uma divisão do trabalho por sexo, com o esposo concentrando seu esforço físico e mental nas atividades relativas à roça e a esposa nas atividades não-agrícolas. No entanto, é muito presente a participação da mulher na condução dos processos decisórios relativos à roça. Em conjunto, decidem sobre a necessidade de investimentos referentes à produção e ou a substituição dos cultivos, com a passagem do monocultivo de milho para feijão e o abandono total da pecuária leiteira. Essa mulher tem significativa participação nas decisões relativas à atividade agrícola, pois, apesar de a parte produtiva ter uma presença maior do esposo, é o rendimento dela (estável) que permitirá muitas vezes o investimento na atividade agrícola, contribuindo para quitar possíveis despesas referentes ao trabalho na roça. A esposa, ao ter uma renda própria, com recursos obtidos pelo trabalho no funcionalismo público, não participa diretamente como força de trabalho nas atividades produtivas agrícolas, mas, ao destinar parte de seus recursos à atividade agrícola, possibilita que o marido permaneça trabalhando na terra e investindo na atividade agrícola. No entanto, esse estudo, ao privilegiar a família como unidade de análise, insere nessa família tensões resultantes das discussões acerca da permanência dos mesmos como proprietários da terra e a continuidade na atividade agrícola. A mulher, apesar de contribuir para o funcionamento da exploração agrícola, cogita a possibilidade de venda da propriedade, enquanto, para o marido, a agricultura é a principal atividade econômica. A restrição do esposo em vender a propriedade rural da família pode ser compreendida por dois significados: mesmo pela incerteza da renda da agricultura, seu trabalho na agricultura

mantém uma identidade social baseada no seu trabalho de agricultor. No mesmo sentido, a motivação do agricultor em manter a propriedade está relacionada ao fato de que, ao vender a propriedade, há uma perda da condição de agricultor e o indivíduo passa à condição de não-ocupado. Nesse sentido, o homem pode deixar de ser agricultor para ser um mero indivíduo sustentado pela esposa.

Em Santana, as atividades não-agrícolas evidenciam as dificuldades das famílias de se manter apenas por meio da agricultura, sobretudo pela dificuldade de especialização produtiva, utilização de insumos e defensivos em larga escala, mecanização da atividade agrícola somada à grande queda no preço dos gêneros agrícola, nesse caso, principalmente dos preços pago a agroindústria ao leite durante os últimos anos, são fatores conjunturais que fomentam uma diversificação nos ingressos e rendimentos das famílias. A atividade agrícola é local de trabalho dos menos escolarizados e não há a existência ou, muito menos, o crescimento de empregos que exigem qualificação para o trabalho na roça, sobretudo em profissões técnicas (técnicos agrícolas, técnicos de irrigação, médicos veterinários, engenheiros agrônomos, entre outros) e na área administrativa da atividade agrícola. Como afirmado anteriormente, os empregos que exigem qualificação e absorvem a mão de obra com ensino médio e superior está relacionado a uma melhoria na infraestrutura social por parte do governo, como assistência médica e educação. Os dados compilados (Tabela 11) comprovam que, entre as famílias pluriativas, o nível de escolaridade é maior que naquelas exclusivamente agrícolas. A formação média e superior de membros das famílias é um fator que propulsiona o trabalho no funcionalismo público.

Tabela 14 - Escolaridade dos membros de famílias agrícolas que combinam o trabalho da atividade com o não-agrícola em Santana

Famílias exclusivamente agrícolas	Família 1	Família 2	Família 3
Grau de instrução do casal	Pai – Ensino fundamental incompleto	Marido – Ensino Fundamental incompleto	Marido – Ensino médio completo
	Mulher – Ensino fundamental completo	Mulher – Ensino médio completo	Mulher – Ensino fundamental completo
Grau de instrução dos filhos**	-	1º filho – 15 anos e ensino fundamental completo	1º filho – 10 anos e ensino fundamental incompleto
		2º filho – 21 anos e ensino médio completo	2º filho – 12 anos e ensino fundamental incompleto
			3º filho – 18 anos e ensino médio completo
Famílias que combinam o trabalho na atividade agrícola com outras atividades	Família 1	Família 2	Família 3
Grau de instrução do par conjugal	Pai – Ensino médio completo	Pai – ensino médio completo	Pai – Ensino médio completo
	Mãe - ensino médio completo	Mãe – ensino superior completo	Mãe – ensino médio completo
Grau de instrução dos filhos	1º filho –18 anos e Ensino médio completo	1º filho – 21 anos e curso superior incompleto	1º filho – 26 anos e ensino superior completo
	2º filho – 15 anos e ensino médio completo	2º filho – 19 anos e ensino médio completo	2º filho – 24 anos e ensino médio completo
		3º e 4º filho: 15 anos e ensino fundamental incompleto	

** Considerando apenas os filhos que os pais incluem como residente na casa. O sinal representado por (-) indica que os filhos ou não residem mais na casa dos pais ou o casal não tem filhos.

O que os dados da tabela indicam é que os membros de famílias que combinam o trabalho na agricultura com as atividades não-agrícolas frequentaram a escola por mais tempo que aqueles das famílias exclusivamente agrícolas. Entre as famílias exclusivamente agrícolas, coincidentemente o nível de escolaridade é menor que nas famílias não-agrícolas ou naquelas que combinam a atividade agrícola com atividades não-agrícolas.

Como afirmado, os rendimentos das famílias que trabalham nas atividades não-agrícolas geralmente são maiores que das demais. Nesse cenário, as atividades não-agrícolas não parecem ter caráter transitório, primeiro porque essas atividades aumentam a renda das famílias e segundo não faz sentido, sobretudo no caso dos grupos familiares que trabalham por conta-própria, ao terem dificuldade de retirar uma renda da terra, sobretudo nos períodos de seca, montem toda uma infraestrutura, como é o caso das padarias onde há compra de maquinários e logo após o período das chuvas, é abandonada e ocorre retorno exclusivo para a atividade agrícola. Além disso, grande parte do trabalho em atividades não-agrícolas é de funcionários públicos, o que traz certos benefícios, como renda estável, descanso nos fins de semana e férias remuneradas, ou seja, o que não é proporcionado pelo trabalho na roça é proporcionado pela ocupação não-agrícola. A afirmação de Kageyama (2003, p.58) de que as rendas não-agrícolas são “mecanismos que podem viabilizar a sobrevivência da agricultura familiar no capitalismo, contribuir para a fixação da população no campo e para aliviar a pobreza rural” é bastante compreensível em Santana. O que se pode compreender é que essas atividades não-agrícolas são tanto uma estratégia de melhoria das condições de vida do grupo familiar como uma estratégia de ampliação da renda, já que essas atividades permitem elevar o seu rendimento, o que reforça a mitigação da pobreza rural.

Para essas famílias, agregar atividades não-agrícolas à atividade agrícola representa uma diferença, ainda que tênue, em relação às demais em suas condições socioeconômicas. No entanto, há dois grupos distintos: um é composto de famílias que articulam atividades agrícolas e não-agrícolas por membros de uma mesma família. O outro grupo é da inserção praticamente exclusiva de membros de famílias que residem na “roça”, mas estão desenvolvendo atividades não-agrícolas. Esse último grupo é composto em grande parte por filhos e filhas de proprietários de terra que optam pelo trabalho fora da agricultura, por considerar o trabalho não-agrícola como menos árduo e com possibilidade de rendimento estável. São famílias compostas por indivíduos com escolaridade média e até mesmo graduação e para quem o trabalho não-agrícola representa uma possibilidade de independência dos pais, notadamente pela aquisição de renda que não adquiriria permanecendo na atividade agrícola. Nesse sentido, permanecem na roça, mas não trabalhando na atividade agrícola. O relato abaixo de um jovem filho de proprietário de terra permite compreender essa distinção. O depoimento de Renato, filho de proprietários de terra, indica os significados da roça, primeiro com o significado de local de produção, onde são praticadas as atividades agrícolas, e enquanto lugar de morada com significado distinto da cidade, sobretudo a sede urbana do município de São Francisco:

“Gosto de morar na “roça”. Aqui atende minhas expectativas de trabalho. Eu já estou estabilizado aqui, por isso não tenho vontade de ir para outro lugar. Aqui dá pra desenvolver bem. Se eu tivesse na roça e trabalhando na lavoura eu não permanecia. A renda da roça, quanto tem, é muito pouca. Se você for viver só em função da roça, não vai ter condições de crescer, é necessário ter outros meios de renda, porque quem tá só trabalhando na roça não desenvolve. Tem que buscar mais alternativas de renda. Esses jovens que ficam na roça, pode observar, são os que têm outros meios de ganhar renda que não é só na roça. Quem vive só da roça sofrem muito, ganham pouco. Os jovens mesmo saem pra cidade pra buscar emprego, um sustento melhor. Mas quem fica na “roça” e ganha até um salário mínimo não sai. Mesmo os jovens que ganham pouco, um salário mínimo, eles não saem para as grandes capitais. Quem tem uma renda fixa na casa sai, mas sai numa quantidade bem menor, quando sai”. (Renato, 27 anos, filho de agricultor, professor de ensino médio e proprietário de uma loja de material de construção).

Para esse jovem, o trabalho por conta-própria na loja de material de construção e o trabalho assalariado no funcionalismo público é determinante de sua permanência no meio rural, ainda que apenas como local de morada. Com rendimento resultado do trabalho nas atividades não-agrícolas, o jovem não vê a possibilidade da mudança de residência para outro lugar. O trabalho em dois turnos, na escola e na loja, possibilita renda estável que, na sua avaliação, seria diferente se trabalhasse no campo com o seu pai. Nesse caso, a roça não atrai como local de trabalho porque requer muito esforço físico. A opção dos jovens por não trabalhar na atividade agrícola é legitimada nas suas falas no sentido em que as unidades de produção (agrícolas) tão precárias, calcada na instabilidade da produção e pela baixa perspectiva de ter uma renda desse trabalho, são alguns fatores que contribuem para que filhos de agricultores candidatem a empregos fora da atividade agrícola. Nessa comunidade, os jovens, filhos e filhas de agricultores, percebem as atividades não-agrícolas como a possibilidade de obter um rendimento. Esse rendimento fora da atividade agrícola, exceto no caso dos trabalhadores por conta-própria, é individual, diferente da renda da atividade agrícola que quando tem é uma renda da família. Nas unidades, a tríade terra, família e trabalho é mais forte justamente entre as famílias mais pobres, ou seja, a contração entre unidade familiar e de produção é uma resultante da pobreza da família que não podendo pagar um salário para um trabalhador, utiliza a mão-de-obra disponível na sua própria unidade familiar. Obviamente, nessas unidades familiares, os pais não pagam salário aos seus filhos, ainda que o rendimento resultante desse trabalho seja indivisível. Do outro lado, as atividades não-agrícolas, e mais nitidamente o trabalho no funcionalismo público, possibilitam ao indivíduo rendimento equivalente ao de um trabalhador urbano, com direito a fins-de-semana, férias remuneradas, entre outros. Nesse sentido, não é difícil compreender por que as atividades não-agrícolas são mais atrativas aos jovens que a atividade agrícola. Dessa forma, as atividades não-agrícolas possibilitam “liberdade de escolha passa a orientar a atitude dos jovens e a elaboração de suas estratégias profissionais, estabelecendo as condições para a construção de um projeto modernizador, individualizante, centrado nas escolhas individuais” Carneiro (2008), o que acarreta um problema para a própria exploração familiar: a falta de sucessor para o chefe da unidade. Em Santana, muitas vezes, a ausência de alternativas à atividade agrícola é um dos fatores de expulsão dos jovens do meio rural. Os jovens que têm apenas a roça como local de trabalho, sem outras perspectivas, saem para as cidades em busca de novos horizontes profissionais, enquanto aqueles que têm a possibilidade de permanecer na “roça”, mas

trabalhando nas atividades não-agrícolas, não vislumbram ocupar a posição dos pais agricultores, trabalhadores agrícolas.

No caso, Renato, filho de proprietário de terra, não deseja o trabalho rural e busca “alternativas de renda”, que podem ser compreendidas como alternativa para não trabalhar na agricultura, alternativas para residir no campo, mas não trabalhar na agricultura e pecuária. Para esses jovens, a instabilidade da renda agrícola é um dos principais fatores que favorecem a sobreposição das atividades não-agrícolas em relação à agrícola. Pela pouca predisposição dos jovens em trabalhar nas atividades agrícolas, era recorrente nas entrevistas afirmações como: “os jovens não querem trabalhar na roça, os jovens querem um trabalho leve. Depois de estudar, só quer trabalhar no computador”. Não é possível estabelecer uma relação rígida entre tempo de estudo e trabalho na roça. Entretanto, os indivíduos com maior escolaridade dificilmente permanecem na atividade agrícola. Se não há a possibilidade de trabalhar fora da agricultura na própria comunidade, a mobilidade espacial surge como a possibilidade de almejar outro futuro profissional.

Como afirmado anteriormente, Renato é filho de um agricultor, o Sr. César, de 49 anos, que, ao longo de sua trajetória social, dedicou toda sua vida à atividade agrícola. Herdou de seus pais 287 ha, espaço que dedica exclusivamente à pecuária leiteira. É casado com a Sra. Ana, merendeira da escola local. Da atividade agrícola, o Sr. César trabalha com seis matrizes leiteiras das quais retira diariamente 80 litros no período das chuvas. Interessante que, apesar de a quantidade de leite diminuir nos períodos de seca, é nesse tempo que o agricultor desprende mais esforço físico e econômico com essa atividade. Na seca, com a ausência de chuva, as mangas perdem consideravelmente a capacidade de alimentar o gado. Para prevenir que não haverá perda dos animais, o agricultor, assim com os demais, através da associação, compram suplementos para alimentar o gado. Torta é alimento considerado rico em nutrientes, que na verdade é um produto resultado da extração do óleo da semente do algodão. Com a torta não é produzida na região, os agricultores associados à ACIS compram o produto de um fabrica localizada em Guanambi-BA. O preço do saco de torta varia conforme o período do ano. No tempo da chuva, o produto é mais barato, com valor entre R\$ 20,00 a R\$ 25,00 reais e no período da seca quando a procura é maior, o valor do saco de torta varia entre R\$ 27,00 a R\$ 30,00. O valor do saco de torta varia conforme a qualidade do produto e a quantidade e o período em que é comprada. A compra do produto pela associação é uma estratégia para o barateamento do preço. Além da torta, no período da seca é maior o volume da compra de sal mineral e de cana-de-açúcar que depois de desintegrado é utilizada para alimentar o gado.

Com o leite retirado de sua propriedade, produz uma quantidade estimada de 7 a 8 queijos por dia, cujos preços variam entre R\$ 8,00 e R\$ 15,00, dependendo da qualidade. Além da renda da atividade agrícola, a esposa tem rendimento de R\$ 430,00 mensais, fruto de seu trabalho como merendeira na escola local. Além de Renato, o casal tem mais dois filhos, Marcos, sócio de Renato na loja de material de construção, e também professor na escola local, e Pedro, o filho de 29 anos, administrador de empresas residente em São Paulo, SP.

Renato tem uma trajetória marcada pela mobilidade espacial. Com 15 anos ele ingressou no seminário, onde concluiu o ensino médio e o curso de filosofia. Nesse período, morou durante um ano na cidade de Buenos Aires, Argentina. Durante sua passagem por Buenos Aires, decidiu não continuar na vida religiosa. Saiu do seminário e mudou-se para São Paulo, SP, onde concluiu a graduação em Pedagogia. Nesse período, o

jovem tinha duas possibilidades: ou continuava em São Paulo trabalhando como vendedor de loja ou retornava para a comunidade de Santana para lecionar Português na escola pública local. Optou pela segunda. Após retornar para a “roça”, paralelo ao trabalho com educador, montou um negócio próprio, uma loja de material de construção, com o irmão (graduado em Letras e também professor). Dessa forma, teve a mobilidade espacial como tentativa de sair do meio rural, enquanto local de trabalho e posteriormente o retorno, mas um retorno pela possibilidade de trabalhar nas atividades não-agrícolas. O fragmento da entrevista de Renato, abaixo, demonstra bem a importância da “roça” enquanto lugar de morada e a pouca atração pelo trabalho na roça/lavoura.

Trabalhar na roça me atraí muito pouco. Eu moro na “roça”, mas desenvolvo atividades que não tem muito a ver com a roça. Se fosse pra mim trabalhar na roça, eu tinha certeza que eu não estava aqui mais não. Eu já cresci estudando, fui para o seminário muito novo. Meu pai nunca me preparou para trabalhar na roça. Pelo contrário, pai me orientou a sair da roça. Queria que eu estudasse no seminário, eu era pequeno, não entendia muito porque eu tinha que ir pra lá mais eu fui. Eu não tinha noção do que era ir para o seminário, não sabia para onde estava indo. Era novo, não sabia muito disso não. Eu fui para o seminário, fiquei sete anos. Fiz o curso de filosofia no seminário, mas não queria seguir carreira religiosa. Cursei a faculdade de pedagogia, depois voltei para a “roça”, comecei dar umas aulas aqui e depois montamos o negócio [loja de material de construção] e nunca mais saí daqui. Meu pai nunca incentivou eu trabalhar na roça, incentivou mais a estudar. A visão das pessoas aqui é que quem trabalha na roça não consegue nada, não progride, fica sempre na mesma coisa. Trabalha sempre no sol, no pesado, na foice e no machado. Por isso sempre que eu busco outros meios de sustento. [grifo do autor] Minha visão é que se eu ficar no campo trabalhando só na roça eu vou conseguir poucas coisas. Eu não trabalho na “roça” propriamente, mais ganho dinheiro no meio rural.

Um fator importante é a visão do jovem sobre a pouca capacidade da agricultura de mudar a posição social do indivíduo que “fica sempre na mesma coisa”. Além disso, a pouca atração do jovem pela atividade agrícola também está relacionado ao sol, ao calor, ao trabalho pesado, braçal (foice e machado), que modifica as características físicas das pessoas deixando-as “mais feias”. No caso desse jovem, os próprios pais instigaram-nos a estudar e sair da agricultura. O trabalho na roça é visto como atividade degradante: cansativo, sem renda estável, que “sofre muito e ganha pouco. No entanto, deve-se compreender que os próprios pais, donos de terra, orientam os filhos para saída da agricultura, para que não enfrentem as dificuldades que passaram na agricultura. Preparam os filhos para não serem agricultores. O incentivo ao estudo, a ter uma “profissão com diploma superior” é um elemento de distinção. Distingue o graduado dos demais, como aquele que tem a possibilidade de ter um emprego no funcionalismo público, um salário fixo e uma condição de vida diferente dos pais. Para esse jovem que concluiu a graduação, ele indaga: “— Olha meu caso, eu fiz faculdade, gastei com as mensalidades do curso, pra no final trabalhar na roça?”. E ele mesmo responde sua indagação: “— Não é que roça é só pra peão, pra gente sem estudo, mas por que eu vou trabalhar na roça se tenho como não trabalhar na roça e ter outra vida ? Fico no rural, mas não na lavoura.

Como visto, essas atividades não-agrícolas têm importante papel como condicionante da permanência, mas como o trabalho agrícola é visto como incapaz de possibilitar nova condição de vida. De certa forma, a opção pelo trabalho fora da agricultura, tido com um trabalho penoso e de pouco retorno, é um elemento de distinção

em relação aos exclusivamente agrícolas. Nesse cenário, as atividades não-agrícolas são uma válvula de escape para aqueles que não querem trabalhar na roça, mas ao mesmo tempo procuram alternativas ao êxodo rural.

Nas atividades desenvolvidas por conta-própria (comerciantes, donos de padaria, bares, boate) e assalariados (funcionários públicos) praticadas em uma região denominada como “rural agropecuária”⁶⁷, chama atenção o fato de que essas famílias exclusivamente não-agrícolas têm origem ligada a atividade agrícola. O que ocorre nesses casos é uma opção por trabalhar apenas nas atividades não-agrícolas.

Nessa comunidade, grande parte das atividades não-agrícolas está associada à pobreza e a precariedade do trabalho. As famílias que trabalham na roça geralmente não praticam uma agricultura altamente modernizada, mas a presença dessas atividades não ligadas diretamente à produção anima e vegetal é em grande medida precária. As atividades na roça são rudimentares na medida em que são calcadas no atraso tecnológico, praticadas em condições climáticas e naturais desfavoráveis, muito determinadas pela natureza.

No entanto, há unidades familiares que permanecem na atividade agrícola mesmo que rudimentar paralelo ao trabalho nas atividades não-agrícolas. Nessas unidades familiares de forma específica, duplas jornadas de trabalho são constantes. Determinados membros da família dividem a rotina de trabalho entre a atividade na roça e a prestação de serviços ao estado, seja alugando carros de médio e grande porte (ônibus, vans), mediante licitação com a prefeitura local, para transporte de alunos do Ciclo Básico de Alfabetização do meio rural para o distrito mais próximo, seja entre o trabalho na roça e no comércio (mercearias, padarias, sorveterias, entre outras). Essas atividades não-agrícolas são precárias como o trabalho no comércio, alugando ônibus em péssimo estado de conservação para a prefeitura municipal de São Francisco (MG) ou realizando os “bicos” como pedreiro e ajudante de pedreiro, trabalho em borracharias, padarias, é que essas famílias conseguem diversificar suas fontes de rendimento. Entretanto, ao utilizar o mecanismo de trabalho fora da atividade agrícola, há famílias que garantem acesso a um capital suficiente para viver com bom padrão de vida no campo.

Na realidade, no caso dos sitiante, comerciantes com melhores condições de vida, as famílias, mesmo quando estavam apenas ligadas às atividades agrícolas, já tinham condições materiais para investir em outra atividade. As condições da família, com a posse de um número considerável de hectares de terra (1.230 ha), somada à posse de capitais pela venda de parte dessa terra e pelo acúmulo de rendimento pela comercialização de bens agrícolas, a diversificação das fontes de ocupação e renda em atividades não ligadas a agricultura, indica uma tentativa de vencer e incrementar o rendimento familiar para além da instabilidade do rendimento da atividade agrícola.

⁶⁷Conforme Nascimento (2009), as áreas censitárias consideradas rurais pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) compreendem cinco tipologias: I) área rural de extensão urbana; II) aglomerado rural (povoado); III) aglomerado rural núcleo; IV) aglomerado rural (outros); V) área rural exclusive aglomerado rural. Nessa tipologia, o **rural agropecuário** é constituído pela soma dos tipos 3 e 5. Dessa forma, esse rural agropecuário são espaços considerados predominantemente agrícolas ou região rurais localizados em regiões não-metropolitanas.



Foto 8 - Agricultor comerciante e os funcionários. Comunidade de Santana, Julho de 2009. Fotógrafo: Elicardo Heber

Nesse sentido, a diversificação nos ingressos e nas fontes de rendimento das famílias está ligada a diversos fatores, conforme a realidade de cada grupo familiar. Entretanto, há três fatores que podem influenciar na diversificação dos rendimentos: o primeiro, demonstrado na foto 8, é o mais emblemático, pois corresponde a uma diversificação nos rendimentos para incremento dos ganhos do grupo familiar; segundo, a ampliação de uma infraestrutura social na região possibilita o emprego de pessoas da comunidade no poder público como prestadora de serviços; e, no terceiro caso, a pobreza induz as famílias a diversificar as fontes de renda, e as atividades não-agrícolas advêm como tentativa de proporcionar à família condições de vida que não seriam possíveis apenas com o trabalho na atividade agrícola.



Foto 9 - Visão parcial da residência do agricultor comerciante: nesse caso as atividades não-agrícolas são um mecanismo de complementação de renda.

No entanto, não se pode desconsiderar que, quase sempre, atividades não-agrícolas e o seu outro lado, agrícolas, são atividades duplamente precárias e que não possibilitam considerável melhora nas condições de vida das famílias, conforme mostra a foto 10.



Foto 10 - Visão parcial da residência do agricultor comerciante. Comunidade de Santana, Julho de 2009. Fotógrafo: Elicardo Heber

Observa-se pelas fotos que, diferentemente da primeira família residente na casa da foto 9, o trabalho desse grupo família na atividade agrícola e no comércio (bar) não reflete significativamente nas condições de residência da família. São famílias mais vulneráveis à pobreza.

Entre essas duas famílias, mesmo trabalhando nas mesmas atividades, deve-se compreender que a segunda tem cinco crianças pequenas, diferente da família demonstrada na foto 8, em que há o casal e três filhos jovens com idades de 22, 25, 27 anos. Ou seja, a

fase do ciclo doméstico, com número de crianças superior ao de jovens, contribui de certa forma para a pobreza do seu grupo.

Por outro lado, nessa comunidade, houve ampliação de bens e serviços com a criação de uma infraestrutura social pelo estado, que demanda uma mão-de-obra muitas vezes fornecida pelas famílias agrícolas da própria comunidade. Nesses casos específicos, o determinante sobre a ocupação desses cargos é uma qualificação indispensável para a aquisição e permanência nesses empregos. Serviços nas áreas de educação e saúde, principalmente, possibilitam que atividades não-agrícolas sejam instaladas no campo, com a existência de empregos fora dos sítios com rendimentos estáveis. Empregos em atividades não-agrícolas oferecem mais benefícios que empregos na atividade agrícola, como exemplo plano de saúde e férias.

Em Santana, ambiente marcado pela pobreza, é no trabalho não-agrícola (nos bares, mercearias, padarias e outros estabelecimentos) que as famílias almejam melhores condições de vida. Contudo, não é possível afirmar que as atividades não-agrícolas são uma espécie de “salvação dos pobres”, tanto que, desse grupo composto por famílias com rendimentos não-agrícolas, três delas recebem Bolsa Família, cinco combinam o trabalho na atividade agrícola e na não-agrícola e quatro são exclusivamente não-agrícolas. Ainda que no caso desses trabalhadores autônomos seja difícil auferir uma renda, de certa forma, identificar essas famílias como beneficiárias de um programa como o PBF é obter um atestado de sua condição de pobreza. Uma visita a essas famílias permite confirmar que as atividades não-agrícolas, exceto no caso do funcionalismo público (educação e saúde, sobretudo), são bastante precárias. Como há famílias agrícolas pobres, há também famílias pobres não-agrícolas. Nesse sentido, a diversificação nas fontes de rendimento das famílias, combinando atividades agrícolas e não-agrícolas para reprodução física e social, confirma a tentativa dessas famílias em melhorar suas condição de vida.

CAPÍTULO 3

3.1. Deslocamentos espaciais e dinâmicas familiares

“...Eu vou e vou e vou e vou e volto!
Por que se eu for. Por que se eu for.
Hei de voltar...”

João Guimarães Rosa,
Manuelzão e Miguilim (Corpo e Baile).

Neste capítulo, traz-se uma compreensão sobre a dinâmica populacional em Santana. Essa comunidade rural está localizada em um município no qual os dados demográficos, sobretudo do IBGE, indicam intensa saída de pessoas, principalmente do meio rural, configurando um quadro denominado convencionalmente “emigração”. No entanto, a partir do estudo de 30 famílias, a intensa circularidade de pessoas, com saídas e retornos ao meio rural, sugere-se a existência, a partir de uma realidade de intensa mobilidade espacial, a ideia de *permanências transitórias e trânsitos permanentes*, contrapondo o consenso de que essa região esteja passando por um processo de desertificação social. Num contexto de intensa circularidade de pessoas, será demonstrado como a mobilidade espacial interfere nas condições de vida dos que permanecem, na organização familiar em relação ao trabalho na terra, inclusive com a incorporação de mulheres (incluindo jovens) no trabalho na roça no caso de famílias proprietárias de terra, configurando uma específica relação de gênero e trabalho. Além disso, será demonstrada certa contramobilidade, a partir de casos de indivíduos que permanecem na “roça” como lugar de trabalho e morada.

3.1.1. Do lugar para o mundo, do mundo para o lugar: permanências, circularidades espaciais e saídas transitórias

A migração em seus mais diversos tipos sempre esteve presente nos textos brasileiros sobre o meio rural, pelo fato de que a movimentação espacial foi e permanece como uma estratégia de reprodução de grupos sociais rurais, ainda que com significados distintos conforme a realidade de cada grupo familiar (Garcia Jr., 1989; Woortmann, 1990; Felix, 2008; Desconsi, 2009). A mobilidade espacial tem importante papel na dinâmica de famílias rurais, como exemplo para diminuir a pressão sobre a herança da terra, sobretudo entre os excluídos pelo processo de herança ou pela migração de alguns membros das famílias do campo para a cidade e do campo para outras áreas rurais em busca de renda, ainda que mínima, e garantir sua sobrevivência (Maia, 2004; Brumer, 2007).

Conforme descrito por Menezes & Silva (2006), há nas pesquisas acadêmicas uma abordagem macroestrutural da migração, centrada na estrutura social, no sistema social ou no modo de produção capitalista. Nessa perspectiva macroestrutural, Lopes (1971) analisou

a migração no Brasil como um processo de transferência de população de regiões “estagnadas” para regiões “modernas” como uma dinâmica representativa de um avanço do capitalismo no país. Em 1973, Paul Singer publicou um trabalho no qual afirmou que as migrações internas no país eram resultado da conformação de uma desigualdade entre as regiões brasileiras a partir da centralização das atividades industriais em determinadas cidades brasileiras, sobretudo São Paulo e o Rio de Janeiro. Na análise de Singer, na década de 1970, o campo constituía um espaço de expulsão populacional, principalmente em decorrência da concentração de terras entre grandes proprietários e da predominância em certas áreas do país de culturas de subsistência com produção limitada, resultado da insuficiência de terras para cultivo, de limites de crédito, dificuldade de comercialização, entre outras. Nas palavras do autor, essas regiões eram “produtoras” de mão-de-obra para as regiões mais dinâmicas do Brasil que atraíam os mais importantes fluxos migratórios sazonais. Bem próximo às análises de Singer, Durham (1978) apresentou seu entendimento da migração como um processo resultante das desigualdades regionais, no qual as populações se deslocavam de áreas atrasadas e estagnadas para regiões “desenvolvidas” e “modernas”. Nesse sentido, a partir da década de 1930, intensificado na década de 1950, no Brasil, com o crescimento do setor industrial, houve intensificação do deslocamento populacional em direção às cidades, assumindo o campo o papel de um “criatório” de migrantes. Esses estudos da mobilidade populacional brasileira relacionam o processo migratório principalmente à industrialização, com diversos deslocamentos populacionais, e que resultou na intensificação do processo migratório e na urbanização do país. Essas análises macroestruturais evidenciaram uma relação funcional entre as regiões, de modo que, no processo de redistribuição da população brasileira, certas regiões como o Nordeste seriam fornecedoras de mão-de-obra, principalmente para uma Região Sudeste industrializada. Esses estudos foram responsáveis pela construção de um consenso ao comprovarem que a mobilidade socioespacial era motivada por questões econômicas e pela necessidade de famílias ou indivíduos melhorarem suas condições de vida. Dessa forma, os migrantes, ao saírem de seus locais de origem, tinham como objetivos a inserção no mercado de trabalho e a melhoria da renda e do bem-estar (Martine, 1989).

No entanto, outros autores entendem esse fenômeno como estratégia de reprodução social das famílias, incorporando assim os significados da migração para os próprios grupos e, ou, agentes envolvidos nesse processo social. Nesse sentido, Afrânia Garcia Júnior, com o seu livro *Sul: a caminho do roçado*, demonstra como a migração representava uma condição *sinenequa non* para a reprodução social de famílias camponesas no nordeste. Essa obra publicada na década de 1990 mostra que a saída de camponeses do nordeste para o sudeste não representa necessariamente uma saída definitiva do agente de seu local de origem, mas que, com a saída, também havia a possibilidade de retorno, o que comprova que esse fenômeno pode ser delimitado temporalmente. Em pesquisa com camponeses no estado de Sergipe, Woortmann (1990, p.35) afirma que a migração de camponeses não era apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas prática integrante de suas próprias estratégias de reprodução. Esses autores concluíram que a saída de alguns indivíduos pode representar uma condição para a permanência da família camponesa no seu local de origem. Interessante que, diferente dos estudos macroestruturais, Garcia Jr. e Woortmann privilegiam os agentes sociais envolvidos na migração. Ao demonstrarem a circulação de pessoas, com saídas e retornos, não há separação entre regiões de atração e repulsão, mas sim uma dinâmica de saída de pessoas com uma mobilidade social como parte da dinâmica da reprodução social dessas famílias. Nessas

abordagens “microestruturais” acerca da migração, Silva & Menezes (1990) demonstraram que o migrante pertence a uma realidade social, definida por laços sociais (familiar, de grupos de vizinhança, valores, ideologias, dentre outros) que configuram uma relação de pertencimento a determinado espaço social e cultural. Nesse contexto, as palavras migração e migrantes encobrem um conjunto de situações concretas e particulares. Essa afirmação conduz a uma reflexão a partir de realidades empíricas, que impedem de restringir a dinâmica de “sair e ficar”, apenas levando em consideração fatores econômicos, mas um fenômeno entendido como um fato social total (Sayad, 2000). Ou seja, a mobilidade espacial pode ter significados diversificados e não restritos apenas à possibilidade de se conseguir uma inserção no mercado de trabalho ou aumento de renda. Deve-se também considerar que os indivíduos ou as famílias à qual pertencem não são apenas cifras que agem passivamente às forças econômicas determinadas por contextos externos à família, mas sim agentes ativos nos processos em que a saída pode ser decorrente de inúmeros fatores não estritamente econômicos, ainda que a busca por emprego possa ser, muitas vezes, um dos principais fatores modeladores desse fenômeno.

A partir do caso da dinâmica populacional de uma comunidade rural, será demonstrado como a saída é um fenômeno presente em todas as famílias pesquisadas. No entanto, essas saídas possuem variações *no* e *entre* tempos e espaços, assumindo diferentes significados como: possibilidade de melhoria das condições materiais (alimentação, roupas, motos, remédios dentre outros), assim como das condições imateriais (possibilidade de aquisição de *status* do indivíduo que sai de seu grupo familiar e da comunidade para “ganhar o mundo”). Essa saída dos indivíduos de seu grupo familiar e de sua comunidade necessariamente não implica ruptura com sua família e mudança de residência.

A acentuada circularidade de pessoas e a temporalidade da saída, muita vezes constante, porém em períodos curtos, trazem um desafio metodológico de pesquisa, mas a realização *surveys*, de um microcenso e uma pesquisa qualitativa (entrevistas) possibilitou dimensionar a temporalidade da saída, comprovando que a palavra mobilidade tem significado mais próximo ao processo estudado, pois, apesar de fazer parte da migração e dos deslocamentos, não traz aquele sentido de mudança de residência.

Nesse sentido, essa pesquisa não trará uma reflexão sobre processos migratórios, mas sobre as condições de vida de famílias de uma região de “emigração”. A partir dessa questão geral, procurar-se-á entender quais fatores que interferem na permanência ou saída de pessoas ou famílias na região. Não se pode trabalhar com a ideia de permanências ou saídas definitivas, mas com a ideia de movimento, dinâmica de sair-retornar-sair como um aspecto constitutivo da dinâmica populacional local.

A pesquisa de campo apontou para a saída de pessoas principalmente do campo para a cidade, mas também do campo para o campo. Essa saída não é um fenômeno homogêneo, por isso, possui diversos significados para os grupos sociais de uma comunidade. Nesse sentido, entender esse fenômeno na comunidade de Santana é fundamental para compreender as condições de vida de seus grupos de origem e para entender o próprio fenômeno da “saída”. Até que ponto esta saída de alguns membros do grupo influencia nas condições sociais e econômicas dos que permanecem? Como este fato influencia nas condições de vida dos que “ficam”? A partir dos roteiros dos saem, é possível compreender as situações econômicas das famílias que permanecem no campo? Como se dá essa permanência? Quem permanece? Essas são algumas questões que motivaram esta pesquisa, cujo objetivo principal é compreender de quais formas a mobilidade socioespacial de

membros dos grupos familiares pesquisados influencia nas condições de vida dos que permanecem em Santana.

Umas das principais ideias que se têm em mente, sobretudo no caso da região estudada, intensamente marcada pelos processos migratórios, pelos diversos tipos de saídas e permanências (Maia, 2004; Brandão & Paula, 2003), é de não retratar a saída de famílias (temporária ou definitiva), mas de componentes desses grupos.

Nesse contexto, é importante tecer breves considerações sobre a mobilidade socioespacial dos componentes dos grupos familiares. Um dos principais fatores que interferem na composição demográfica desses grupos é a intensa circulação de pessoas, independentemente das condições socioeconômicas do grupo a qual pertencem, o que contribui consideravelmente para a variabilidade numérica dos grupos domésticos. Entretanto, essa variabilidade numérica é fluida, uma vez que o número de pessoas residentes na casa altera-se ao longo do tempo. A partir do movimento de pessoas, o número de pessoas co-residentes pode diminuir, mas, quando retornam, voltam para a mesma casa, ou seja, a mobilidade no sentido de mudança de residência não possui a mesma intensidade de mobilidade espacial, pois é mais frequente ao longo do ciclo do grupo doméstico, sobretudo para constituição de um novo grupo familiar. Entretanto, entre as famílias com poucos recursos, é comum a permanência do novo núcleo familiar, principalmente na casa de origem do chefe de família. Dessa forma, não há dissolução da unidade original e sua recolocação por outra ou mais unidades do mesmo tipo. Pelo contrário, ela é “incrementada” com a chegada do indivíduo constituinte do novo grupo. É o fator casamento configurando novos arranjos de co-residência.

A casa é um local de residência de pessoas que dividem o teto e a mesa de refeições. A construção de casas reflete um processo cultural, que corresponde à saída de pessoas, geralmente moças e rapazes, para acumular recursos e retornam para a comunidade para a construção de suas futuras residências. A saída pode corresponder ao interesse de construção de um novo núcleo familiar. Essa é uma estratégia desses jovens que desejam residir em um núcleo familiar independente. A ausência pode indicar interesses em continuar no mesmo local de origem. Nos períodos de ausência, é a família que está na comunidade quem articula a construção da casa, possibilitada pela remessa de dinheiro pelos que saíram. A casa, nesse sentido, corresponde a um universo de construção de relação fundamental da vida das pessoas. Na casa, como espaço físico das novas relações familiares, entretanto, não há ruptura entre os núcleos familiares originais e os residentes ali. A proximidade física e social entre as famílias possibilita maior relação entre os que habitam as diferentes casas. Essa proximidade facilita a ajuda mútua entre as famílias, tanto na educação das crianças como nas atividades na roça.

Portanto, a mobilidade espacial não implica a desertificação sociocultural, pelo contrário, ocorrem nessa comunidade diversas festas, bingos e leilões (principalmente as religiosas), que se concentram nos períodos de seca, sobretudo mês de julho. Nesse mês, que coincide com as férias escolares e de trabalho, o número de pessoas que circulam na comunidade aumenta consideravelmente. Há mais pessoas circulando na comunidade no mês de julho que em dezembro, período das chuvas, quando foi realizado o primeiro *survey*. Esse aumento de pessoas decorre da vinda dos familiares que não estavam na comunidade, em decorrência do trabalho ou estudo e que, quando retornam para a comunidade, trazem visitantes. No mês de julho, todas as noites, há novena na igreja local, que, a cada dia, recebe mais pessoas de outras comunidades. O período das novenas perdura até dia 27 de julho, quando ocorre uma grande missa na igreja católica da

comunidade. Aos sábados e domingos do mês de julho, ocorrem os leilões e os bingos, promovidos para angariar recursos para a igreja local. Sempre depois das atividades religiosas, as pessoas costumavam se dirigir às quatro casas de festas da comunidade, frequentadas principalmente por jovens que têm nesses locais seu principal espaço de sociabilidade e diversão.

Essas quatro casas de festa localizam-se na principal rua do distrito de Santana e são denominadas genericamente de “salão”. Os salões são conhecidos pelo nome dos seus respectivos donos: salão de Pedro, do Elton, do Passos e do Gilmar. Durante a semana, esses salões são abertos e funcionam como bares. Nos fins de semana, o “salão do Gilmar” transforma-se em uma espécie de “boate” onde se tocam os mais diversos estilos musicais: do sertanejo ao *funk*, do forró ao pagode, do romântico ao dance. Nos outros salões, ouvem-se principalmente música sertaneja, forró e moda de viola.

Outra atividade muito importante que ocorre no mês de julho é a cavalgada de Santana. Desde 2001, Luiz, um jornalista neto de agricultores residentes em Santana, organiza a cavalgada denominada “Cavalgada de Santana: a volta dos filhos ausentes”. A cavalgada ocorre na segunda semana do mês de julho. No dia estipulado pela organização para a realização do evento, os cavaleiros se reúnem na comunidade de Mocambo localizada a 8 km de Santana. Nesse mesmo dia, as famílias de Santana logo ao amanhecer e enfeitam as ruas da comunidade e a igreja católica local com balões e cartazes de boas-vindas aos cavaleiros. Como a chegada dos cavaleiros, ocorre em horário estipulado, a comunidade espera seu retorno na praça central na sede do distrito. O regresso dos cavaleiros é marcado por músicas religiosas e fogos de artifício. Após três voltas ao redor da praça central, os cavaleiros, junto à comunidade se reúnem em frente à igreja católica de Santana, onde é realizada uma missa campal. Chama a atenção na Cavalgada de Santana o fato de que o evento, na verdade, é um grande encontro, momento de comemoração da presença dos amigos e familiares que “estavam fora”⁶⁸. Dessa forma, a cavalgada é um encontro de amigos e familiares.

⁶⁸ Os que “estavam fora” correspondem àquelas pessoas que tinham saído da comunidade. Entretanto, os que estavam lá, estavam fora, encobrem realidades diversificadas, pois nesse enquadramento há pessoas que saem por um tempo curto (poucos meses), um tempo mais longo (mais de um ano) e ou que saíram na perspectiva de apenas retornar nos períodos de festas. Com a temporalidade da saída diferenciada, essas pessoas têm em comum o fato de retornar nos períodos festivos.



Foto 11 - Jovens participam da Cavalgada em Santana. Comunidade de Santana, Julho de 2009. Fotógrafo: Elicardo Heber

Os quatro jovens presentes na foto são estudantes universitários oriundos de famílias residentes em Santana. Entretanto, esses jovens residem durante grande parte do ano nas cidades onde estão localizadas as universidades onde estão matriculados: em Seropédica, onde cursa Agronomia na (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ); Viçosa (Universidade Federal de Viçosa/UFV); Seropédica-RJ, onde cursa Engenharia Florestal/UFRRJ e Matipó-MG, onde cursa Medicina Veterinária.

O contato com esses jovens foi importante pois facilitou minha aproximação com grande parte das famílias durante a pesquisa de campo. Certamente, essa relação “abriu portas” para contatos com suas próprias famílias como também com outras da comunidade. Um fator que facilitou uma proximidade com esse jovens foi o de que o estudante de Agronomia já tinha sido aluno de uma professora do CPDA/UFRRJ durante uma disciplina na Graduação⁶⁹, o que provavelmente despertou o seu interesse tanto pela pesquisa quanto em me apresentar as famílias.

Nessa comunidade, não é possível estabelecer uma relação rígida entre pobreza e mobilidade espacial. Ou seja, não há um só fator que interfere na mobilidade espacial. Considerando que os estudos sobre migração indicam o mercado de trabalho e a concentração de postos de trabalhos em determinados locais como resultado dos desequilíbrios regionais dos fatores de produção, principais fatores propulsores de mobilidade (Oliveira & Janunuzzi, 2005), e que essa mobilidade tem certa regularidade empírica do padrão etário dos migrantes, ou seja, maior propensão de migração de jovens e homens de 15 a 29 anos de idade, o universo empírico apresentado nesta pesquisa não possibilita restringir as razões pessoais do trânsito apenas ao mercado de trabalho e à idade. Esse enfoque neoclássico da migração sugere que as pessoas migram em busca de emprego, maiores oportunidades e salário, ou seja, a migração é pautada num cálculo racional-econômico para a escolha do destino.

Em Santana, há grande heterogeneidade nas condições sociais e econômicas das famílias, mas, como afirmado anteriormente, a mobilidade espacial é um fenômeno que está presente na dinâmica de todas elas, com distintos significados, definidos a partir do gênero, da idade, das condições sociais e econômicas do grupo de origem dos que saem e

⁶⁹no primeiro semestre de 2009, esse jovem havia se matriculado na disciplina “Introdução as Sociedades Agrárias”, ministrada na ocasião pela professora Leonilde Medeiros”

pela posição do “emigrante” na hierarquia familiar. Entretanto, esse trânsito de pessoas é uma dinâmica comum a todas as famílias, tanto entre aquelas com mais quanto entre aquelas com menos recursos.

A saída de membros dos grupos para progressão nos estudos, para o trabalho temporário na colheita praticada por chefes de família, para garantir o sustento da família, e por jovens homens não proprietários da terra, para compra de bens duráveis, como moto, são alguns elementos que influenciam no inicio de uma “trajetória de circulação”. Os motivos do empreendimento pessoal numa trajetória de circularidade são diversificados, mas essa saída pode ser motivada para um retorno em condições diferenciadas. Uma trajetória social pode ser longamente marcada por uma trajetória de mobilidade. Mas há quando essa trajetória social pode ser marcada por uma fixação e, em menor intensidade, pelo trânsito? Quando essas pessoas se fixam?

Um ponto evidente é que a saída é marcada por objetivos diversos. Uma moça pode sair diversas vezes até se casar e fixar na comunidade. Um rapaz pode ir diversas vezes ao trabalho na firma e, quando compreender que já tem condições financeiras para comprar uma moto, retornar à comunidade e optar pela fixação. Ou ir ao longo de toda a sua vida para a firma e optar pela fixação no momento em que adquirir um benefício social, como aposentadoria. Outro ponto importante é a fase do ciclo doméstico. Numa família com muitas crianças, é comum o pai sair em busca de trabalho e a mãe permanecer com os filhos, enquanto, em outra com jovens, são os filhos quem tendem a sair e o pai com idade avançada (geralmente superior a 50 anos) tende a permanecer na comunidade.

Os proprietários de terra raramente saem para o trabalho na colheita que absorve mão-de-obra volante. Durante a pesquisa de campo, não se encontrou um único caso de proprietários da terra que tenham saído da comunidade e se afastado do trabalho na roça para trabalhar temporariamente em outra região do País. Há também a saída de jovens mulheres para os grandes centros urbanos paratrabalho como domésticas. Percebe-se que não há um protagonista do processo, ou seja, não se inserem na mobilidade espacial apenas homens jovens em pleno potencial produtivo, mas membros da família motivados por projetos individuais ou coletivos definidos a partir de caso específico. Com isso, percebe-se que, entre famílias com mais recursos, o sentido da saída não é o mesmo que o observado em famílias com menos recursos, tendo em vista sua posição na hierarquia familiar, que é diferente daquela observada de membros que saem oriundos de famílias com menos recursos financeiros. Por exemplo, entre as famílias com menos recursos, o sair para acumular recursos é uma alternativa para melhoria de vida na comunidade. Nesse sentido, é mais comum a saída de chefes de famílias para garantia da reprodução social e física do grupo. Nesse mesmo universo social, famílias com certo patrimônio (como terras) e com a possibilidade de diversificação nas fontes de rendimentos (atividade agrícolas mais atividade não-agrícola) tendem a permanecer durante todo o ano na comunidade. Nesse sentido, percebe-se que esses homens chefes de famílias que saem para o trabalho temporário são aqueles sem patrimônio acumulado e sem ocupação que possibilite acúmulo de renda.

Entretanto, mesmo entre essas famílias com menos recursos, não é possível afirmar que o trabalho seja a principal motivação da mobilidade espacial. Como exemplo, os rapazes que saem para trabalhar nas colheitas da batata e alho na Região Centro-Oeste, em grande parte, são motivados pelo desejo de compra de moto, a qual possui valor não apenas material, mas também simbólico. No retorno à comunidade, após a acumulação de recurso (acumulação essa propiciada pela saída) e a compra de um bem material (nesse caso a

moto) imbrica a transformação desse bem em um bem com valor simbólico. A chegada dos rapazes (nos lugares), sobretudo as festas.com as motos supostamente pode ter uma potência simbólica. Dessa forma, essa saída ao meu entender é , a constituição de constitui uma estratégia desses jovens de serem “vistos” como “um bom partido” pelas moças da comunidade como “um bom partido” no retorno a comunidade. Entre os jovens da cidade (de São Francisco), ter um carro e, ou, uma moto pode influenciar no “mercado amoroso”. “Bons partidos” geralmente têm um carro ou uma moto. Rapazes que circulam de moto e carro têm maiores suas chances de conquista de um par. Na cidade de São Francisco, os principais espaços de sociabilidade, onde se reúnem os jovens para conversar, divertir e “paquerar”, são os bares próximos ao cais do rio São Francisco e a Praça Centenário (centro da cidade). Nesses espaços, os “jovens motorizados” ganham maior evidência, principalmente porque ligam os sons dos seus carros em alto volume, chamando a atenção das demais pessoas presentes, muita vezes num “ritual” de cortejo. Ter um carro e com “som potente”é um elemento simbólico na medida em que esses rapazes em grande medida são os pretendentes mais “disputados” pelas moças. Essas moças, quando namoram esses rapazes são conhecidas como a moça que namora o fulano do carro tal gera, portanto, status social, uma vez que o carro se confunde com seu proprietário: José é conhecido como aquele que possui o carro X do ano Y. O mesmo é válido para os jovens que saem para progressão nos estudos, pois tornam-se conhecidos pela cidade onde estão residindo: “Conheço ele, ele mora em Viçosa ou ele mora no Rio de Janeiro”. Ter um carro ou morar fora para estudar dá, então, maior visibilidade aos jovens, que passam, certamente, a ser mais cortejados.

Utiliza-se o termo potência simbólica na perspectiva psicanalítica (Lacan, 2002). Nesse contexto teórico, a inserção de um indivíduo na rede social tem como resultado a identificação com insígnias que correspondem a coordenadas do desejo do outro. O capital material pode corresponder como referência a essas insígnias. Assim, o indivíduo, ao participar de determinado contexto cultural, vale-se dessas insígnias para se fazer reconhecido diante dos olhares do restante do grupo e, com isso, obter maior reconhecimento ou, em outras palavras, ter maior visibilidade no grupo social. Portanto, o capital material está diretamente imbricado ao capital simbólico. Dessa maneira, o indivíduo pode, a partir de um aumento do capital material, valer-se dos meios simbólicos para se sobressair do restante do grupo e tornar-se o centro das atenções. Entre os jovens residentes na “roça”, ter uma moto tem impacto no mercado matrimonial, pois passam a ter maiores chances de “ficar” ou namorar. Os exemplos dos distintos tipos de saída demonstram também diferentes significados da mobilidade espacial. Na tabela 15 são demonstrados os principais destinos, a razão da saída e quanto tempo o indivíduo permanece fora de sua casa de origem.

Tabela 15 - Dinâmica populacional em Santana

Quem sai do grupo familiar	Principal(is) destino(s)	Principal razão da saída	Tempo em média que permanece fora da casa
Jovens com ensino médio completo	Mauá – SP	Trabalho (Siderurgia e metalurgia)	Saída mais longa (superior a 2 anos com retornos esporádicos nos períodos de férias)
Jovens com ensino médio incompleto	Montes Claros – MG	Progressão nos estudos (cursar o ensino médio)	Retorno nos períodos de férias escolares
Jovens com ensino médio completo	Viçosa – MG Montes Claros – MG Matipó – MG Seropédica – RJ	Progressão nos estudos (ensino médio)	Retorno nos períodos de férias escolares
Jovens com ensino médio completo	São Paulo – SP	Trabalho (trabalho como frentista; caixa de supermercado; salões de beleza)	Saída mais longa (superior a 2 anos com retornos esporádicos)
Chefes de família com ensino fundamental completo	Carmo do Parnaíba – MG Águas Frias – GO	Trabalho (trabalho na agricultura)	Saída nos períodos de colheita (sobretudo batata, café e soja)
Moças com ensino médio completo e incompleto	Montes Claros – MG Brasília – DF	Trabalho (doméstica)	6 meses a 2 anos

Fonte: Pesquisa de campo (julho/agosto de 2009).

As trajetórias dos migrantes sazonais no Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha, principalmente a partir da década de 1970, seguiam quase sempre o mesmo roteiro verticalizado: as usinas de cana-de-açúcar, sobretudo da região de Presidente Prudente – SP (Maia, 2004), e para o assalariamento em postos de trabalhos que requerem baixa escolaridade nas cidades de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), como a construção civil (Paula & Cleps, 2002). No início do Século XXI, a mobilidade espacial permanece como parte componente da dinâmica populacional norte-mineira, “sempre em busca de integração com o mercado de trabalho” (Paula, 2009). Os trabalhadores vindos do meio rural, mesmo com dificuldades de inserção no mercado de trabalho perseveram na procura de espaços e de “algum rendimento”. A sobrevivência dessas famílias depende desses deslocamentos espaciais, sem “direito às escolhas para onde ir e quando voltar, migrando do sertão” (Paula, 2009).

Atualmente, a saída temporária tem um roteiro mais diversificado. Seguindo a expansão do agronegócio, essa mobilidade espacial tende a horizontalizar com os fluxos de indivíduos para o interior de Goiás (Águas Frias e Rio Verde) e Unaí – MG. É também considerável a migração temporária desses indivíduos para a mesorregião do Triângulo Mineiro - Alto Paranaíba (Patrocínio e Uberlândia) e para os municípios norte-mineiros, onde é presente o agronegócio (Buritizeiro, Chapada Gaúcha e Urucuia).

É importante considerar que são trânsitos de indivíduos, não de toda a família, o que torna mais clara a mobilidade espacial com intuito de permanência, certamente porque a saída da famíliadificulta o retorno para a comunidade de origem. Essa transitoriedade das saídas, limitadas muitas vezes por curtos espaços de tempo, só é mais corriqueira porque nela se inserem pessoas e não o grupo familiar. Parte-se da ideia que esse indivíduo que sai tem a possibilidade de modificar os modos de vida de sua família e, mesmo se inserindo na mobilidade espacial, tem uma origem, um lugar de partida que possibilita uma condição estrutural e simbólica de identidade territorial. O espaço de chegada é a alteridade, o outro, o diferente. Nesse sentido, o individuo se reconhece como pertencente ao seu “mundo” de origem. Dessa forma, ao sair, não tem a possibilidade de transformar apenas os modos de vida de sua família, mas também a si mesmo sem necessariamente deixar a “roça”, o seu lugar de origem. O convívio com novos cenários, espaços, lugares e pessoas possibilita viver o diferente e, um dia, voltar após a experiência com a alteridade.

Essa mobilidade espacial não é compreensível apenas por números, cifras. É preciso compreender os significados dessa circulação *no* e *entre* tempos e espaços. Na dinâmica do sair, há as pessoas que ficam à espera dos que partem. O ir, vir, estar, partir e retornar é uma dinâmica de mobilidades que transforma vidas, traça destinos. É nesse movimento muitas vezes transitório que se percebe a transitoriedade, tanto da saída quanto da permanência. O ir possibilita o retorno. Na impossibilidade de ficar permanentemente, o sair é a possibilidade de um dia voltar e ficar.

Os jovens oriundos de famílias com menos recursos inicialmente saem pelo desejo de compra de bens duráveis, como possível materialização de seuesforço. Os chefes de família saem para conseguir renda e garantir o sustento da família e, quando possível, adquirir bens de consumo, como geladeira, fogão, televisão e antena parabólica. As moças cuja origem é de famílias “sem-sem” (sem a propriedade da terra e sem renda) geralmente vão para Brasília (DF) (principal destino), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), e Montes Claros (MG), onde trabalham como empregadas domésticas. Os jovens de famílias com melhores condições econômicas saem para progressão no estudo (escolas particulares e universidades). Esse tipo de saída pode ser entendido como uma estratégia de reprodução, uma vez que os pais optam pela redução em investimentos na atividade agrícola como forma de aumentar o investimento na educação dos filhos.

Entre as 30 famílias⁷⁰ pesquisadas, foi contabilizado um total de 164 pessoas, com aproximadamente6 pessoas por casa. Nesse universo, 36 membros dessas famílias não estavam na casa no momento da pesquisa. Estavam ausentes por razões de estudos ou trabalho. A própria família, a partir de sua percepção, avalia quem reside ou não na casa, poisnão inclui como residentes na casa os indivíduos residentes há muito tempo fora e que estão “estabilizados”. A palavra “estabilizado” é muito acionada para indicar emprego fixo com carteira assinada ou trabalho fixo. Entretanto, aqueles membros da família que saem apenas durante determinados períodos do ano são incluídos como residentes na casa. No

⁷⁰ Entre todas as famílias, havia pelo menos um membro fora no período da pesquisa.

entanto, se essa saída acabar se prolongando, os que permanecem consideram que esse indivíduo saiu de forma permanente e não mais é incluído como residente na casa. Com isso, as 36 pessoas que saem por curto período de tempo, inclusive universitários e estudantes de ensino médio, são consideradas pela família como residentes em Santana, enquanto as 78 pessoas há muito tempo fora não são consideradas como residentes em Santana, ainda que tenham fundamental importância para seus familiares, pelo envio de dinheiro. Dessa forma, as 78 pessoas que saíram há muito tempo não foram incluídas no total de 164 pessoas.

Numa realidade com diversos tipos de saídas, são importantes o mapeamento e a análise sobre esses tipos de mobilidade. Nessa abordagem sobre a saída, é possível entender de certa forma as condições de vida de seus grupos familiares de origem.

3.1.2. “Estar lá” pensando nos que “estão aqui”: a mobilidade espacial dos homens chefes de família

No mapeamento sobre os destinos dos que saem, identificou-se ser muito comum a figura do trabalhador volante. Os agentes desse tipo de mobilidade espacial geralmente possuem baixa qualificação e são contratados para as mais diversas tarefas, como o plantio e colheita de batata. Os agentes oriundos de Santana que vão para Águas Frias (GO), e Carmo do Paranaíba (MG), são trabalhadores volantes com 30 a 45 anos de idade, chefes de família, não-proprietários de terra e cuja principal fonte de renda de seu grupo é a Bolsa Família e, esporadicamente, a renda adquirida mediante sua saída. Mormente, essas famílias são marcadas pela ausência de um parente ou de qualquer outro indivíduo mais velho que resida na mesma casa. A ausência de residentes mais velhos e aposentados na casa impede que famílias mantenha com renda estável. Nos grupos familiares com adultos ou aposentados, esses indivíduos contribuem para certa estabilização da renda do grupo doméstico, o que não é o caso das famílias dos trabalhadores volantes, que têm na bolsa família sua única fonte certa de renda. Observe a fala da mulher de um trabalhador volante:

“Meu marido vai pra Águas Frias [estado de Goiás] colher batata. Ele fica lá no tempo da colheita, 45 dias e depois fica aqui [na comunidade] de 8 a 10 dias aqui. Acontece também dele ir e a batata não tá boa pra colher, aí eles voltam. A ida dele [o marido] pra lá é único jeito de ganhar dinheiro. Se ele ficar aqui é certo que não ganha dinheiro nenhum. Ia trabalhar pra um aqui pra outro ali sem nada certo, porque aqui o serviço é pouco, então nós [A família] ia até passar necessidade. O ruim dele tá lá é que ele fica muito tempo longe da família. Não vê os filhos crescer. Fica muito tempo fora. Mais o dinheiro que tem para manter a família é o dinheiro que ele ganha lá. Com esse dinheiro conseguimos comprar móveis, eletrodomésticos, comida, pagamos água e luz. Só é ruim a distância, mais tem que ser assim. Tem o bolsa família que ajuda bastante. Com o dinheiro do BF que é 122,00 dá pra pagar a luz, comprar coisas da escola, o uniforme, comprar comida, ajuda bastante, mais é pouco ainda” (Flora - 36 anos, mulher de um trabalhador volante).

A fala da entrevistada traz importantes elementos sobre a transitoriedade da permanência e da saída. O marido permanece mais tempo fora de sua residência, mas com retornos esporádicos à comunidade, seja para visitar a família seja para participar de festas.

A saída temporária é uma forma de a família ter uma renda além da “ajuda” dos benefícios sociais do governo.

“Quem controla as contas sou eu, porque quem ganha o dinheiro é ele, mas sou quem administro, ele não vê o dinheiro. A empresa deposita o dinheiro na conta e eu aqui, recebo o dinheiro e pago as contas da casa, compro o que a família precisa. Ele “ganhá” alojamento e alimentação, por isso o dinheiro vem todo pra cá. Do dinheiro que ele ganha só fica uma parte pro plano de saúde dele. Agora tá tudo legalizado, agora tá, porque antes não era legalizado não. Tem horário de entrar e sair, horário de almoço, porque antes era tudo bagunçado”.

Nesse fragmento, a mulher demonstra uma dinâmica muito comum entre as famílias da comunidade de Santana em que os trabalhadores volantes são homens chefes de família não proprietários de terra. Na condição de trabalhador, chefe de família, mas ausente do lar, é a mulher quem mantém o controle sobre os gastos da casa⁷¹, administrando o dinheiro por ele recebido e permitindo que os membros da família permaneçam na comunidade. Outro ponto importante na fala da mulher está relacionado à melhora nas condições do ambiente de trabalho do marido em Goiás, como consequência diretadas determinações da Norma Regulamentadora N°. 31 do Ministério do Trabalho e Emprego⁷² que regulamenta sobre as áreas de vivência no ambiente de trabalho rural. Essa norma determina que as empresas contratantes possibilitem ao trabalhador rural ter alojamento, instalações sanitárias, alimentação, plano de saúde, carteira assinada e horários fixos, incluindo horas de descanso durante o trabalho, com o objetivo de fazer valer os princípios de dignidade da pessoa humana, nesse caso, os trabalhadores rurais.

Esse tipo de saída de homens comprova as assimetrias na posse de bens materiais, econômicos e simbólicos, isto é, prestígio que marca uma tênue oposição entre duas categorias: os trabalhadores volantes e os homens proprietários de terra que permanecem o ano todo no campo. A seletividade desse tipo de mobilidade é influenciada pela dinâmica do mercado de trabalho e pela não-posse da terra, uma vez que ser proprietário rural é uma das condições fundamentais para a permanência do indivíduo durante todo o ano na “roça” enquanto local de trabalho e morada, mesmo estando localizados numa região de seca, onde, durante grande parte do ano, algumas famílias proprietárias de terra não conseguem obter renda com atividades rurais, por não terem acesso a infraestrutura mais custosa, como a irrigação. Na trama do cotidiano desses homens, é constante o estar. O “estar aqui” (na comunidade), o partir, o “estar lá” (no local de trabalho temporário), retornar e partir novamente são dinâmicas constitutivas das vidas dessas pessoas. O estar lá é pensando-nos que estão aqui. Os daqui por sua vez esperam os que estão lá. Os que permanecem no lugar de vida esperam os que estão no lugar de trabalho. Estar no lugar de trabalho, através de idas e vindas, é uma busca dramática por garantia de reprodução do grupo familiar. Os que

⁷¹ Segalem (1986) demonstra que, nos grupos domésticos antigos, residentes em regiões montanhosas da França, era comum o pai deixar o seu grupo doméstico para trabalhar em outras regiões, como os camponeses de Limousin que iam para Paris para trabalhar como carpinteiro ou pedreiro. As somas de dinheiro enviado pelo migrante eram controladas por quem tinha o controle sobre a exploração agrícola, geralmente o sogro, que controlava a renda, deixando a mulher numa situação complicada, pois até mesmo as decisões relativas à exploração agrícola (o que plantar, quais animais vender, entre outros), mesmo sendo executado por ela, eram tomadas pelo marido, à distância.

⁷² Norma Regulamentadora nº. 31 do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego, aprovada pela Portaria nº. 86/2005.

permanecem esperam. Esperam o retorno dos foram e esperam melhorias em suas condições de vida.

3.1.3. Sair para casar: a mobilidade de moças oriundas das “famílias sem-sem”

Um tipo de mobilidade é recorrente pela saída das moças para Brasília (DF) e Montes Claros (MG) para trabalhar como domésticas. Essas moças são de famílias pobres, que não possuem fonte de rendimento estável. Grande parte delas vem de grupos não-proprietários da terra e sem renda estável, os “sem-sem”. A condição de pobreza, somada à dificuldade de obter trabalho na comunidade ou no município, seja pela falta de vagas seja pelos baixos salários, impõe a essas moças a saída para o trabalho em casas de família. Essa saída pode ser temporária, pois é muito comum entre essas moças “juntar um dinheiro” e retornar à comunidade para casar.

Com a renda adquirida na cidade, a moça investe na construção de uma casa, na compra de enxoval, eletrodomésticos, entre outros. No período de ausência, envia para a família o dinheiro que será utilizado para construção da casa, onde residirá quando retornar para o meio rural. É possível, no entanto, que essa saída se torne definitiva, sobretudo quando mantém seus estudos simultaneamente ao trabalho, possibilitando concluir um curso técnico ou superior, ampliando as oportunidades de ter outro trabalho mais promissor na cidade onde trabalhara como doméstica. Diferentes das moças com ensino fundamental ou médio, as mulheres que concluem o curso superior não retornam para o meio rural; permanecem na cidade e retornam esporadicamente nos períodos de férias e festas.

3.1.4. Sair para estudar: mobilidade espacial de moças e rapazes

Outro tipo de mobilidade espacial muito comum é à saída de jovens (homens e mulheres) para progressão nos estudos. São Francisco (MG) é um município que possui 61 escolas públicas que oferecem ensino fundamental e médio. Desse total, há 38⁷³ escolas no meio rural.

Uma dinâmica muito comum entre as famílias de classe média urbana do município e também presente entre famílias rurais refere-se ao envio dos filhos, tanto homens quanto mulheres para Montes Claros (MG), para progressão nos estudos. Há três momentos em que os pais enviam seus filhos para a cidade: para concluir o ensino médio; para cursar o pré-vestibular; ou o ensino superior. Essas famílias são caracterizadas pela diversidade nas fontes de renda, como comércio e agricultura, comércio e prestação de serviços, ou agricultura e trabalho no funcionalismo público. Esse tipo de saída cria um duplo ônus para a família. Primeiro porque inclui jovens entre 15 e 24 anos, instabilizando a mão-de-obra familiar e contribuindo para que o chefe da família contratar mão-de-obra pagar extrafamiliar para os trabalhos na atividade agrícola ou no comércio. Segundo, porque gera um ônus econômico, já que, em todos os casos pesquisados, esses jovens dedicam-se exclusivamente aos estudos, não gerando renda, e seus custos para permanência na cidade (moradia, mensalidades escolares, água, luz, curso de idiomas, entre quando for o caso, dentre outros) são pagos pela família que permanece no campo. Pela proximidade ao município de São Francisco, Montes Claros sempre foi considerada a melhor opção para as

⁷³ Fonte: Secretaria de Educação do município de São Francisco-MG

famílias de classe média, urbanas e rurais, enviar seus filhos para um cursar “um ensino de melhor qualidade”.

No entanto, ao mesmo tempo em que a saída desses jovens pode possibilitar a ampliação de suas relações sociais e culturais, além de realizações pessoais, a saída é um momento dramático, pois pode levar o jovem a repensar sua própria identidade. A tríade eu, o outro, o estranho se cruzam *nos* e *entre* os múltiplos espaços e tempos de vida. O conflito é inerente à mobilidade espacial, ao encontro com o outro, com o diferente, com o não-vivido. Há um drama entre os próprios jovens que transitam pela cidade ou por outros espaços diferentes de seu local de origem pela necessidade de adaptações: não adaptar significa, ver e voltar; resistir significa ir e ficar, mesmo querendo voltar; ou ir, ver, adaptar e não querer voltar. Entrando em contato com outros sujeitos urbanos, esses jovens reconhecem-nos como uma alteridade tendo a si mesmos como referência. A alteridade pode ser aquilo que se deseja (viver o novo, o diferente, novas experiências) ou também a alteridade como um reforço do retorno para “os seus”. A fala de Fabiano⁷⁴, 21 anos, filho de agricultores, estudante de Zootecnia na universidade Federal de Minas Gerais, expressa o impacto sofrido ao chegar à cidade.

A saída de jovens filhos de agricultores do campo em direção às cidades tem-se intensificado nos últimos anos (Ferrari et al., 1999), inclusive para aqueles que desejam seguir a profissão dos pais (de agricultor) mas que principalmente têm dificuldades de viver na/da agricultura.

“Quando eu vim para a cidade no começo era tudo diferente, tive que adaptar a um lugar diferente. Quando eu cheguei aqui até vergonha de fazer as coisas eu tinha, tive que perder a timidez. Na “roça” eu conhecia todo mundo, mas na cidade não. Eu saí da “roça” porque aqui [montes Claros] eu tenho mais opções de estudo, a escola é muito melhor. Eu gosto da “roça”, lá é mais fresco, menos tumulto e lá eu fazia o que mais gosto que é mexer com o gado, trabalhar com o gado é o que mais gosto. Eu acho que não trabalharia mais na roça, mas depende de como será o trabalho, aí pode ser que eu volto a trabalhar lá sim. Eu já comecei a estudar, eu estou estudando zootecnia. Se for para voltar e exercer o que eu estou estudando com certeza eu gostaria de voltar, mas se for para voltar e ficar trabalhando com o pai como era antes não compensa, não é rentável. Quando eu vim para a cidade foi mais influência da família. Eu não sabia o que era faculdade, nem preparado eu estava pra vir pra Montes Claros. É tanto que no inicio eu sentia falta de tudo, da família, dos amigos, da “roça”, da rotina, das festas, porque eu não estava preparado para mudar. Eu queria voltar pra “roça”, mas minha família foi contra, não queria que eu voltasse pra “roça” não. Eu acabei ficando aqui e estou gostando” [...] (Fabiano, estudante, 21 anos).

A saída de Fabiano para progressão nos estudos não é fruto apenas de seu desejo de não permanecer em Santana, mas em grande medida o desejo de seus pais como alternativa para saíssse da agricultura. Nesse sentido, a decisão pela saída ganha complexidade se analisada da seguinte perspectiva: a decisão da saída não é estritamente individual. No caso de Fabiano, a família é um estêncil do “eu”, que atua como força modeladora do processo decisório: ficar ou sair. Nesse contexto, a decisão por sair envolve expectativas culturais,

⁷⁴ Entrevista realizada no período das férias escolares, momento em que os jovens retornam para a comunidade.

desejos formados, enfim, a família mediante suas crenças e valores interfere na própria trajetória de seu membro.

As relações sociais – família, amigos, vizinhança, espaços de sociabilidade, sobretudo as festas – são fatores que influenciam na decisão de ficar ou de sair. A roça aparece no discurso com ambiguidade: ao mesmo tempo em que é pouco atrativa como lugar de trabalho, o que certamente favorece a saída, é vista também como lugar de morada e, nesse caso, é “tranquila, lugar fresco, sossegado”. No entanto, o trabalho na roça não é inteiramente negativo: o jovem cogita a possibilidade de retorno para o campo, inclusive demonstrando atração pela atividade agrícola, entretanto, não quer mais trabalhar com o pai como antes, quer ter uma renda, uma autonomia.

Numa pesquisa coordenada por Abramovay (1998), observou-se que, apesar de 70% dos jovens entrevistados demonstrarem desejo de permanecer na agricultura, há uma relação forte entre sucessão hereditária e nível educacional. Os jovens que estavam em processo de progressão nos estudos ou aqueles mais escolarizados estavam se preparando para deixar o meio rural e a atividade agrícola. Os que permaneciam na atividade agrícola eram aqueles com menos estudo e que não viam um futuro promissor fora do meio rural e da agricultura. No horizonte dos jovens com maior escolaridade, é mais comum o caminho de construção de um futuro profissional fora da agricultura. No caso de Fabiano, o envio desse jovem para a cidade foi um projeto coletivo, da família. Essa saída poderia ser temporária, pois o jovem não adaptado à cidade, poderia ter retornado à comunidade, entretanto, por imposição da família, permaneceu na cidade.

As relações sociais, familiares, de parentesco e amizade, somadas às festas religiosas, a sociabilidade no campo, são elementos que podem favorecer a permanência do indivíduo na comunidade de origem, ainda que, no caso de Fabiano, o “projeto família” relativo à sua saída pesou mais em sua trajetória que esses outros elementos que poderiam favorecer sua permanência.

3.1.5. Estar-concluir os estudos e sair: mobilidade espacial de jovens

Outra saída muito comum é a de jovens para a cidade de São Paulo (SP), Mauá (SP) e Santo Amaro (SP). São Paulo e outras cidades do interior desse estado ainda são o destino de jovens homens e mulheres da comunidade, devido a fatores relacionados ao emprego ou à oportunidade de trabalho, mas também pelas redes sociais criadas pela presença de parentes e amigos que ali residem. Esses jovens permanecem na comunidade até a conclusão do ensino médio, quando então partem para São Paulo para trabalharem na metalurgia (Santo Amaro), no caso dos homens; ou em salões de beleza (Mauá) no caso das mulheres. Os homens e as mulheres que vão para São Paulo (SP) se inserem num mercado de trabalho mais diversificado, como operadores de telemarketing, atendentes de loja, frentistas, mecânicos e operários da construção civil. A construção civil é a opção de trabalho dos rapazes que têm maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Esses jovens têm ensino médio completo, são de famílias proprietárias de terra que vivem exclusivamente da atividade agrícola e optam por não trabalhar na atividade agrícola e preferem a cidade como local de trabalho. Observe o relato dos pais desses jovens:

“Meus filhos não querem trabalhar na roça não. Diz que o sol é muito rigoroso. O sol é muito quente. Até que eles falavam de ficar na “roça”, mas não fazendo esse serviço pesado não. Os que não quer estudar ficam na roça numa boa, esses fica na roça. Esses [os que não estudam] pensam assim: - fulano formou e não tá trabalhando, porque que eu vou estudar?. Os que ficam na “roça”, são os que não estudam não. Acham que não compensa estudar, aí fica na roça mesmo [...]” (Inácia, trabalhadora rural, 57 anos, 3 filhos com idades entre 21 a 27 anos em São Paulo-SP).

Os jovens com maior escolaridade saem do campo em busca trabalho fora da agricultura. Entretanto, não é uma regra a relação entre a permanência dos menos escolarizados e a saída daqueles com mais anos de estudos, mas sim o fato de serem jovens componentes de famílias exclusivamente agrícolas pobres, com rendimentos incertos e a dificuldade de conseguirem um emprego na região acaba configurando assim o fenômeno da saída. Em geral, os entrevistados afirmam que os jovens saem demais.

Os estudos sobre mobilidade espacial comprovam que os jovens tendem a “sair” de seus locais de origem com maior intensidade que os componentes dos outros grupos etários (Patarraet al., 1997; Jannuzzi, 1998; Oliveira & Jannuzzi, 2005). Na comunidade pesquisada, a circularidade de jovens entre espaços que extrapolam as fronteiras da comunidade é maior que a dos outros grupos etários. Esse padrão etário de mobilidade pode ser compreendido pelo ciclo de vida e pelos ciclos de entrada e saída do mercado de trabalho. Filhos de proprietários da terra, esses jovens saem busca de uma renda, de uma autonomia. Entretanto, deve-se compreender que essa “saída” é também uma forma de garantia de status na comunidade como aquele que foi, viu e viveu “mundos diferentes”. Essa maior “saída de jovens” também pode apontar para um maior desprendimento ao local de origem e para a maior facilidade de adaptação a “novos espaços”. Ida a novos espaços sem desconsiderar a possibilidade de retorno. A fala de um agricultor e de sua mulher reforça essa afirmação, e confirma como a intensa saída de jovens com constantes retornos é recorrente nas diversas entrevistas.

“Os jovens saem demais. Sai caçando emprego, eles não querem trabalhar na roça mais não. Só ver jovem aqui batendo perna, não que trabalhar na roça não. Sai da escola e vai pro mundo caçar emprego. Chega lá tem gente que não consegue emprego e volta. Os jovens não gostam de trabalhar na roça, porque não tem renda. Compra o gado e quando é na época de tirar renda, o gado começa morrer na seca, acha que a roça só dá prejuízo. Quer andar de moto, não quer andar a pé. Se tivesse um salário mínimo os jovens não saiam não” (Salvador, 54 anos, agricultor, pai de 9 filhos, sendo que 6 com idades entre 27 a 21 residem em São Paulo – SP).

“Meus filhos tão lá [São Paulo (SP)] não é para o meu gosto não. Falo com eles para voltar, ficar aqui pra eles ta muito melhor. Falo com eles pra vir, começar aqui de novo. Começar trabalhar aqui, voltar a pegar o jeito daqui pra ter alguma coisa e começar a administrar. Porque tem um filho meu que foi pra lá, tem três meses e nunca arranjou emprego. O que eles ganham cedo de tarde já não tem mais nada. Recebi dia 05 e no meio do mês não tem mais nada, ficou tudo no aluguel, na comida, então não tem nada, não guarda nada. Dinheiro não fica um centavo, e ainda pede dinheiro pra nós. Eu falo pros meus filhos de São Paulo que eles têm de vir embora, porque eles não têm nada, não junta nada” (Maria, mulher do Sr. Salvador).

A saída e o retorno são lados de uma mesma moeda, não são lados excludentes. Como demonstram Silva & Menezes (2000), a circularidade com idas e retornos muitas vezes compõe a trajetória do indivíduo. A saída temporária pode ser permanentemente temporária e nem sempre a circularidade pressupõe mesma situação social. A volta não é o caminho para fechar um ciclo de saídas, mas o momento de iniciar um novo caminho, uma nova saída.

Alguns elementos presentes nessa fala são importantes para se refletir sobre a importância da existência de um estabelecimento de ensino na comunidade de Santana como fator de permanência dos jovens na comunidade até mais ou menos 18 a 19 anos, quando concluem o ensino médio, e posteriormente como interfere como elemento propulsor da saída. Com a conclusão do ensino médio, inicia-se um ciclo de saídas que quase sempre é marcado por outro fenômeno, o do retorno. As condições de vida das famílias, a pobreza, as privações, a dificuldade de viver na/da roça — a seca de um lado e a dificuldade de se ter uma renda da roça — são fatores que juntos propulsionam a saída. Na outra ponta, o fato de poder trabalhar “fixado” na cidade, ou seja, com carteira assinada, ter salário fixo que possibilite a compra de bens duráveis, como exemplo a moto, são fatores que acaba por atrair os jovens. O fenômeno da saída é complexo, pois, ao mesmo tempo em que é visto pelos pais com negatividade, sobretudo no caso daqueles jovens com passagens mal-sucedidas pela cidade, essa mobilidade traz *status* para o indivíduo, o qual passa a ser visto como aquele que extrapolou as fronteiras da comunidade, do município e “ganhou o mundo”. Principalmente entre os pais que enviam os filhos para a progressão na formação escolar, há orgulho e exaltação nos relatos sobre os filhos que estão fora. É um significado distinto da saída em relação àqueles que saem para trabalhar na colheita ou na construção civil. Observar os destinos das saídas e os objetivos dessas saídas permite compreender uma diversidade de condições de vida de famílias rurais dessa localidade.

A partir dessa diversidade social, compreende-se que essa circularidade tem significados distintos, tanto para “quem sai” quanto para “quem fica”. Ademais, o próprio grupo família tende a apoiar ou observar com ressalvas a dinâmica de saída de seus membros. Como exemplos, os jovens que saem de Santana para progressão nos estudos têm sua saída apoiada pelo seu grupo familiar de origem, enquanto aqueles que saem para São Paulo, em grande medida, o fazem para realização de um “projeto individual”, decorrente da dificuldade de permanecer na atividade agrícola de origem. Nesse contexto e em determinados casos, há evidente descontentamento da família em relação à saída desses jovens, tanto pela dificuldade de inserção desses indivíduos no mercado de trabalho urbano, quanto pelo custo de vida nas cidades (aluguel, alimentação, transporte entre outros). A pobreza, violência, o alto custo de vida e o desemprego na “cidade grande” são fatores que interferem na visão negativa dos pais desses jovens em relação à sua saída. Os chefes de família “sem-sem”, sem a propriedade da terra e sem uma renda estável, saem na tentativa de contribuir para a melhora nas condições de vida de suas famílias. É no trabalho volante que esses homens almejam a possibilidade de melhoria na situação social de seu grupo. O ir e vir, conhecendo e reconhecendo a alteridade, é marcado por uma temporalidade. Saídas curtas, saídas longas, retornos curtos, longos retornos. Essa mobilidade espacial tem um lugar de referência, o lugar de origem. Inicialmente, sai da “roça”, do lugar de morada. Essa circulação pode ter como referência a própria perspectiva de retorno para o lugar de origem, ou seja, a saída, o viver e conviver com diferentes espaços, lugares, cenas e cenários e o retorno para a realidade socioespacial de origem.

3.2. Permanências: A “Roça” como lugar de morada e a roça como lugar de trabalho

O lugar é considerado como o espaço vivido, experimentado, o que pode contribuir para determinar a identidade de indivíduos e grupos e também para a criação de laços afetivos desses indivíduos com o lugar. Os indivíduos atribuem significados aos lugares e esses significados são construídos socialmente na própria relação indivíduo-lugar (Tuan, 1983). Nesse sentido, os lugares são dotados de sentimentos espaciais, a partir da própria vivencia do indivíduo. O lugar não é objetivamente dado, mas algo que é construído socialmente pelo sujeito no decorrer de sua experiência. Dessa forma, “é algo que sugere alegria, ou solidão, ou nostalgia ou tensão” (Silva, 1986, p.55), sentimentos construídos no cotidiano. O lugar como uma dimensão espacial não é restrito apenas aos fatos objetivos da realidade social, mas também aos fatos subjetivos da realidade, e essa conjuntura cria sensações e percepções que os indivíduos têm do próprio espaço em que vive. Como afirma Leite (1998, p.12), “os lugares são uma construção subjetiva e, ao mesmo tempo, incorporam práticas do cotidiano”, o que reforça o lugar como uma experiência espacial que pode se manifestar em diferentes escalas. Nesse sentido, as pessoas vivem rodeadas por camadas concêntricas de espaços vividos, como o lar, a vizinhança, a cidade, a região e até mesmo a nação. Essas entidades para Leite são lugares “experienciados” diretamente. Até mesmo a cidade e a nação, mesmo não conhecidas integralmente por cada um dos indivíduos, são centros de significados para os indivíduos, para os grupos. O lugar possui um caráter imensurável, queem decorrência da impossibilidade de sua delimitação, ou melhor, uma explicação de sua localização geográfica. O lugar pode ser a casa, a roça, o quintal, a manga ou até mesmo a cidade, a região e a nação. No entanto, mais importante é compreender o grau de identidade entre indivíduos/grupos e os lugares e não necessariamente seus limites geográficos (Maia, 2002).

O lugar, como sinônimo de espaço vivido não é organizado apenas em função das necessidades vitais imediatas dos indivíduos, mas também em função de suas aspirações, crenças e do mais íntimo da cultura (Corrêa, 2003), ou seja, o espaço é o lugar que se relaciona com o afetivo e com o imaginário dos indivíduos que o construíram. O lugar é um espaço vivido que serve de referência para o indivíduo. Como um espaço construído socialmente mediante a percepção das pessoas é, ao mesmo tempo interpretado pelos indivíduos e revelador de práticas sociais (Lencion, 2003, p.153), o lugar constitui a dimensão da existência, a base de reprodução da vida, passível de ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar (Santos, 1997).

O resgate da ideia de lugar, não restringindo a uma localização geográfica, mas como um lugar vivido e dotado de significados, é importante para este estudo por permitir compreender até que ponto a vivência de um espaço, os sentimentos com o lugar, as experiências e as construções identitárias e de laços afetivos no âmbito dessa relação indivíduos/grupos com o lugar podem contribuir para uma permanência de pessoas em comunidade intensamente marcada pela mobilidade espacial.

Em Santana há intensa mobilidade espacial dos sujeitos, com uma circularidade marcada por constantes saídas e retornos. Errâncias e travessias entre idas e retornos. No entanto, apesar da intensa circularidade de pessoas, há indivíduos que sempre residiram nas fronteiras da comunidade. Há permanência de pessoas no meio rural, por não terem em sua trajetória uma oportunidade de sair, mas há uma contramobilidade, decorrente da permanência no lugar motivada em grande parte pela melhoria nas condições de vida das famílias com a incidência de um *mix* de políticas públicas, sobretudo o Minas sem Fome e

o programa do Governo Federal “Luz para Todos”, que favorecem o acesso de famílias rurais a água encanada e energia elétrica, respectivamente.

“Hoje a vida tá bem melhor na “roça” que antes [...] melhorou bastante. Eu ia estudar a pé, passei fome, não tinha quase nada, era sofrido. Hoje o ônibus passa na porta, o carro passa na porta. Tudo era longe, agora tudo está mais fácil, mais perto. Hoje não estuda quem não quer. Tem estrada e transporte pra todo lado [...] O recurso também melhorou. Teve muita melhora com aposentadoria e bolsa família [...] o povo tem meio de viver melhor”. (Sr. Gualberto, residente na sede do distrito de Santana).

“A energia foi um trem que ajudou demais, ajudou o povo ter mais conforto. O “Luz para Todos” é um projeto do governo que vem com tudo: a lâmpada, a tomada, os fios. [...] De primeiro as coisas eram difíceis demais [...] Esse meninos que nasceram hoje tá em berço de ouro. [...] Sem a luz elétrica não tinha como ter um aparelho em casa, uma televisão, um ventilador, só o rádio a pilha. Hoje tem mais acesso a informação. Ficava tudo isolado, sem informação, longe do mundo. Tem um primo que mudou para SP com 16 anos e voltou agora [férias de julho] para passear e ficou impressionado como as coisas mudaram por aqui. [...] A água era longe, da mesma água que o gado bebia nós bebíamos também. Hoje tem água encanada. Antes eu pegava água longe na carreta de boi. Hoje tem água encanada e energia na casa [...] com a luz e água ficou mais fácil viver na “roça”, fica tudo mais fácil”. (Dona Doralda, residente na sede de seu sítio).

Os programas sociais do governo têm influenciado nas condições de vida das famílias possibilitando que os residentes no meio rural tenham em suas casas eletrodomésticos (geladeiras, chuveiros, chuveiros elétricos, maquina de lavar, televisão, antenada parabólica dentre outros), que indicam melhora na qualidade de vida das pessoas e são instrumentos facilitadores da permanência no meio rural. A criação de programas como a aposentadoria rural nos anos 70, posteriormente ampliados nas décadas de 1980; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na década de 1990, aperfeiçoamento no início do Século XXI, e a criação de programas de bolsas e programas de erradicação da pobreza, unificados e ampliados no Bolsa Família nos anos 2000, abrangem um número considerável de famílias da comunidade de Santana, dando um fôlego para essas famílias que têm poucas, ou nenhuma fonte de renda em dinheiro. Algumas famílias são contempladas com todos os programas compensatórios anteriormente citados, influência da pobreza do grupo familiar e da idade diversificada dos membros desses grupos. Crianças em idade escolar matriculadas possibilitam à família receber maior valor do programa Bolsa Família. A renda do Programa Bolsa Família é “assunto de mulher”, pois são as mães quem administram o benefício que geralmente contribui para a compra de comida, material escolar, pagamento de contas da casa e, quando possível, no financiamento de um eletrodoméstico. Grupos familiares com um idoso aposentado têm renda estável e melhores condições de vida em relação a famílias de rendimento instável. A aposentadoria contribui, inclusive, para fixar (ainda que temporariamente) os jovens no meio rural. Coincidemente, em todas as residências onde havia um aposentado, havia um jovem.

Para iniciar esse tópico sobre permanência, é importante resgatar a fala de Maria, uma mulher de agricultor que sempre residiu no meio rural. Nesse caso, a permanência no meio rural foi resultado da impossibilidade de saída, observe:

“Eu sempre nasci e morei na “roça”. Era mais difícil sair. Hoje é mais fácil ir pra cidade.. Devido ter nascido e ser criada no meio rural eu não quero sair, porque já peguei gosto. Eu já quis sair, mas na época não consegui, agora tô casada, tá tudo aqui[...]Pra falar a verdade eu gosto de morar na “roça”, mas o meio de vida nosso aqui da “roça” não é igual de cidade. O trabalho na roça é mais pesado e o dinheiro é pouco porque a gente não tem uma renda certa e quando ganha não é muito. Mas dá pra viver. Mas também na cidade se a pessoa não tem estudo e bom emprego não consegui viver bem, ter uma vida boa. A dificuldade é geral. É ilusão achar que indo pra cidade a gente vai conseguir uma vida melhor”.(Grifo do autor). (Ana Maria, 35 anos, trabalhadora rural).

Ana Maria é mãe de dois filhos com 18 e 20 anos que permanecem no campo. O trabalho dela se restringe em grande parte do ano às lides domésticas, exceto nos períodos de chuva quando toda a família concentra suas atividades no trabalho da roça. Procedente de uma família de 9 irmãos, ela teve que permanecer em seu grupo doméstico de origem para cuidar dos pais já idosos. Certos fatos de seu ciclo de vida certamente influenciaram na permanência. Maria teve que permanecer no campo para cuidar dos pais e posteriormente, com o casamento, permaneceu no campo, mas residindo em nova unidade doméstica, com a família do marido. Na sua trajetória, há uma confluência de fatores que contribuíram para a permanência no campo e o casamento é uma variável importante para entender a continuidade de certos sujeitos sociais. No caso de Ana Maria, o casamento interferiu consideravelmente para sua permanência na “roça”. Não é raro o relato de jovens moças e rapazes que retornam para a comunidade para se casar e (re) estabelecer residência ou de pessoas que optaram por permanecer residindo em Santana por terem se casado.

A compreensão que Ana Maria tem sobre a cidade é obtida de programas televisivos, de passagens esporádicas pela cidade, seja para consulta médica em Montes Claros (MG), seja para visitar parentes em São Paulo, que residem em Jardim Míriam, bairro carente e violento da cidade paulistana. Maria já cogitou a possibilidade de mudar-se para a cidade. No entanto, atualmente, as dificuldades enfrentadas pela família de suas irmãs que residem em São Paulo, seja pela violência, seja pelo alto custo de vida, fazem com que afirme não querer mais residir na cidade e “talvez não volte mais nem a passeio”, principalmente por ter presenciado em sua breve passagem pela cidade a proximidade entre “famílias de bem” e traficantes de drogas. Outra avaliação negativa em relação à cidade ocorre a partir dos que foram para São Paulo e não foram bem sucedidos, seja por não conseguirem emprego seja pela incorporação de jovens da comunidade ao crime organizado como, por exemplo, PCC (Primeiro Comando da Capital) ou de jovens mulheres à prostituição.

Como Maria, a maioria das pessoas entrevistadas, quando se referem à cidade, referem-se aos lugares onde estão os parentes, como jardim Míriam (SP), Duque de Caxias - baixada Fluminense (RJ) ou Ceilândia – cidade-satélite do Distrito Federal. Pelas dificuldades que suas famílias enfrentam para viver nessas regiões, em decorrência da pobreza, da violência, da discriminação, entre outros, faz com que os entrevistados afirmem que a “dificuldade é geral”, e ir para a cidade em busca de melhoria nas condições de vida é uma ilusão. É importante compreender que alguns entrevistados relativizam a importância de sair do meio rural para morarem na cidade. Entretanto, não há uma única avaliação sobre

o ficar e o sair. Por um lado, há as pessoas que têm a visão da mobilidade espacial, sobretudo pela saída do campo em direção às cidades, como uma ilusão. Nessa avaliação, a saída é negativizada, pois a “roça” “melhorou bastante nos últimos anos”. A afirmação sobre essa possível melhora nas condições de vida dos residentes na “roça” talvez seja percebida pelos entrevistados em decorrência a incidência de um *mix* de políticas públicas na região, sobretudo as políticas sociais do tipo compensatórios. Por outro lado, há a avaliação de certos entrevistados de que quem reside na “roça” não consegue melhorar de vida e a melhor saída é ir para outros lugares, “realizar travessias”.

Em pesquisa entre jovens do sertão pernambucano, Tavares (2009) relatou que os jovens que residem no campo avaliam suas possíveis condições de vida em lugares onde poderiam residir, tendo como base as informações obtidas junto a parentes e amigos. Nas palavras de Tavares, “A migração não é uma viagem solitária do jovem para um destino que seja totalmente desconhecido, não é uma bala perdida. Embora sempre haja riscos, principalmente o de não conseguir trabalho, a migração apoia-se nos que já saíram e vivem em outro lugar” (341-342).

Deve-se considerar que a sociedade à qual o indivíduo pertence observa atentamente a experiência do sujeito que sai. Essa sociedade percebe quando o sujeito sai em busca de emprego ou de outro objetivo e capta o sucesso ou não dessa investida. Nessa relação sociedade/indivíduo, há uma troca de informações, onde é possível compreender como é a vida na cidade ou no espaço onde esteve a pessoa, o que pode ou não favorecer a saída de outros, construindo as redes sociais da migração, fenômeno claramente perceptível em Santana.

Durham (1973) mostrou como o relacionamento entre pessoas, os que migraram e os que ficam, era um dos fatores que mais interferiam na decisão pela movimentação espacial. Os que migravam, quando bem sucedidos, mandavam buscar seus parentes e amigos no seu local de origem. Mesmo a informação sobre um migrante bem sucedido já alimentava essa mobilidade espacial. No entanto, foi possível compreender nesta pesquisa que o oposto também é válido. No caso de Santana, analogicamente, o ato da saída é como um teatro, onde os familiares, amigos, a comunidade, são expectadores que assiste o desenrolar da cena e analisam seu desenvolvimento e desfecho. O desfecho pode ser o retorno para a comunidade. Em um local onde a proximidade física também é social, os vizinhos conseguem avaliar a viabilidade – ou não – de sair a partir da experiência de outras pessoas da própria comunidade⁷⁵. A mobilidade espacial persiste ao mesmo tempo em que essa avaliação sobre esse ato perdura.

O relato de outra mulher de agricultor, que já esteve na condição de “migrante”, demonstra a visão da entrevistada em relação à migração:

⁷⁵ Interessante uma entrevista realizada com Joana, 68 anos, aposentada. Durante grande parte da entrevista, a entrevistada se atreve a informar, mesmo quando não perguntado, sobre a saída de quatro pessoas da comunidade. Segundo ela, três voltaram porque não conseguiram emprego e uma moça retornou porque engravidou. Tinha ido para Brasília, DF, trabalhar como doméstica. Com base nesses casos, a entrevistada concluiu que é uma “ilusão sair achando que vai melhorar de vida”. Pelo contrário, segundo ela, no caso dessa “moça voltou pior”.

“Eu prefiro morar na “roça”, já morei em outro lugar, eu digo que quero ficar aqui mesmo, não saio daqui de jeito nenhum. Já morei 9 anos em São Paulo, quando eu era mais nova. Mas eu nunca pensei em morar direto lá. Eu sempre pensei em morar aqui. O modo de vida é muito melhor, mais sossegado, sem preocupação. Agente vê em jornal tanta coisa ruim que tá acontecendo, não compensa ir pra lá não. Isso de ir pra cidade grande, de vencer lá é ilusão, tem gente que tá aqui com pouco, mais dá pra viver assim mesmo, pelo menos tem sossego, e tem gente que vai e nem dá certo e volta”(Alzira, mulher de agricultor).

As passagens mal-sucedidas de pessoas da comunidade pelo mercado de trabalho urbano é um fator que favorece o retorno de migrantes para o ambiente de origem, mas também influencia na percepção dos indivíduos que estão no campo quanto à saída para a cidade. Como o caso de Joana, que, quando jovem, saiu para Brasília para trabalhar de doméstica. Não conformada com o salário que recebia relativo à quantidade de trabalho que realizava, aproveitou o período na cidade “juntou umas economias” e retornou para a comunidade para se casar.

“Não quero ir embora [da Comunidade]. Eu já sai muito. Já fui para Brasília – DF, trabalhar como doméstica. Mais voltei, não gostava não. Trabalhava muito, cuidava de uma casa, era muito trabalho e ganhava pouco, 1 salário na época. Era muito pouco. Não quero sair mais não. Morar na “roça” é melhor para educar os filhos. Aqui é mais fácil, porque na cidade tudo tem de comprar, tem de ter o dinheiro, se não tiver o dinheiro você não compra, passa fome né? Aqui vende fiado. Sendo direito, as portas estão sempre abertas pra gente. Fui iludida pra cidade achando que ia dar certo e não deu”(Joana, Mulher de Agricultor).

Como visto anteriormente, é comum na comunidade a saída de moças para Brasília (DF), e o retorno para a comunidade para se casarem, sobretudo retornando para o campo as menos escolarizadas. As passagens mal-sucedidas pela cidade e o retorno para o campo é um elemento fundamental para a avaliação dos que estão no campo que podem (ou não) relativizar a importância da cidade enquanto lugar de trabalho e, ou, morada.

Nessa comunidade, marcada pela intensa circularidade de pessoas, é possível reconhecer três tipos, ainda que não necessariamente distintos de dinâmicas populacionais: os que saíram definitivamente, portanto não retornaram para a comunidade para estabelecer residência, os que saem e retornam para o campo e os indivíduos que ainda irão sair. Entretanto, esses tipos não são rígidos. Como exemplo, há pessoas que saíram da “roça”, moraram na cidade durante grande parte de sua vida e retornaram para a comunidade de origem depois de aposentados, inclusive retornando com a mulher que conheceu em sua trajetória de mobilidade. Nesse contexto, o morar perto dos parentes, morar no sossego da “roça”, ter um ritmo de vida mais calmo contribui na escolha pela mobilidade espacial de retorno. Apesar do grande numero de pessoas com trajetórias marcadas pela mobilidade espacial, há pessoas que sempre residiram na comunidade como visto anteriormente. Nesse sentido, soma-se ao texto o relato do Sr. Salvador e de sua mulher.

“Nunca moramos na cidade não. Nós que moramos na roça há muito tempo, que trabalha aqui na roça desde que entende por gente, se for morar na cidade sabe é que vai passar fome. Esse negócio de morar na cidade é ilusão. Eu sei que eu tenho de trabalhar é na roça, na foice, no machado, no forno de carvão. Isso é que eu faço, não adianta inventar de querer ir embora fazer outra coisa que não dá não. O povo fica batendo a cabeça caçando “miora”, mas essa é minha forma de viver, tirando o leitinho, fazendo as coisas na roça. Na cidade tem um salário mais ou menos, mais o aluguel mata né?. Quem tá pra lá (na cidade) acha que tá bom, mais quando chega aqui, os que tão aqui tão melhor ainda. O que não tô entendendo é isso. Os que tão aqui estão melhor que os que estão em São Paulo”(Salvador, 54 anos, Agricultor).

O relato do Sr. Salvador, que afirma nunca ter morado na cidade, deve ser analisado a partir da pobreza de seu grupo de origem. Sendo difícil a permanência, por outro lado, também não é fácil sair. Ademais, não necessariamente, todos os que saem têm sucesso em sua trajetória, por isso, o agricultor afirma que “Quem tá pra lá (na cidade) acha que tá bom, mas quando chegam aqui, os que tão aqui tão melhor ainda”. O próprio filho do Sr. Salvador, de 23 anos e com ensino médio completo, estava no período da pesquisa há cinco meses em São Paulo, porém durante 3 meses desse período sem emprego. O desemprego e o alto custo de vida na cidade, somados à pobreza do grupo doméstico de origem desses “emigrantes”, que não lhes permite permanecer na cidade, são fatores que determinam sua volta para a casa dos pais.

A permanência do Sr. Salvador no seu lugar de origem é influenciada por uma sensação de pertencimento e de sentimento com o lugar. O lugar, o vivido e experimentado contrasta com a vontade de itinerância de alguns membros da família, ou seja, travessias como tentativa de melhoria nas condições de vida que contrastam com condições precárias de saúde, habitação, trabalho e alimentação. Entretanto, é nesse lugar que há os elementos que constroem a identidade: a roça, a foice, o machado e o forno de carvão. O lugar vivido é também um lugar de afetividade. O morar e o trabalhar na roça provocam um sentimento de pertencimento a esse lugar. Como afirma Yi-Fu Tuan (1982), o homem mediante sua emoção e seu pensamento simboliza uma relação com o lugar com os mais variados significados. No lugar é que há a experiência, a ligação com objetos físicos, os símbolos na criação de uma identidade. É no lugar que o real é percebido por todos os sentidos. É um mundo vivido e não sonhado, mas compreendido. No mundo de Sr. Salvador, são perceptíveis as travessias entre idas e vindas. Travessias dos que “correm trecho” e os que vão para os mais diversificados destinos do país: vão, ficam e voltam, como circularidades socioespaciais. No entanto, se há os que buscam o espaço da rua, há aqueles que permanecem no espaço da casa, como o exemplo de Tereza que sempre residiu na comunidade:

“Sempre morei aqui. Nunca sai não. Morei aqui e casei aqui. Nunca sai não. Já fui para São Paulo, mais pra passear. Para passear lá é bom, agora para morar não é bom não. Gosto de ir para a cidade, só pra passear. Não tenho vontade de sair da roça para morar na cidade. Sair da roça para morar na cidade é muito ruim. Quem ta na cidade ta achando ruim, quem ta aqui ta achando ruim também, mais ainda ta melhor”.

Segundo Tereza, os pontos positivos relativos à roça referem-se à tranquilidade que contrapõe à correria de São Paulo e à violência urbana. “Eu não pretendo sair da roça não.

Aqui a gente dorme tranquilo, pode deixar a casa aberta que ninguém pega nada". Outro ponto positivo em relação a morar na roça refere-se ao custo de vida, sobretudo com alimentação.

"Aqui se plantar um pé de laranja ele dá, não precisa comprar. Se plantar uma horta dá, não precisa comprar. Na cidade é tudo caro, e tudo tem que plantar. Na horta pego a mistura, pego o quiabo, o maxixe, o tomate. Não compro nada, tudo eu que planto. aqui na roça eu planto de tudo um pouquinho, mais para consumir. Esse ano nem comprei verdura, foi tudo da minha horta. Depois que tem água ficou muito mais fácil plantar na horta".

A literatura regional tem demonstrado em diversas ocasiões a mobilidade espacial de pessoas que não possuem terra edos donos da terra que migram em épocas, tempos e espaços plurais como forma de resistência no seu lugar de origem: sair para ficar; ir, trabalhar, juntar recursos, enviar os recursos para a família; e, depois e de certo tempo, voltar (Maia, 2004, Paula, 2009). Na comunidade, entre as famílias proprietárias de terra, em determinadas circunstâncias, o trabalho na roça é elemento considerável para a permanência de alguns indivíduos⁷⁶ no campo durante todo o ano. Mesmo entre as famílias que têm terra, há a circularidade de parte de seus membros. Nesse sentido, a propriedade da terra por si só não explicar a permanência de determinados indivíduos ao longo de todo o ano na comunidade. Essa permanência é muito mais influenciada por uma identidade territorial, o gostar da roça, das pessoas ("as pessoas na roça são mais companheiras"), do interior, do sossego, do mato, que propriamente do fato de ser dono da terra. Inclusive, para certos indivíduos, a saída é uma tentativa de não permanecer trabalhando na atividade agrícola com a família. No entanto, há pessoas que optam por permanecer na roça e no trabalho rural como um ser *da* roça, não um ser que *está* na roça.

"O que mais me segura aqui é o trabalho na roça, porque minha função é essa. A cada dia você vai melhorando, trabalhando, ampliando a produção e tem mercado pra isso. Se eu for pra fora eu não vou ter a renda que eu tenho aqui e minha intenção é de trabalhar mais e melhorar a cada dia" (Pedro, 42 anos, proprietário da terra).

Pedro é um agricultor que, na década de 90, especializou-se na pecuária leiteira. No entanto, o tamanho da propriedade, 5 hectares, somado às condições ambientais do Norte de Minas, diferente das condições ambientais de origem das matrizes leiteiras, Sul de Minas, inviabilizou o trabalho da família exclusivamente na pecuária. Segundo Pedro, quando a família trabalhava exclusivamente na pecuária, a vida era mais precária, com uma renda nunca superior a R\$ 600,00 mensais. Com a crise na pecuária leiteira, com a perda das matrizes no período de seca, houve por parte dos agricultores da comunidade uma diversificação nas atividades agrícolas, sobretudo com o retorno para o cultivo de grãos (de milho, milho sorgo e feijão). Pedro, diferentemente dos demais, optou pelo cultivo de hortaliças. Quando questionado sobre a opção do cultivo de hortaliças em detrimento à especialização na pecuária leiteira, Pedro afirma que:

⁷⁶ Entre os chefes de família proprietários da terra é comum a permanência na comunidade e no trabalho na roça durante todo o ano. Entretanto, entre os filhos de proprietários da terra, o ter que lidar com as atividades ligadas a roça é mais propriamente um fator que favorece a saída que propriamente a permanência.

“Primeiro que a propriedade é pequena e é melhor trabalhar com hortaliças. A horta ocupa menos espaço e retorno de dinheiro é maior. O mercado para o leite era limitado, só a Nestlé. E depois as vacas foram morrendo, teve perda. O negócio foi mudar pra hortaliça”.

A ideia de cultivar hortaliças veio depois de Pedro “visitar” seu irmão em Itapecerica da Serra (SP), quando conheceu japoneses que cultivavam hortaliças em uma pequena propriedade. Como ele relata: “Era toda hora saindo caminhão, lá dava bastante e era numa terra pequena igual a essa minha aqui”.

O trabalho na horta é predominantemente familiar. Pedro se concentra na parte administrativa e na entrega de encomenda nos supermercados, nas escolas, nas casas de consumidores (residentes nas roças e na cidade); às sextas-feiras, concentra-se na feira de São Francisco (MG), e todo o sábado na feira de Icará de Minas, MG. Os filhos homens com 14 e 19 anos de idade, quando não estão na escola, trabalham na horta junto com a mãe. Um filho de 23 anos trabalha como caixa de supermercado e duas filhas jovens foram para São Paulo (SP). Uma das características do trabalho na roça nessa comunidade corresponde ao trabalho de toda família, inclusive mulher e jovens mulheres, resultado da pobreza dos grupos domésticos que não conseguem contratar mão-de-obra extra familiar.

Entre as famílias proprietárias de terra, muitas vezes o “ficar” é diretamente influenciado pelo trabalho na atividade agrícola, sobretudo para o chefe da família. O ter que cuidar da “criação” e da “roça” é elemento que contribui para sua permanência durante todo o ano na “roça”. Numa pesquisa nessa região, com grande diversidade de grupos sociais e condições de vidas tão diferentes, não é uma tarefa fácil trabalhar com a ideia de permanência, pois ficar e sair na comunidade são lados da mesma moeda. Nesse cenário, trabalhar com o conceito de *permanências transitórias e mobilidades permanentes* aponta para uma dinâmica populacional de uma comunidade marcada por saídas e retornos.

Os deslocamentos espaciais *no* e *entre* tempos e espaços diversificados são em grande medida temporários, mas podem se estender por longo tempo, não anulando a possibilidade do retorno. Para a dinâmica populacional retratada, nesse movimento de sair-ir-ver-viver e voltar ou sair-ir-ver-viver e ficar, não foi possível perceber um padrão estabelecido ou algo definido aprioristicamente. Como um aspecto cultural, essa mobilidade é constitutiva da dinâmica dessas famílias. Contudo, os fatores que impulsionam a mobilidade ou a permanência são diversificados e perceptíveis apenas se observado o íntimo de cada família ou a forma como cada pessoa percebe-se “no seu mundo”. Essa mobilidade de certa forma está relacionada a uma corporeidade. Entende-se por corporiedade a forma como o cérebro reconhece e utiliza o corpo como instrumento relacional *no* e *com* o mundo. Pela corporiedade e suas três dimensões: a) fisiológicos (físico), b) psicológicos (emocional afetiva) e c) espirituais (mental-espiritual sendo o universo físico, o universo da vida e o universo antropossocial) (Rabinovich, 1997). Deve-se perceber que dinâmica populacional de “circularidade” pode, por exemplo, ser motivada pela necessidade do indivíduo de ampliar seus “horizontes”, conhecer novos espaços, lugares, paisagens, cenas e cenários, enfim, conhecer “o mundo”, os usos dos corpos podem ser diversificados e a mobilidade espacial, uma forma de uso do corpo (com significados e sentido diversificados), como exemplo, a saída na perspectiva de dar um novo sentido à vida desses indivíduos.

Assim como a mobilidade espacial não pode ser definida apenas por um fator, deve-se também compreender que essa saída pode ser tanto fruto de um projeto individual como pensada em benefício da família. Entretanto, a própria saída do indivíduo muitas vezes é também um projeto da família que se soma a um projeto individual.

Ao trabalhar com os que saem, resgatando o tempo e o espaço, para onde vão e quanto tempo permanecem fora, tentou-se mostrar que a saída de alguns é uma condição fundamental para a reprodução social das famílias. Por outro lado, a permanência de alguns membros das famílias no campo é importante para a saída de outros membros dos grupos em condições favoráveis, como os estudantes, oriundo de grupos domésticos com mais recursos, seja em terra⁷⁷ seja em dinheiro. Há uma heterogeneidade nas condições socioeconômicas dos que saem que evidencia as desigualdades nas condições sociais e econômicas de suas famílias. Se há os jovens que vão para cidade na condição de universitários, por exemplo, há também aqueles que vão para São Paulo trabalhar como frentistas ou para Goiás para trabalhar na colheita de batata. A saída dos jovens para a progressão no ensino é bastante emblemática, pois o grupo familiar prefere arcar com esses custos relativos à educação, diminuindo até mesmo os investimentos na atividade agrícola, que investir na permanência desses jovens na atividade agrícola. O investimento na educação é uma forma de os filhos não permanecerem na atividade agrícola. Em geral, a saída é um processo que alimenta uma expectativa de futuro melhor, no entanto, não anula a possibilidade de retorno. É nessa dinâmica populacional marcada pela circularidade, de idas e retornos que cada família é afetada pelas travessias. As travessias fazem parte das diversas estratégias de reprodução dos grupos familiares da comunidade de Santana e, em muita vezes, é na travessia que a família almeja a possibilidade de ascensão social.

⁷⁷ Muito comum entre as famílias que possuem terras a venda desse patrimônio para custear os estudos dos filhos.

CONCLUSÕES

Pretende-se realizar aqui algumas observações sobre as condições e modos de vida das famílias estudadas durante a pesquisa de campo, procurando lançar luzes sobre a realidade social e econômica da comunidade de Santana.

A pesquisa demonstrou pontos emblemáticos. Localizada em uma região tida como muito pobre, de seca e de emigrantes, percebeu-se no universo social pesquisado, um comportamento emergente, com indicativos de uma melhora significativa nas condições de vida das famílias. Essas melhorias, por um lado, comprovam a hipótese inicial da pesquisa, ao entender que diversas políticas públicas e, sobretudo as políticas sociais, interagem no espaço e repercutem positivamente no modo de viver dessas pessoas, possibilitando a compra de bens duráveis e alimentos para aqueles grupos familiares mais pobres. E por outro, essas melhorias possibilitam discutir algumas proposições midiáticas e até mesmo enraizadas na literatura sobre o Norte do estado de Minas Gerais, que mantém uma visão dessa porção do estado como pobre e carente. Como um elemento de melhora nas condições de vida, as políticas sociais tem repercutido no condicionamento da permanência dessas pessoas em sua comunidade rural de origem.

Nos últimos anos⁷⁸, essa diminuição da pobreza e melhora nas condições de vida das famílias de Santana foi possível porque houve simultaneamente uma intensificação da atuação do poder público mediante políticas estruturais que possibilitaram às famílias o acesso à energia elétrica, água encanada e tratada, melhoria nas condições de moradia, inclusive com a construção de banheiros privativos – e “injeção” de dinheiro por meio de benefícios sociais, o que promoveu aumento quantitativo no número de bens das famílias e nos aspectos relativos à alimentação. Entre as famílias pobres, quanto maior o “braço” do estado no interior de seus lares, mais significativa foi essa melhora das suas condições de vida, ou seja, entre as famílias com rendimento oriundo do Programa Bolsa Família combinado com aposentadoria rural, houve melhora significativa nas condições de vida em comparação àquelas que recebem apenas o benefício do Programa Bolsa Família. De forma mais ampla, esses benefícios sociais ao expandir o poder de compra de bens duráveis para as famílias mais pobres, expandiu também o comércio tanto em Santana quanto na sede urbana do município de São Francisco.

O crescimento da fonte de rendas não diretamente ligada à produção animal e vegetal em Santana está diretamente associado ao aumento de benefícios sociais não-contributivos, mais especificamente Bolsa Família, aposentadorias e pensões. Com isso, a diversificação das fontes de rendimentos das famílias esteve atrelada, quase sempre, a presença desses benefícios sociais no espaço intra-doméstico. Em menor proporção, a diversificação dos rendimentos familiares esteve associada ao aumento de empregos não-agrícolas (funcionalismo público) e de trabalhadores por conta-própria ou, até mesmo, os trabalhos do “tipo bicos”.

De qualquer forma, há nessa comunidade íntima relação entre diversificação da origem das rendas e melhora nas condições de vida. Os rendimentos não-agrícolas constituem importante mecanismo de redução da pobreza. O problema consiste no fato de que esses rendimentos estão mais ligados a benefícios sociais, sobretudo Programa Bolsa Família, que propriamente ligado à diversificação das atividades. Ou seja, a diversificação

⁷⁸ Entende-se por últimos anos o período temporal posterior a década de 1990.

dos rendimentos não está diametralmente ligada ao crescimento de emprego e renda nas atividades (ocupações e empregos) não-agrícolas.

Entre os benefícios sociais, apesar do amplo grau de cobertura do Programa Bolsa Família, é a previdência rural e as pensões que têm de forma mais significativa impactado na melhora das condições de vida das famílias. Esse benefício está relacionado ao valor do salário mínimo e à fase de desenvolvimento do ciclo doméstico: famílias *de* e *com* idosos, com aposentados rurais ou famílias que articulam diversos benefícios sociais com a aposentadoria, como um cálculo estratégico para a garantia de sua reprodução social. O elemento comum a todas as famílias, é que na sua dinâmica de reprodução social, é representativa, a importância do braço do estado nessa comunidade, que torna, dentre diversos outros pontos, a vida no campo mais atrativa.

Na amostragem de aposentadorias dessa pesquisa, é significativamente superior o número de aposentadorias e pensões não-contributivas, abarcando, na verdade, a totalidade dos casos identificados. Entretanto, é importante considerar que as aposentadorias e pensões, em comparação a outros benefícios sociais, têm sido capazes de mitigar consideravelmente a pobreza rural, inclusive propiciando às famílias um rendimento que possibilita o investimento na própria atividade agrícola. A melhoria nas condições de vida de famílias *de* e *com* idosos, perceptível tanto por indicadores de rendimento e posse de bens, repercute em todo o seu grupo familiar.

Nesse contexto, percebeu-se que esse benefício social influencia também nos arranjos familiares, considerando que é comum encontrar três ou quatro gerações habitando a mesma residência. Residências *de* e *com* idosos não são “nínhos vazios”, mas ninhos “cheios” de filhos, netos e até outros parentes como sobrinhos e primos. Os netos de aposentados, como grande parte dos jovens da comunidade, tendem a ter uma trajetória social marcada pela mobilidade, trânsitos. No entanto, em todas as residências visitadas, onde havia um aposentado, havia também um jovem, o que pode apontar para o fato de que a existência de indivíduos com rendimento estável no espaço da casa contribui para a fixação, ainda que temporária, de jovens na comunidade.

Os idosos assumem na velhice o papel tanto de provedor do lar como de elemento dinamizador da economia de um município, fator de mudança certamente não esperado pelas políticas sociais. Além disso, como esse rendimento tem impacto nas mudanças nas condições de vida das famílias, o idoso torna-se elemento de disputas entre familiares.

Nesse sentido, as aposentarias e pensões têm consequências diretas sobre as famílias, sobretudo as mais carentes, que dependem desse benefício para sua sobrevivência. A aposentadoria rural e as pensões refletem em toda a unidade familiar, uma vez que as famílias partilham do mesmo “fundo comum”.

O Programa Bolsa Família, além de atender uma porcentagem significativa das famílias em condições de pobreza ou extrema pobreza, agrega maior volume de recursos para a economia local, importantes para a dinamização econômica do município. De imediato, o Programa não tem provocado significativa melhora nas condições de vida das famílias, embora tenha melhorado expressivamente suas condições de alimentação. A existência de serviços públicos de saúde e educação tem possibilitado que as famílias cumpram as condicionalidades do Programa Bolsa Família, ainda que a permanência de crianças e jovens matriculados e frequentadores do estabelecimento de ensino seja compreendida em grande parte pelas famílias apenas como condição importante para o recebimento de benefícios sociais.

A presença de trabalhadores exclusivamente não-agrícolas aponta para uma conversão da roça como lugar de trabalho dissociado da “roça” como local de morada. Esse processo aponta para um indicador de permanência de pessoas e famílias no meio rural, mesmo que não permaneçam diretamente ligadas à atividade agrícola.

Entre as famílias que trabalham na atividade agrícola, ainda que com maior ou menor intensidade, a produção destinada ao autoconsumo é um elemento comum a todas elas. Esse recurso é entendido como positivo na medida em que viabiliza a própria reprodução do grupo familiar e constitui um meio de garantia de acesso ao alimento e de diminuição da pobreza rural. A presença dessa produção agrícola não especializada, em uma forma de cultivar a terra onde as relações monetárias não são tão forte e muitas das vezes nem tão visíveis, tem contribuído consideravelmente para o auto-consumo familiar.

A condição de agricultor e o trabalho na roça têm uma função social na medida em esses elementos reforçam a permanência dessas pessoas no meio rural. Em uma região onde é comum a saída de homens para o trabalho temporário nas “firmas”, essa mobilidade espacial é praticamente inexistente entre os chefes de família que trabalham na roça. Entretanto, ser proprietário da terra tem um “poder de fixação” desses chefes de família no lugar, embora esse poder de fixação não seja tão perceptível entre os jovens.

Entre os trabalhadores não proprietários de terra que incorporam a mobilidade espaço-temporal como componente central para sua situação ocupacional, a mobilidade espacial insere-se nesse sentido em estratégias de sobrevivência, definidas em curto prazo. Assim, a saída temporária de homens chefes de família não modifica de forma considerável as condições de vida de suas famílias, mas garante a reprodução física dos membros de seu grupo. A temporalidade da saída está associada ao trabalho. O tempo que os homens estão na firma, independentemente das condições de trabalho, corresponde ao tempo de estarem empregados. Entretanto, o fim da safra é um momento de ruptura, quando os homens dispensados do trabalho retornam a Santana. Com isso, observa-se que com o retorno há sempre a possibilidade de novas saídas para trabalhos temporários. Saídas provisórias e trânsitos permanentes.

Esses empregos temporários são marcados pela precariedade, levando-se em consideração a forma de ingresso, a instabilidade, a pequena ou mesmo inexistência de cobertura social ao trabalhador e de sua família e o pequeno controle sobre as condições de trabalho. Entretanto, como o foco da pesquisa foi o grupo familiar de origem desse chefe de família, considera-se que, no trabalho temporário, a mobilidade espacial não contribui para significativas melhorias nas condições de vida de seu grupo familiar.

Contudo, as diversas saídas são marcadas por recortes temporais e múltiplos significados conformados às condições socioeconômicas das famílias. Entre as famílias mais pobres, a saída constitui estratégia de sobrevivência, enquanto, entre aquelas com melhores situações financeiras, é uma estratégia de mobilidade social com o financiamento da permanência de jovens nas cidades para a progressão nos estudos. É mais comum em Santana à saída em busca de emprego, de salário, desse modo, a saída de jovens para progressão nos estudos representa uma mobilidade espacial em busca de incremento do capital social e cultural por meio da educação formal. Nesse sentido, essa mobilidade espacial é também uma estratégia individual e coletiva (da própria família) de garantia mútua de *status* junto à comunidade, tanto dos jovens que saem para estudar quanto da família que financia seus estudos.

A saída como elemento de abertura de “novos mundos” para jovens de famílias com mais recursos é uma tentativa tanto de não permanecer na “roça” quanto de forçar uma

ruptura com a atividade agrícola. Entretanto, para muitos jovens, a mobilidade espacial representa uma tentativa de aquisição de bens, sobretudo a moto, no caso dos rapazes, e compra da casa e dos móveis para o casamento, no caso das moças. A situação emblemática de saída das moças consiste no fato de que os motivos que guiam essa mobilidade espacial é a permanência: a saída significa no seu íntimo a busca do retorno, a tentativa de criar condições para a permanência, ou seja, sair para ficar.

A mobilidade espacial em Santana, muitas vezes, tem como sentido central a possibilidade do retorno para a própria comunidade. Sair para voltar, mas retornar em condições diferenciadas. Acumular recursos para casar, mais comum entre as moças, ou para a compra da moto, mais comum entre os rapazes, são elementos que justificam um projeto de mobilidade no espaço e através dos tempos. Entre chefes de família, a saída, temporária, tem um sentido de propiciar uma melhoria nas condições de vida das famílias. É estar circulando, trabalhar de forma temporária, mas sempre cogitando a possibilidade do retorno, pois é no lugar de origem que está a família, o principal elemento que instiga a mobilidade desses homens.

A pesquisa demonstrou que na mobilidade dessas pessoas há um constante ir e vir. A volta é um componente da mobilidade espacial, mas com sentido diversificado, pois retornar para o período de festa não possui o mesmo significado que para casar. Esse fenômeno tem temporalidades distintas. Entretanto, é o elo entre o “espaço de lá” e o “espaço daqui”. É o momento de encontro dos que “estavam lá” e os que “esperaram aqui”. Com isso, deve se ter em mente que o retorno é um elemento tão presente na dinâmica populacional em Santana, quanto à saída, o partir. Contudo, tem dimensões e proporções diferenciadas definidos a partir de cada situação peculiar dos agentes da mobilidade, sejam ela família ou apenas os indivíduos.

O retorno temporário ou definitivo, mais curto ou mais longo é baseado em uma calculabilidade dos agentes, que avaliam os objetivos de estar circulando e percebem quando é o momento de findar uma trajetória social com constante mobilidade. Atingido os objetivos que se propunha alcançar na mobilidade os indivíduos tendem a abreviar sua trajetória de circulação. A simples construção de uma casa pode fixar as pessoas na comunidade de Santana, mas há pessoas que possuem toda sua trajetória social marcada pela mobilidade e a fixação por tempo longo na comunidade e uma menor circularidade ocorre em determinada fase de vida no ciclo doméstico, ou seja, na velhice.

Este é também o desejo dos que estão fora da comunidade, que expressam constantemente a vontade de retornar⁷⁹ a Santana. A velhice com acesso à aposentadoria tem sido um elemento de facilitação do regresso de pessoas e até mesmo famílias inteiras para essa comunidade.

Entretanto, tanto a mobilidade espacial quanto o retorno podem ser elementos provisórios. Mais permanente são os desejos, tanto o desejo de estar na comunidade, quanto o de partir quando puder. Querer estar, voltar ou partir são elementos permanentes. É estar em Santana e querer ir ou “estar lá” e querer voltar.

Em Santana, da mesma forma que Paula (2009) compreendeu na comunidade Barra do Pacuí no Norte de Minas Gerais, a família é o eixo e elemento fundamental na decisão de quem parte e quem retorna. Os vínculos com o lugar de origem, a relação com as

⁷⁹ Parte das entrevistas informais ocorreu nos períodos de festas quando pude conversar com as pessoas que estavam circulando temporariamente para espaços distintos, mas que tinham em comum o desejo de retornar a permanecer por tempos mais longos em Santana.

pessoas que permanecem no lugar de origem, as percepções e os sentimentos adquiridos na vivencia com o lugar de onde se parte, o sentimento de pertencimento, favorece o retorno á região de origem ainda que provisório. Santana não aparece nas narrativas apenas como uma dimensão geográfica, como um espaço friamente percebido. A comunidade é, para essas pessoas, lugar de afeto. Esses elementos subjetivos, em conjunto, condicionam o processo do retorno.

A temporalidade das saídas e permanências, marcadas por tempos de presença e ausência no espaço social, compõe um circulo contínuo de movimentos. O retorno marca o momento de início do tempo para a próxima partida. Ir-ver-viver-estar e ficar, ir-ver-viver e ficar, mesmo um dia podendo ou querendo voltar, demarcam dinâmicas de trajetórias sociais muitas vezes marcadas por travessias. Permanência e trânsitos são lados de uma mesma moeda. O sair não anula a possibilidade de retorno e o retorno não anula a possibilidade de saída. O ir e vir são partes constitutivas de dinâmica de estratégias de reprodução que transformam meios e modos de vida, transformam as pessoas e traçam destinos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília, v.15, n. 2, p.45-66, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Dilemas e Estratégias dos Jovens Rurais: Ficar ou Partir?**. In: CPDA. (Org.). Estudos Sociedade e Agricultura. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2004, v.12, p. 237-271.

ÂNGULO, J. L. G.; RIBEIRO, E. M. Na Feira de Turmalina. In: Ribeiro, E.M. (Org.) **Feiras do Jequitinhonha: Mercados, Cultura e Trabalho de Famílias Rurais no Semi-Árido de Minas Gerais**. Lavras – UFLA (Coleção BNB Projetos Sociais), 2007.

BATISTA, E.H.A. **Agricultura Familiar, Cultura rural e Multifuncionalidade**. Monografia(trabalho de Conclusão de Curso de Geografia)- Unimontes- 2007.

BELTRÃO, K.I. et al. **Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

BRAZ, B. **São Francisco no Caminho da História**. 5º edição, São Francisco – MG: Lemi, 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 20 de. De 2009.

BOURDIEU, P. Compreender. In: Accardo, G. et al. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Maristela de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, Nº. 7,Jan/Jun de 2002, p. 50-81.

_____. A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de.. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, v. , p. 35-52.

BRUSCHINI, C.. **Uma abordagem sociológica da família**. Rev. Brás. Est. Pop.São Paulo, v.6 n.1, Jan./jun. 1989.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8a.ed. São Paulo-SP: Contexto, 2008.

CARNEIRO, M. J. **Pluriatividadeno Campo: o caso francês**. RBCS/Anpocs, n. 32, ano 11, out., 1996.

_____. Agricultores Familiares e Pluriatividade: tipologias e políticas. In: Carvalho, Luiz Flávio, Bruno, Regina, Moreira, Luiz Roberto José. **Mundo Rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. P-325-34

_____. Pluriatividade da Agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: Schnider, Sergio (Org.) **Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre – RS: Ed. UFRGS, 2006.

_____. "Em que consiste o familiar da agricultura familiar?". In: COSTA, L.F.C; FLEXOR, G; SANTOS, R. (orgs.) **Mundo Rural Brasileiro. Ensaios interdisciplinares** Mauad X-EDUR, Rio de Janeiro - Seropédica, 2008.

CASTRO, C.O. et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. Opinião Publica vol.15 n.2 Campinas Nov. 2009.

CHAYANOV, A. V. La organizacion de launidadeconomica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, José Graziano da Silva. **A questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CORREA, L.C. “Espaço, um conceito-chave da Geografia”. In: CASTRO, I. E., GOMES, P.C. C., CORREA, L. R.(Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2003.p.17-47.

COSTA, J. B. A. Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas. Revista Desenvolvimento Social, v.1,p.63-78,2008.

DELGADO, G.; CARDOSO, JR., J. C. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente de universalização. Texto para discussão N° 688. Brasília: IPEA, 1999.

_____. **OIdoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência recente da Universalização**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

_____. **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90.** Brasília: IPEA, 2000.

_____. **OIdoso e a Previdência Rural no Brasil: a experiência recente da universalização** In: CAMARANO, Ana Amélia et al. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60.** Rio de Janeiro: IPEA. 2004.

DELGADO, G.C.; SCHWARZER, H. Evolução histórico-legal e formas de financiamento da previdência rural no Brasil. In: DELGADO, G.C. (Org.). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90.** Brasília: IPEA, 2000.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C.. O fim do êxodo rural?. **Revista Espaço e Geografia**, Brasília - DF, v. 4, n. 1, p. 37-56, 2001.

DESCONSI, C. **A marcha dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso: um estudo a partir das trajetórias dos migrantes do Sul para a microrregião do Alto Teles Pires**. 2008. 158 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DUARTE, G. et. al. Impactos do programa Bolsa Família sobre os gastos com alimentos de famílias rurais. **Revista da ABET**, v. VII, 2008.

DURHAN, E. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo. Perspectiva, 1978.

FELIX, G. A. **O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental**. Niterói: Eduff, 2009. 251 p.

FERRARI, D. et al. **Juventude e Agricultura Familiar: Desafio dos Novos Padrões Sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.

FJP. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Perfil demográfico do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2003.

FORTES, M. Introduction. In: Goody, Jack (Ed.). **The Development Cycles In Domestic Groups**. Cambridge University Press, 1958.

GARCIA JR., A. R.. **O sul: caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília. MCT-CNPq, 1989.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da Autonomia: Os “papéis” do Autoconsumo na Reprodução Social de Agricultores Familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)**, v.15, p. 89-122, 2007.

GRISA, C. ; SCHNEIDER, S. Plantar Pro Gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia**, v.46, 2008.

GINZBURG, C. Sinais, Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, Coleção Pesquisas 1, UNICAMP/IE, 1999.

GUANZIROLI, C. et al.. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza, Insegurança Alimentar e pluriatividade no Brasil. **Teoria e Evidência Econômica** , v. 14, p. 9-35, 2007.

JANNUZZI, P. M. Perfis etários da migração por motivos e acompanhantes da mudança: evidências empíricas para São Paulo entre 1980 e 1993. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 19-44, 1998.

LACAN, J. **O Seminário, Livro VI: O desejo e sua interpretação**. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002.

LAPLATINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. **Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas**. Revista Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 22, p. 39-75, jun. 2006

LEITE, A. F. “O Lugar duas acepções Geográficas”. In: **Anuário Estatístico de GeoCiências**. Rio de Janeiro: UFRJ, volume 21, p.9-20, 1998,

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. **Metamorfoses do Espaço Intra-Urbano de Montes Claros**. 1. Ed. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2008.

LENCIONI, S.. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LEVI, H. **Posse da Terra e Migrações em Pernambuco**. Recife - PE, Instituto Joaquim Nabuco de pesquisas sociais (serie monografias), 1977.

LINHARES, F.. **Bolsa Família: novo arranjo para transferência de renda no Brasil**. Dissertação de Mestrado em serviço social, UFF, 2005.

LOPES, J.R.B. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1971.

MAIA, C. J. **Lugar e trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. 1. ed. Montes Claros: Unimontes, 2004. V. 1. 274 p.

MAIA, R. S. **O lugar da pobreza nos templos de consumo das cidades contemporâneas**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 Tese de Doutorado em geografia

MARIANO, S. A; CARLOTO, C. M. **Gênero e combate à pobreza: programa Bolsa Família**. Rev. Estud. Fem. vol.17 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2009

MARTINE, G. **Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-deobra no Brasil**. Comunicação simpósio sobre crescimento demográfico na base da pirâmide social. SBPC. 1982. Campinas, São Paulo.

MATOS, P. C.; OLIVEIRA, G. G. **A ação do Programa Bolsa Família em comunidades rurais: O caso do Timbó - Bahia.** Biblioteca Virtual Bolsa Família-Centro Internacional de Pobreza. Brasília: MDS, 2008.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos Estudos da Pluriatividade. **RER, Rio de Janeiro**, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, out/dez 2007.

MEDEIROS, M. et al., . **Transferência de Renda no Brasil.** Novos Estudos, São Paulo, nº 9, 2007.

MOURA, M. M.. **Os Herdeiros da Terra.** São Paulo: Hucitec, 1978.

_____.**Os Deserdados da Terra.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOURA, P. M. G. **Bolsa Família: projeto social ou marketingpolítico?** Revista Kátal, Florianópolis, v. 10, nº 1, jan./jun. 2007.

OLIVEIRA, M. F. M. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE.** In: Marcos Fábio Martins de Oliveira; Luciene Rodrigues. (Org.). Formação Social e Econômica do Norte de Minas. 1 ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. **Motivos para migração no Brasil e retornoao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino.** São Paulo em Perspectiva. v.19,n. 4, 2005.

ORTEGA, A. C. Minas são muitas: todas ampliando suas atividades rurais não-agrícola. **Revista Economia Ensaios, Uberlândia**, v. 16, n. 1, p. 75-93, 2003.

PATARRA, N. et al. **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana.** Campinas: Instituto de Economia Unicamp/Fapesp, 1997.

PAULA, A. M. N. R.; CLEPS JUNIOR, J. **Migrações Internas no Sertão das Gerais A Esperança de melhoria de Vida.** In: XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Passo Fundo- Rio Grande do Sul, 2002.

PAULA, A. M. N. R. **Migração e Trabalho no Norte de Minas Gerais: os antigos tempos e as novas formas de exclusão social na cidade de Montes Claros.** In: II SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA - Perspectivas para o cerrado no século XXI . Uberlândia – MG, 2003.

_____.**Travessias- Movimentos Migratórios em Comunidades Rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais .**2009.350 f.Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia.Universidade Federal de Uberlândia.

PAULA, A. M. N. R.; BRANDAO, C. R. **Travessia No Sertão Dos Gerais: Tradição E Modernidade Nas Margens Do São Francisco.** In: FEITOSA, Antonio Maurilio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS JUNIOR, João. (Org.). DEBAIXO DE LONA: Tendências e Desafios Regionais da Luta pela Posse da Terra e da Reforma Agrária no Brasil. 1 ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

KAGEYAMA, A. **Diversificação das Rendas nos Domicílios Agrícolas no Brasil, 1992 e 2001.** Economia e sociedade (UNICAMP), Campinas, v. 12, n.12, n.1, 2003.

RIBEIRO, E. Met al. **A dinâmica do trabalho rural nas regiões mineiras 1980/1990..** In: 39 CONGRESSO DA SOBER, 2001, Recife. Anais da Sober, 2001. P. 25-40.

QUEIROZ, R. **O quinze.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

RABINOVICH ,E.P. **Vitrinespelhos Transicionais da Identidade: Um Estudo de Moradias e do Ornamental em Espaços Sociais Liminares Brasileiros.** IP/USP, São Paulo, SP – tese de doutorado em Psicologia Social. 1997.

RAMOS, G. *Vidas secas.* Rio de Janeiro:Record, 1991.

RIBEIRO, E. M. Para repensar a historia e o desenvolvimento rural do Jequitinhonha. In: Ribeiro, E.M. (Org.) **Feiras do Jequitinhonha: Mercados, Cultura e Trabalho de Famílias Rurais no Semi-Árido de Minas Gerais.** Lavras – UFLA (Coleção BNB Projetos Sociais), 2007.

RIBEIRO, E. M. et al. **A dinâmica do trabalho rural nas regiões mineiras 1980/1990..** In: 39 CONGRESSO DA SOBER, 2001, Recife. Anais da 39Sober, 2001. p. 25-40.

RODRIGUES, L. et al. **Especificidades setoriais dos municípios do norte de Minas: um instrumento para o desenvolvimento setorial e regional.** In: Cadernos BDMG. Belo Horizonte, BDMG, 2005, no10, p. 5-35.

ROSA, J. G. **Grande Sertão: veredas.** 33 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SABOIA, J. **Benefícios não-contributivos e combate à pobreza de idosos no Brasil.** Relatório de pesquisa. IPEA, 2004.

SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC).** Pelotas: Editora da UFPEL, 1995.

SANTOS, M. A **Natureza do Espaço-Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, G. R. Trabalho e Reprodução Social no perímetro Irrigado do projeto Jaíba. In: **Argumentos**. Ed. Unimontes: Montes Claros – MG, 2002.

SAYAD, A. – **A imigração – e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da Indústria Calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio grande do Sul**. Campinas - SP, 1994. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. IFCH, UNICAMP.

_____. **A pluriatividade na agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

_____. **La Pluriatividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación**. . VII Congreso de la ALASRU, Quito-Ecuador, 2006.

_____. **Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste**. Parcerias estratégicas, Brasília - DF, v. 1, p. 217-244, 2006.

SCHWAZER, H. **Paradigmas de Previdência Social Rural: Um Panorama da Experiência Internacional**. Texto para discussão N° 767. Brasília: IPEA, 2000.

SEGALEN, M. **Sociologia da família**. Lisboa :Terramar, 1999.

SEBRAE. Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais. **São Francisco – MG: Diagnóstico municipal**. Belo Horizonte, 2001.

SEYFERTH, G. **Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança**. Revista do Museu Paulista, São Paulo, vol.29, Nova Série, 1984.

_____. **Herança e Estrutura Familiar Camponesa**. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro – RJ, N° 52, 1985.

_____. **Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)**. Anuário Antropológico, Brasília, v. 91, p. 31-63, 1993.

SEN, A. **O Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. C. “Fenomenologia e Geografia”. In: **Revista Orientação**. 7. São Paulo: Departamento de Geografia/ USP. p.53-56. 1986.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **Revista Eletrônica do Nead**, Brasília/DF, v. 1, p. 1-14, 2007.

SILVA, E.; FONTES, R. ALVES, L.F. Crescimento e Desigualdade em Minas Gerais. In: FONTES, R; FONTES, M. (Orgs) **Crescimento e Desigualdade Regional em Minas Gerais**. Viçosa-MG. Editora da UFV, 2005.

SILVA, W.D. **O Velho Chico: suas lendas e sua história**. Brasil: CODEVASF, 1985.

SILVA, M. A. M.**Errantes do Fim do Século.** São Paulo: EDUNESP-Editora da UNESP, 1999.

SILVA e SILVA,M. O.**O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil.** Ciênc. saúde coletiva, vol.12 no.6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2007

SIQUEIRA, L. **Programa Bolsa-Família: Política Pública de Ruptura ou Continuidade?.** IFICH/UFRJ, Rio de Janeiro, Rj – Dissertação de Mestrado em Serviço Social. 2007.

SOARES, S. S. D. **Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda da desigualdade entre 1995 e 2004.** Econômica, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1, jun. 2007.

SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo.** In: Economia política da urbanização. 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** 14^a. Ed. São Paulo: Contexto, 1988.

TAVARES, M. **Caminhos Cruzados, Trajetórias Entrelaçadas : Vida Social de Jovens entre o Campo e a Cidade do Sertão de Pernambuco .**2009. 350 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCCH. Sociologia, 2009.

TEIXEIRA, V. **Pluriatividade e agricultura familiar na região Serrana do Rio de Janeiro.** 1998. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1998.

TUAN, YI-FU. **Espaço e lugar: A perspectiva da Experiência.** Tradução de Livia de Oliveira, Sao Paulo: DIFEL, 1983.

_____.Corpo de Baile. Rio de Janeiro: Jose Olympio: 1998.

TAVARES, M. **Caminhos Cruzados, Trajetórias Entrelaçadas : Vida Social de Jovens entre o Campo e a Cidade do Sertão de Pernambuco .**2009. 350 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCCH. Sociologia, 2009.

VALE, T. M. C.**Participação dos Programas Bolsa Família, PET e BPC na Redução da Pobreza nos Municípios do Rio Grande do Norte .** Biblioteca Virtual do Bolsa Família, Site do MDS, 26 nov. 2008.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias.** Campinas-SP. Editora Autores Associados, 2002.

WILLIAMS, R.. Família. In: **Palavras - chave: um vocabulário da cultura e dasociedade.** São Paulo: Bom tempo, 2007.

WANDERLEY, M.N. B.Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, out. 2003.

WOORTMANN, K. **Migração, Família e Campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População, n. 1, p. 35-53, 1990.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste**. São Paulo – SP. Hucitec, 1995.

ZIMMERMANN, C.R. **A Previdência Rural no Contexto das PolíticasPúblicas**. Espaço Acadêmico, v. 48, 2005.